



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

EXPLORAÇÃO SEXUAL FEMININA NA FRONTEIRA: BRASIL
E VENEZUELA

Andréa Freitas de Vasconcelos

MANAUS-AM
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANDRÉA FREITAS DE VASCONCELOS

EXPLORAÇÃO SEXUAL FEMININA NA FRONTEIRA: BRASIL
E VENEZUELA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Heloísa Lara Campos da Costa.

MANAUS-AM
2011

ANDREA FREITAS DE VASCONCELOS

**EXPLORAÇÃO SEXUAL FEMININA NA FRONTIRA: BRASIL E
VENEZUELA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia, sob orientação da Prof.^a Heloísa Lara Campos da Costa.

Aprovada em 06 de outubro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Heloísa Lara Campos da Costa
Universidade Federal do Amazonas/PPGS – UFAM

Prof^a Dr^a Edila Arnaud Ferreira Moura
Universidade Federal do Pará/PPGCS – UFPA

Prof^a Dr^a Iraildes Caldas Torres
Universidade Federal do Amazonas/PPGSC – UFAM

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

V331e Vasconcelos, Andréa Freitas de

Exploração sexual feminina na fronteira: Brasil e Venezuela /Andréa Freitas de Vasconcelos.- Manaus: UFAM, 2011.

111f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Orientadora: Prof^a Dr^a Heloísa Lara Campos da Costa

1. Exploração sexual feminina 2. Prostituição- Brasil-Venezuela
3. Sociedade de consumo I. Costa, Heloísa Lara Campos da (Orient.)
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (1997) 343.544-055.2(81)(87)(043.3)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Nadir e Antônio; meu filho
Júnior e, meu companheiro Márcio Lavôr.

AGRADECIMENTOS

A todas(os) as(os) informantes, sem elas(es) este trabalho não teria condições de existir, especialmente as mulheres e as adolescentes que infelizmente não tiveram as “pré-condições” sociais para trilhar outros caminhos em suas vidas, sendo “levadas” à exploração sexual na fronteira.

À professora e orientadora Heloísa Lara Campos, pelo carinho, sugestões e acima de tudo paciência.

À grande amiga Nelita Frank, que ajudou a transformar minha vida, por meio do feminismo.

Ao Márcio Lavôr, simplesmente um grande amor.

A todas as organizações e instituições que contribuíram com este trabalho, disponibilizando informações, consultas, dados e sugestões.

A todos e a todas que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho: amigos(as) do mundo das idéias, das experiências, do cotidiano, da afetividade e da intimidade.

Por tudo isso, muito obrigada!

EPÍGRAFE

Modernidade líquida

Há muitas áreas em que precisamos ser mais competentes, e cada uma delas requer uma “compra”.

“Vamos às compras” pelas habilidades necessárias a nosso sustento e pelos meios de convencer nossos possíveis empregadores de que as temos;

Pelo tipo de imagem que gostaríamos de vestir e por modos de fazer com que os outros acreditem que somos o que vestimos;

Por maneiras de fazer novos amigos que queremos e de nos desfazer dos que não mais queremos;

Pelos modos de atrair atenção e de nos escondermos do escrutínio;

Pelos meios de extrair mais satisfação do amor e pelos meios de evitar nossa “dependência” do parceiro amado ou amante;

Pelos modos de obter amor do amado e o modo menos custoso de acabar com uma união quando o amor desaparece e a relação deixou de agradar;

Pelos melhores meios de poupar dinheiro para um futuro incerto e o modo mais conveniente de gastar dinheiro antes de ganhá-lo;

Pelos recursos de fazer mais rápido o que temos que fazer e por coisas para fazer a fim de encher o tempo então disponível;

Pelas comidas mais deliciosas e pela dieta mais eficaz para eliminar as consequências de comê-las;

Pelos mais poderosos sistemas de som e as melhores pílulas contra a dor de cabeça. A lista de compras não tem fim. Porém por mais longa que seja a lista, a opção de não ir às compras não figura nela.

Zygmunt Bauman em *Modernidade líquida* (2001, p. 87-88).

RESUMO

O presente trabalho procurou abordar o fenômeno da Exploração Sexual feminina na sociedade de consumo, fundamentando-se na sociologia das relações de gênero, ao tomar como estudo as situações de exploração sexual feminina e de prostituição que acontecem na fronteira Brasil/Venezuela, no período compreendido entre a última década (anos dois mil), aos dias atuais. O percurso teórico conceitual adotado considera essa temática um assunto relevante para o campo de estudos sociológicos e da dinâmica estrutura social. Ademais, utilizamos as reflexões teóricas da sociedade de consumo de Jean Baudrillard para identificar e distinguir “antigas” e “novas” formas de organização da oferta dos serviços sexuais na atualidade, acompanhadas de dimensões simbólicas que mercantilizam o sexo e o corpo feminino no mercado sexual. Uma visita rápida sobre o processo de colonização e de escravidão no Brasil permitiu conhecer um pouco da condição feminina na constituição do pensamento social do nosso país, que se manifesta nas relações sociais de gênero, ao apontar singularidades e convenções mais amplas sobre os estudos da exploração sexual feminina. Assim, a reflexão sobre o patriarcado, a violência, a pornografia e as relações de poder possibilitaram melhor compreender a redefinição dos espaços públicos e privados, rumo à elaboração de políticas públicas para as mulheres na direção de torná-las efetivamente sujeitos de direitos. Também se constatou aspectos e elementos particulares no processo de organização social e espacial da fronteira, ao identificar sujeitos empíricos entre paisagens e passagens que se (re)configuram nos discursos e repertórios vivenciados no fenômeno da exploração sexual feminina. Foram realizadas 30 entrevistas, distribuídas em três grupos focais: a comunidade em geral, os prestadores de serviços voltados à problemática estudada, as das mulheres prostitutas e de duas adolescentes em situação de exploração sexual. No discorrer dessas observações e análises viu-se que os sujeitos empíricos, em especial as mulheres envolvidas na prostituição, trilham um difícil caminho em busca de melhores condições de vida e de uma vida mais feliz.

Palavras-Chave: Exploração sexual feminina. Gênero. Consumo. Prostituição.

ABSTRACT

The present study sought to address the phenomenon of sexual Exploitation of Women in consumer society, citing the sociology of gender relations, to take as study situations of sexual exploitation of women and prostitution taking place in the Brazil / Venezuela, the period between the last decade (year two thousand), to the present day. The course considers theoretical conceptual framework adopted this theme a subject relevant to the field of sociological studies of the dynamics and social structure. Furthermore, we use the theoretical reflections of the consumer society of Jean Baudrillard to identify and distinguish "old" and "new" forms of organization of supply of sexual services today, accompanied by symbolic dimensions that mercantilizam sex and the female body in the sex market. A quick tour of the process of colonization and slavery in Brazil helped identify some of the female condition in the constitution of our country's social thought, which manifests itself in social relations of gender, to the point singularities and conventions broader studies on the exploitation Female sexual. Thus, reflection on patriarchy, violence, pornography and power relations allow better understand the redefinition of public and private spaces, towards the elaboration of public policies for women in the direction of making them effectively subjects of rights. It was also observed aspects and particular elements in the process of social and spatial organization of the border, to identify empirical subjects from landscapes and passages that are (re) shape the discourses and repertoires experienced the phenomenon of sexual exploitation of women. 30 interviews were conducted, divided into three focus groups: the general community, service providers focused on the problem studied, the women prostitutes and two adolescents at sexual exploitation. Expatiate on these observations and analyzes found that the empirical subjects, especially women involved in prostitution, tread a difficult path in search of a better life and a happier life.

Keywords: Sexual exploitation of women. Gender. Consumption. Prostitution.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de domicílios particulares, casse de rendimentos nominal mensal per capita	66
Tabela 2 – Distribuição da população segundo faixa etária	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição entrevistados(as) por profissão/ocupação	69
Quadro 2 – Distribuição entrevistados(as) segundo faixa etária	70
Quadro 3 – Distribuição entrevistados(as) segundo grau de escolaridade	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População Pacaraima por sexo	63
Gráfico 2 – População urbana e rural de homens e mulheres	64
Gráfico 3 – População residente urbana e rural por raça/cor e etnia	65
Gráfico 4 – Já denunciou algum caso ou conhece alguém que já denunciou	70
Gráfico 5 – O que facilita a exploração sexual feminina	71
Gráfico 6 – Porque meninas e mulheres são exploradas sexualmente	72
Gráfico 8 – Profissão/ocupação dos(as) entrevistados(as)	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC	Área de Livre Comércio
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ESC	Exploração Sexual Comercial
ESCCA	Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes
HIV/AIDS	Vírus da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPEC	Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG's	Organizações Não-Governamentais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PESTRAF	Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Terra Indígena
UNIFEN	United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 RELEVÂNCIA SOCIAL E SOCIOLOGICA DOS ESTUDOS SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL FEMININA	19
1.1 Notas históricas: Colonização, escravidão e exploração sexual feminina no Brasil .	25
1.2 Apontamentos e indiscrições da exploração sexual feminina na sociedade de consumo.....	30
1.3 Dimensões simbólicas da mercantilização do sexo e do corpo feminino	35
2 MANIFESTAÇÕES E REGULAÇÕES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL FEMININA E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO	39
2.1 Patriarcado revisitado em tempos de globalização.....	43
2.2 Violência, pornografia e poder	47
2.3 Das transformações da vida privada às políticas públicas para as mulheres.....	54
3 PREOCUPAÇÕES TEÓRICAS NO ÂMBITO SOCIOLOGICO E DA SOCIEDADE DE CONSUMO	59
3.1 Organização social e espacial da região fronteira, sujeitos empíricos e configurações dos discursos	62
3.2 Passagens e paisagens: Configurações da exploração sexual feminina na fronteira Brasil/Venezuela	73
3.3 Sujeitos e (des)locamentos na fronteira: Caminhadas contraditórias sobre linhas contorcidas.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

Esse estudo investigou o fenômeno da exploração sexual feminina na fronteira: Brasil e Venezuela, a partir dos anos dois mil (última década). A escolha desse espaço geográfico deu-se frente às denúncias vinculadas na mídia nacional e pesquisas realizadas no início dos anos dois mil, que apontaram esses “limites”, como lugares propícios à prostituição e à exploração sexual feminina, assim como rotas de tráfico de pessoas para os mesmos fins. Também considerada porta de passagem para o Caribe e países europeus, conforme demonstrou a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil - PESTRAF (2002), organizada por Maria Lúcia Leal & Maria de Fátima Leal.

Tal localidade manifesta conjuntura de movimento comercial, ou seja, área de livre comércio (ALC), onde inúmeras pessoas deslocam-se em busca de “facilidades” com base em crenças de enriquecimento fácil por meio da informalidade e ilegalidade; nesta, incluindo o contrabando de mercadorias, bebidas e combustíveis, por terem preços reduzidos, levando em conta o baixo câmbio da moeda venezuelana (Bolívar), em comparação com a moeda brasileira (Real), além das barreiras idiomáticas que são facilmente transponíveis para a passagem dessas contravenções, mas intransponíveis para o exercício da cidadania diante da exploração sexual feminina.

O objetivo da pesquisa foi investigar como se processa o fenômeno na região, suas expressões e singularidades no mercado do sexo, por meio da sociologia das relações de gênero e da “irradiante” sociedade de consumo. Portanto, averiguou-se a percepção da comunidade local, com relação ao tema. Outra questão foi compreender como a mobilidade transfronteiriça se organiza na região, favorecendo ou não a exploração sexual feminina.

Esse estudo foi possível devido minha aproximação (geográfica e política) com a região, ademais mantive residência na localidade, no período entre novembro de 2005 a janeiro de 2006 e novamente entre novembro de 2010 e janeiro em 2011, o que permitiu conhecer parte da realidade. Também participei da elaboração de um diagnóstico para IPEC/OIT¹, por intermédio da Universidade Federal de Roraima, na condição de pesquisadora-bolsista, sobre exploração sexual comercial infanto-juvenil na fronteira do

¹ IPEC – Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil e OIT – Organização Internacional do Trabalho. Para maiores informações sobre o programa acesse: www.oitbrasil.org.br/ipec/

Brasil - Venezuela (cidade de Pacaraima), entre os anos de 2004/2005, sendo essa pesquisa, posteriormente, aprofundada no trabalho de conclusão do curso de graduação em 2007.

A experiência enquanto educadora popular (acompanhamento e assessoria) junto aos movimentos sociais, de mulheres e feminista, também têm permitido acúmulo de experiências nas temáticas que envolvem as especificidades da mulher. Por fim, o exercício da docência no ensino superior, permitiu ampliar os conhecimentos de métodos e técnicas de pesquisa social, propiciando percepções e a reelaboração de vários olhares sobre a realidade investigada.

Essa pesquisa sociológica privilegiou o enfoque qualitativo, ao propiciar abordagens de três grupos focais. Primeiro foi aplicado um formulário com questões fechadas e abertas para a comunidade geral, ou seja, comerciantes (restaurantes, pousadas, hotéis, lojas), atendentes, vendedores, serviços gerais e domésticos, pessoas que de alguma forma se relacionam com o público, o que totalizou 11 entrevistas. Ressaltamos que todas as entrevistas foram autorizadas, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como o uso do gravador, só possível entre aquelas pessoas que permitiram previamente. Sendo assim, conseguimos apreender parte da percepção da comunidade, que ainda tem uma imagem da mulher (adolescentes ou adultas) atrelada às visões conservadoras, onde o sexo masculino é de certa forma “blindado” da problemática estudada.

O segundo grupo de entrevistadas foram as pessoas denominadas prestadores de serviços direto e indireto que se conecta ao tema exploração sexual: autoridades locais, gestores, promotoria de justiça, policiais, psicólogos, assistentes sociais, instituições (conselhos, movimentos sociais etc.), com o objetivo de identificar ações, programas, projetos (políticas) de enfrentamento e combate à exploração sexual feminina na fronteira. Nesse entrevistamos 12 pessoas. Percebemos que os órgãos públicos atuam de forma isolada e que no momento (realização das entrevistas) não tinha nenhum projeto sendo desenvolvido na região, com exceção de uma ação denominada “Conto de Fadas” da Promotoria de Justiça, implementada no município, no mês de outubro (em comemoração ao Dia da Criança), que se articulou com diversas instituições, órgãos locais e o Consulado Venezuelano, com o intuito de promover sensibilização e conscientização sobre o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes, alertando para seu caráter criminoso.

Finalmente, entrevistamos cinco mulheres adultas que atuam como prostitutas na região e duas adolescentes que esporadicamente vendem serviços sexuais para obtenção de recursos materiais e financeiros. Nesse ínterim identificou-se um discurso dominante na fronteira, que ressalta e “valoriza” a presença de brasileiras no mercado do sexo, do lado venezuelano (cidade de Santa Elena e nas áreas auríferas). Também utilizamos a observação

para complementar e confirmar as informações coletadas nas entrevistas, o que permitiu conhecer, mesmo que superficialmente, suas trajetórias de vida, além de confirmar algumas premissas que cercam o mundo da prostituição de um lado e, desfazer mal entendidos de outro; nas palavras de Margareth Rago (1991, p. 25): “Entendendo que a prostituição foi problematizada, sobretudo em sua dimensão simbólica, isto é, enquanto espaço de projeções e fantasmas, mais do que em sua realidade empírica”. Os dados fornecidos pelos informantes-chaves dos três grupos estão sistematizados no terceiro capítulo.

No primeiro capítulo, trilha-se um caminho de diálogo entre a sociologia das relações de gênero e o pensamento social. Ao refletir a problemática exploração sexual feminina imersa na sociedade de consumo, foi possível romper com “velhos” paradigmas, como a naturalização dos fenômenos e com o determinismo biológico, que definiu nos últimos séculos a condição feminina. Entretanto, as transformações do espaço privado e consequentemente do espaço público, com a “revolução sexual” não significaram plena liberdade para todas as mulheres, pois muitas continuam “aprisionadas” a uma lógica comercial que mercantiliza o corpo e o sexo, neutralizando o sujeito feminino.

No segundo capítulo, faz-se uma reflexão sobre as estruturas que conservam a lógica da exploração sexual feminina no mercado do sexo, ao considerar o patriarcado e suas reconfigurações, as relações de poder, a violência e a pornografia, como expressões de dominação/subordinação das mulheres. Também foi possível observar as novas modalidades que permeiam a oferta dos serviços sexuais na atualidade, bem como identificar os avanços rumo à cidadania pública e privada para as mulheres, anunciadas na elaboração de políticas públicas, principalmente as dirigidas ao combate à violência.

Por fim, no terceiro capítulo serão apresentadas preocupações teóricas sobre o tema, assim como as singularidades da região ao analisar e refletir a percepção da comunidade local sobre a problemática da exploração sexual feminina, levando-se em consideração os aspectos comerciais e os fluxos migratórios dos últimos anos. Do mesmo modo, ao evidenciar-se a organização social e espacial da fronteira, os sujeitos empíricos e as configurações dos discursos, ao retratar as passagens, paisagens que caracterizam o lugar. Essa reflexão foi possível devido às observações analíticas econômico, sociais e demográficas da região, fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Censo (2010).

Pontuamos a visão dos prestadores de serviços públicos no âmbito da exploração sexual feminina: promotor de justiça, conselheiros tutelares, assistentes sociais de programas governamentais, e profissionais que atuam direta e indiretamente junto às adolescentes e mulheres em situação de exploração e prostituição. Ouvimos as prostitutas brasileiras que desempenham suas atividades na fronteira e podemos perceber a complexidade e as contradições da lógica do comércio sexual, na qual elas estão inseridas. Realmente suas vidas trilham caminhadas contraditórias sobre linhas contorcidas.

CAPÍTULO 1

1 – RELEVÂNCIA SOCIAL E SOCIOLOGICA DOS ESTUDOS SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL FEMININA

Tendo em vista que esta pesquisa situa-se no campo de estudos da sociologia das relações de gênero, e tem como objetivo de reflexão a exploração sexual feminina, começa-se estabelecendo algumas conexões entre as transformações da condição feminina, ocorridas no século (XX) e seu espelhamento no pensamento social contemporâneo, para situar a problemática num arco de múltiplas e distintas possibilidades interpretativas.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho formal, particularmente com o advento da sociedade industrial, antecedido e acompanhado por lutas sociais pelos direitos à educação, ao trabalho remunerado e ao voto e, posteriormente, à publicização do privado e à politização do sexo, manifestado pelo direito ao prazer e a uma vida sexual desligada da obrigação do casamento e do medo da gravidez indesejada, posicionam o segmento feminino noutra patamar de relações entre sexos.

Mas, vale ressaltar que o interesse da sociologia para os temas voltados para a sexualidade humana, “está essencialmente ligado à irrupção da AIDS no início dos anos 80” (PIERRET, 1998, p. 49). Entretanto, não significa dizer que houve ausências de enfoques teóricos sobre a questão, porém estas estiveram diretamente incorporadas às análises capitaneadas no casamento e na família, portanto, reproduziram concepções convencionais e enrijecidas sobre o tema, geralmente ligados à medicina e à moral.

As dificuldades de abordagens ligadas ao campo da vida sexual continuam enfrentando resistências, notadamente por parte de algumas correntes teóricas e de pensadores vinculados às concepções epistemológicas clássicas. Que se alimentaram do racionalismo, do iluminismo e do evolucionismo. Essas correntes lograram-se fontes inexoráveis do saber válido, e foram assimiladas pelo positivismo e funcionalismo, cujos pressupostos determinam o lugar da natureza e do biológico, como forma de interpretar a condição feminina. Todavia, os estudos das relações de gênero, proposto pela teoria feminista tem possibilitado inúmeros avanços na esteira das ciências sociais, sendo o principal deles a ruptura com a “naturalização” dos fenômenos e do determinismo biológico, elementos que tem propiciado mudanças de comportamentos nas relações sociais entre homens e mulheres.

As ciências sociais e particularmente a sociologia tem se colocado à procura de respostas, face às indagações de temas cruciais, no que diz respeito ao espaço privado, de maneira especial ao perseguir desígnios teórico-metodológicos, para uma melhor análise de fenômenos humanos. Nesse caminho, elenca-se a exploração sexual feminina como uma problemática cercada de representações *sui generis* num campo de *habitus*² e signos pertencentes à atual sociedade de consumo. Portanto, os constructos da exploração sexual feminina apresentam algumas asserções, que vou listar em três pressupostos que considero necessários à compreensão do fenômeno estudado.

Em **primeiro** lugar identificamos na literatura consultada, que a oferta dos serviços sexuais é predominantemente feminina; em contra partida a busca e o consumo dos serviços se dão majoritariamente pelo sexo masculino (RAGO, 1991, PISCITELLI, 2005). Logo, “O universo da prostituição feminina está organizado para atender, no geral, as necessidades e desejos do homem-masculino-heterossexual” (ANDRADE, 1998, p. 272), logo, as atividades sexuais, estão enviesadas por relações de poder entre os sexos.

Segundo, podemos observar que as atividades sexuais, realizadas como uma alternativa para obtenção de recursos ocorre em diversos lugares e independe da cultura, modos de vida, localidades e temporalidades, mas, assumem particularidades distintas e inerentes a cada contexto e tradição. Contudo, “entre as mulheres cuja prostituição está vinculada à sobrevivência verifica-se com frequência o analfabetismo, a falta de qualificação profissional, o histórico de desemprego” (ANDRADE, 1998, p. 273).

E, **terceiro**, as ciências sociais tem dirigido esforços para romper com a dicotomia sujeito/objeto e nessa direção tem colocado em destaque as subjetividades que cercam a imagem das mulheres, de modo a traçar alguns percursos no processo de construção social das atividades sexuais no mercado do sexo. “Tratava-se, então, da possibilidade de constituir-se como sujeito, provocando uma reversão/subversão dos olhares que a constituíam enquanto ‘simulacro’, pois inexistente” (RAGO, 1991, p. 73). Para compreender uma realidade particular – fronteira –, vamos dar ênfase a voz aos sujeitos, ou seja, as suas experiências diárias, representações, sentidos, significados, signos de vivências na sociedade de consumo.

² Segundo Pierre Bourdieu (2002, p. 61): **Habitus é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital** (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, **indica a disposição incorporada**, quase postural -, **mas sim de um agente em ação**: tratava-se de chamar a atenção para o primado da razão prática de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas Teses sobre Feuerbach, **o lado activo do conhecimento prático** que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do ‘reflexo, tinha abandonado (grifo nosso).

Ao voltar à sociologia do gênero, como alguns autores/as preferem denominar pode-se afirmar que essa matriz teórica ofereceu conceitos básicos que reconfiguraram a ideia de papéis sexuais, de divisão sexual do trabalho, da história das mulheres e de reprodução social. Nas palavras de Joan Scott (1990, p. 05): “Nosso objetivo é descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”.

O conceito de gênero desafiou as visões essencialistas da biologia e da psicologia, pois os indivíduos se constroem por intermédio da vida social, que esta para além do espaço familiar (privado); assim o conceito de gênero possibilitou analisar o “modelo de como as desigualdades entre os sexos figuram e podem ser entendidas pela referência às desigualdades estruturais que organizam uma dada sociedade” (HEILBORN e SORJ, 1999, p. 200 apud COLIER e ROSALDO). Os estudos sobre a sexualidade aprimoraram o conceito, mas também o levaram a uma crise heurística, notadamente frente às escolhas eróticas, às relações homoafetivas, enfim, a identidade sexual como aquilata a teoria *Queer*³. Entretanto, nosso propósito, não é ilustrar as diferentes visões sobre o conceito, mas situar a problemática valendo-se dele.

Gênero ao romper com as explicações causais universais assegurou a interlocução com a teoria social e trouxe inovações significativas para o conhecimento da vida social nas diversas áreas, como: o trabalho, a violência, a sexualidade. Dentre a última, ampliaram-se as análises sobre os comportamentos sexuais e mais recentemente práticas, serviços e ofertas no mercado do sexo.

Heilborn e Sorj (1995, p. 188), destacam três aspectos no desenvolvimento dos estudos de gênero no país: a) a sua institucionalização; b) as contribuições que o conceito ofereceu à compreensão da organização da vida social e, c) as inovações cognitivas devidas a sua utilização. Para essas autoras o gênero se inscreve:

Na constante interlocução que ele mantém com o conjunto da teoria social, inscrevendo-se no cerne dos debates sobre a natureza da cultura, dos critérios de classificação social, as relações entre sistemas de práticas e sistemas de valores. A trajetória dos embates revela a qualidade heurística do conceito no sentido de propor-se a criticar/superar dualidades que caracterizam a tradição ocidental e a própria teoria sociológica mais geral (HEILBORN e SORJ, 1995, p. 204-205).

³ A Teoria Queer emergiu nos Estados Unidos em fins da década de 1980, em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero. Seu objeto de análise: a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais. O diálogo entre os estudos da Teoria Queer e a Sociologia foi marcado pelo estranhamento, mas também pela afinidade na compreensão da sexualidade como construção social e histórica. RICHARD MISKOLCI – in. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Dossiê Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

Pertencente à tradição anglo-saxão, o conceito propiciou a desconstrução das binaridades homem e mulher na academia, ao identificar a necessidade de um arsenal de conceitos para compreender a problemática das relações de gênero em termos de dominação masculina (BOURDIEU, 2003), das transformações da intimidade (GIDDENS, 1993), das diferenciações assimétricas, assim, como da “exclusão das mulheres do mercado de trabalho, considerada a raiz de sua subordinação social” (HEILBORN e SORJ, 1995, p. 205).

Gênero definitivamente afasta-se da concepção de sujeito masculino universal privilegiado e, das construções genéricas da presumida “condição feminina”. É nesse rol de transformações ocorridos no último século, que a oferta dos serviços sexuais produzidos historicamente assumem características da sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 1995), como veremos mais adiante.

Emerge desse processo a reflexão do conceito de exploração sexual feminina incrustada, entrelaçada e enviesada à prostituição e à exploração sexual de crianças e adolescentes, identificadas nas atividades sexuais, que por sua vez são desempenhadas amplamente pelo sexo feminino no mercado do sexo. Deste modo, a exploração sexual feminina assume na contemporaneidade aspectos distintos, se comparado ao seu exercício na antiguidade, quando foi considerada a profissão mais antiga do mundo: a prostituição. É bem verdade, que as referências sobre essa afirmação necessitam de fundamentos teóricos, pois, se observarmos a história de outras atividades na antiguidade como a agricultura e a caça, percebe-se que não há escritos que identifiquem a relação venal, portanto, essa afirmação assenta-se num lugar duvidoso.

A problematização da exploração sexual feminina diluída no texto situa as mulheres em desvantagens, notadamente percebida na divisão sexual do trabalho; com uma maior dependência financeira; no trabalho precário; no desemprego; nas interdições à participação política e tomada de decisões; enfim, em circunstâncias de maior vulnerabilidade social no mercado competitivo, especialmente a partir do século XX.

Ademais, a informalidade, mão-de-obra barata, flexível, temporária e sem jornada, passa a fazer parte do cotidiano de muitas mulheres, situações presentes nos serviços como: domésticas, garçonetes, atendentes, dançarinas, ocupações direta ou indiretamente ligadas a mercantilização do sexo. Assim, como as atividades propriamente sexuais: prostitutas, *lap dancing*, *wall-gancing*, acompanhantes, *strip-tease*, atrizes pornô (vídeos e imagens), sexo virtual etc.

Procuramos esclarecer e distinguir as terminologias prostituição e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, comumente confundidas no senso comum e identificadas nas entrevistas realizadas em Pacaraima, cidade fronteiriça localizada no norte do Brasil que faz fronteira com a Venezuela. Nessa perspectiva iremos dialogar com Rago (1991, p. 23) que conceitua prostituição como:

Construído no século XIX a partir de uma referência médico-policial, o conceito da prostituição não pode ser projetado retroativamente para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino em outras formações sociais, sem realizar um aplainamento violento da singularidade dos acontecimentos. Fenômeno essencialmente urbano, inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico as sexualidades insubmissas.

E, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, para denominar a condição em que crianças e adolescentes são tratadas como objeto sexual ou mercadoria. Assim: “elas não optam por se prostituírem: mas são induzidas a isso pelo comportamento delituoso do adulto” (Ministério da Justiça, 2002). Maria Lúcia Leal pesquisadora do tema aperfeiçoa o conceito ao dizer:

Definimos a ESCCA⁴ como uma relação de mercantilização (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado) ou por pais, ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda) (LEAL, 2003, p. 07).

É perfeitamente plausível dizer que a exploração sexual feminina assume múltiplas determinações e particularidades inseridas num contexto temporal e espacial, onde há uma dinâmica nas relações de trocas sexuais, reconfiguradas nas relações de gênero e delineadas segundo matizes mais amplas que a prostituição e a exploração sexual comercial. Portanto, pautar essa temática é primordial, pois são questões que fazem parte das sociedades contemporâneas e da vida humana.

A formação de uma base ideológica assimilada numa tomada de consciência cultural mais “moderna”, também possibilitou a ruptura com tabus religiosos, morais e com o ranço positivista de artifícios simbólicos de dominação – a prática da confissão, a exigência da virgindade para o casamento, a imposição da heteronormatividade⁵ – visível na ignorância da

⁴ ESCCA – Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

⁵ **Heteronormatividade** – termo que se refere aos ditados sociais que limitam os desejos sexuais, as condutas e as identificações de gênero que são admitidos como normais ou aceitáveis àqueles ajustados ao par binário masculino/feminino. Desse modo, toda variação ou todo o desvio do modelo heterossexual complementar macho/fêmea – ora através de manifestações atribuídas à

ciência universal, por exemplo, ao considerar a homossexualidade como doença mental, assim, os desafios postos à sociologia e ao pensamento social contemporâneo e pós-moderno tornam-se centrais. Apesar dessas provocações, a sociologia ainda encontra dificuldades sobre o debate do público e do privado. Conforme aquilata Mirian Adelman (2009, p. 205-206):

Uma falta de sensibilidade para com as mudanças no terreno das relações de gênero (e as que reinavam no terreno da sexualidade, impondo a heterossexualidade compulsória e, no geral, um modelo de sexualidade pautada na reprodução) que repercutem em muitas dimensões das sociabilidades e da prática social (família, trabalho, relações entre público e privado etc.).

E, continua Mirian Adelman (2009, p. 203):

Há uma especialidade pós-moderna que gera uma nova lógica que a Sociologia precisa ser capaz de captar. Não é mais a da produção, do trabalho disciplinado do padrão e da norma, da uniformidade, ou enfim, de um princípio da realidade que prevalece, **senão a do consumo**, da liberdade do consumidor, que admite e se sustenta, inclusive, na base da diversidade e nem precisa mais de garantir heterogeneidade ideológica ou cultural a integração social e sistêmica.

Para avançar na leitura crítica dos discursos sociológicos, outra contribuição às ciências sociais é a crescente implantação de núcleos de estudos e pesquisa sobre as relações de gênero no interior da academia, assim como o envolvimento e a participação de homens nesses estudos, que vai do gênero às novas masculinidades, bem como, a proliferação de mestrados e doutorados na área. Portanto, nas palavras de Jane Flax: “*É necessário pensar como pensamos*”. E, trazer para o debate a dinâmica da atual sociedade do consumo.

1.1. Notas históricas: Colonização, escravidão e exploração sexual feminina no Brasil

A condição das mulheres desde o período colonial, meados do século XVI até sua entrada no mercado de trabalho formal no século XX, foi marcadamente determinada pelo controle do corpo feminino e da sexualidade. A colonização no Brasil deu-se com base em interesses associados à conversão ao cristianismo, pois, a crença em outro Deus e/ou deuses feria o princípio da monogenia e, portanto, a igreja exercia intensa pressão no controle e adestramento da sexualidade feminina. Como relata Emanuel Araújo (2001, p. 45):

Das leis do Estado e da igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas.

A mulher naquele período carregava e em modesta medida ainda é responsabilizada na atualidade pelo pecado original, retratado no mito do Jardim do Éden. A igreja cuidava de eliminar os desejos, sensações e tentações nos confessionários, vigiando até os pensamentos, pois o sexo destinava-se somente a procriação no caso feminino, mas para os homens, era tolerado e permitido inclusive fora do casamento, como aponta Giddens (1993, p. 16): “O adultério por parte dos maridos, ao contrário, era amplamente encarado como uma fraqueza lamentável, mas compreensível”. A mulher devia “respeito” à hierarquia patriarcal ao longo de toda a vida; ao pai, irmãos, tios, primos e depois ao marido, inclusive as decisões sobre o matrimônio cabiam ao pai.

Outro fator marcante da colonização foi a idéia lançada pelo Cristianismo das doenças serem manifestações do mal e advertência divina, portanto, objeto de punição para os desregramentos do espírito. Diante dessa crença as mulheres estavam passíveis às punições, principalmente no momento da maternidade, pois a procriação era assunto divino e o estatuto biológico estava vinculado à moral da época (DEL PRIORE, 2011 p. 13-53).

No Brasil o progresso da medicina ameaçava o poder da igreja e do Estado, que se confundiam. Logo, o conhecimento nesse campo era bastante distorcido e não acompanhou as descobertas ocorridas na Europa e, com a instalação do Santo Ofício (Inquisição) houve perseguição aos saberes medicinais praticado pelas mulheres, que foram vistos como feitiçarias e bruxarias, enfim, considerados heresias. Esse ideário foi um dos pilares da base de formação do pensamento social, no que diz respeito, ao que deveria ser o comportamento das mulheres no Brasil colônia. Mas não para por aí.

Outro elemento de forte perseguição por parte da igreja foram os desvios sexuais, punidos como erros de fé. O principal deles era a sodomia, que assumiu conotação ampla (relações entre pessoas do mesmo sexo, excessos sexuais, masturbação, desvios de genitalidade – sexo anal, oral e outros). Para igreja considerado um dos pecados mortais, que a partir do século XVII e XVIII foi chamado de pecado capital de luxúria.

Da colonização, passando pelo período escravocrata até os dias de hoje, observamos que a exploração sexual feminina, traz na sua constituição a herança do período anterior e revela as raízes de submissão na qual as mulheres estiveram e ainda estão inseridas independente de classe, raça/cor, etnia, geração, entre outros marcadores sociais. A subordinação afetava grande parte das mulheres, inclusive as sinhás brancas, que também eram punidas caso infligissem os códigos estabelecidos da moralidade, conforme descreve Ronaldo Vainfas (2001, p. 115):

As mulheres brancas, em pequeno número no acanhado litoral do século XVI, teriam vivido em completa sujeição, primeiro aos pais, os todo-poderosos senhores de engenho, depois aos maridos. Teriam vivido, como escreveu Gilberto Freire, num “isolamento árabe”, idealizando uma estrutura de serralho à moda tropical, que no tocante à submissão, quer às eventuais “solturas” de sinhás e sinhazinhas, todas invariavelmente punidas, em caso de falta grave, com o rigor da lei patriarcal.

As rígidas normas ditadas pela Igreja com conivência do Estado não colocou as jovens e as mulheres brancas em condições de igualdade em relação às jovens e mulheres negras. Pois, a ideologia dominante da época, justificou o estupro colonial de índias e africanas na constante busca do branqueamento da população negra e na sustentação do deleite dos homens perante a exploração sexual feminina. Se com as jovens brancas havia um extremo cuidado e valorização da virgindade, com as jovens negras restava a banalização do assédio e da violência sexual. O anonimato e invisibilidade da esposa do fazendeiro, “não apenas se encontrava numa situação de subordinação diante do homem, centro desse microcosmo, como se via desvalorizada enquanto mulher pela concorrência dos muitos corpos rijos e jovens das escravas” (RAGO, 1991, p. 46).

Notadamente, a classificação social baseava-se nos corpos e a exploração sexual feminina, contava com a permissividade social das autoridades religiosas e políticas. Segundo Sueli Carneiro⁶, (2001, p. 01):

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está

⁶ Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Este artigo foi apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27 e 28 de agosto 2001. Publicado em espanhol na revista LOLA Press nº 16 novembro de 2001. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>

na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências.

O período escravocrata consolidou o domínio das famílias patriarcais no Brasil, ao possibilitar poder de vida e de morte do senhor de engenho sobre sua família e escravos, portanto, eram comuns os abusos sexuais praticados pelos senhores contra as jovens e mulheres escravas, ademais as escravas serviam também para a iniciação sexual dos filhos (homens) dos senhores de engenho, enquanto ordem válida e autoridade aceita, destarte, era possível garantir a aquiescência do desejo dos homens ricos. Deste modo pode-se dizer que estas práticas constituíram-se pressupostos basilares da formação da estrutura social brasileira, juntamente com o exercício do autoritarismo, patriarcalismo e patrimonialismo.

Também é possível afirmar que o controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres no período subsequente, mostrou-se de vital importância para a transmissão de herança, do nome e da propriedade, caracterizando fonte de poder e prestígio aos homens de posses: o patriarca.

No final do século XVII e início do XVIII intensificou-se no Brasil a crise açucareira e em contrapartida ocorreu o ‘boom’ da mineração, com a crescente exploração de ouro e diamantes, o que possibilitou a expansão do comércio ambulante. Enquanto muitos escravos foram transferidos para o trabalho nas minas e cuidavam da exploração de áreas auríferas, muitas mulheres pobres e negras buscavam nas ruas e regiões de mineração alternativas de sobrevivência com a venda de doces, pães, compotas e quitutes nos seus famosos tabuleiros. Também se ocuparam da tecelagem e alfaiataria (fiandeiras, costureiras, rendeiras). É nesse momento que a prostituição assume contornos mais densos e visíveis, principalmente em Minas Gerais, segundo Luciano Figueiredo (2001, p. 156-157):

Minas Gerais pareceu se constituir o território da prostituição colonial. Acompanhando a distribuição geográfica da prostituição ao longo da capitania, pode-se perceber que, embora espalhadas por todos os pequenos arraiais, as mulheres se concentravam nos núcleos urbanos de importância, como Vila Rica, sede da capitania e centro político administrativo.

Paradoxalmente inicia-se o processo de crescimento das cidades e o surgimento de outras estruturas independentes, a saber: uma classe alta urbana, estrutura de governo e religião. E, logo a prostituição foi adotada por mulheres pobres, como prática complementar para garantir recursos para o seu sustento e de suas famílias. Ainda segundo Luciano Figueiredo (2001, p. 158): “Diante da situação de extrema pobreza em que muitas mulheres viviam, a prostituição se constituiu em um caminho obrigatório para que conseguissem pagar o imposto direto e escapar de confiscos, multas ou prisões”.

Depois do processo de libertação dos escravos, o Estado e a Igreja não assumiram encargos sociais implícitos à liberdade, e também não possibilitaram aos libertos nenhum tipo de preparo para o novo regime de trabalho assalariado que se instalava no Brasil, imediatamente o pequeno comércio urbano foi monopolizado pelos brancos, segundo Florestan Fernandes (2009), seguido da formação da sociedade de classes com rápida industrialização e urbanização. “Se o corpo da ex-escrava fora controlado e domesticado, a meretriz estrangeira é que ameaçava deter o controle sobre os instintos reprimidos de homens e mulheres inexperientes” (RAGO, 1991, p. 43), na recente sociedade de classes, enfim na nova ordem capitalista.

Na Amazônia a situação das mulheres não foi diferente do restante do país, com o agravante de certo isolamento, em relação as outras regiões, principalmente devido às grandes distâncias dos centros de decisão, e sob influência direta do modelo indo-europeu e das missões religiosas que adentrou sem pedir licença, descaracterizando os conhecimentos, práticas e condutas tradicionais da cultura indígena presente na região. Essa dinâmica tratou de construir uma imagem estereotipada da mulher na sociedade colonial amazonense. Para Iraildes Torres (2005, p. 69):

A sociedade colonial de estrutura indo-européia é responsável pela formação da visão de que a mulher amazonense é permissiva sexual. É perceptível o propósito da dominação portuguesa em buscar construir um plasma social em torno da imagem das índias, associada ao papel de mulheres parideiras e fogosas, para promover a política de povoamento da região.

Ainda, segundo Iraildes Torres (2005), a idéia de mulheres lascivas e disponíveis para os homens foi vendida e propagada como estratégia de arregimentação de homens brancos portugueses para a Amazônia, pois, aqueles que contraíssem casamento teriam uma série de vantagens, como: isenção de impostos, cargos, entre outros. “A propaganda do exotismo feminino e da suposta inclinação das índias para os prazeres sexuais [...] contribuíram efetivamente para o deslocamento de inúmeros portugueses para a Amazônia” (TORRES, 2005, p. 71), e conseqüentemente para o povoamento da região.

Nessa estratégia de povoamento e integração forçada da Amazônia à sociedade colonial, é que a Igreja tornou-se agente intermediária no comércio sexual da região, pois no relato de Iraildes Torres (2005), é possível perceber claramente que as índias que não estivessem batizadas e/ou catequizadas, não tinham a aprovação da igreja nos relacionamentos, concubinatos e matrimônios com os homens brancos, portanto, eram excluídas da sociedade. Assim, a ocupação da região deu-se com a estratégia explícita do poder patriarcal da igreja e do Estado, que “autorizava” as práticas sexuais de índias entre e

com os portugueses, onde o passaporte era o batismo, evidenciando relações de gênero e de poder hierarquizadas na Amazônia.

Esse imaginário estereotipado da mulher amazonense foi de certa forma transportada para o modelo de industrialização e mais precisamente para o Pólo Industrial de Manaus – Zona Franca de Manaus –, que continuou a perpetrar a imagem da mulher “fácil” e “sedutora”. Segundo abordagem de Iraildes Torres (2005, p. 86):

A imagem da mulher “fácil” construída no período colonial permanece latente na vida das mulheres amazonenses, com fortes ressonâncias no cotidiano do trabalho fabril. Essa constatação vem confirmar o caráter instaurativo do tempo imaginário que traz à memória o tempo público, criando e recriando o momento presente.

A reflexão desse espectro contribui para um melhor entendimento da exploração sexual feminina. Complementa esse pensamento o estudo elaborado por Heloísa Lara Costa (2005) sobre: “As mulheres e o poder na Amazônia”, ao argumentar que a região foi vista de forma predominante por suas condições de fronteira econômica, pautando-se também nas condições de fronteira moral. Desse modo, a condição feminina na região foi silenciada e controlada pelo Estado e pela Igreja, que atuaram diretamente no processo de dominação do sexo feminino, expressos na concentração de poder, burocratização do Estado, patrimonialismo, que nas análises de Costa (2005, p. 332): “nos revela como a política atual persiste atrelada a estas raízes conservadoras”

Assim, as mudanças em percurso face as lutas imprimidas a partir do século XX, exigem atuação em várias frentes como: na ciência, na família, no mundo do trabalho, na economia, na política e, passa também pela desconstrução da imagem de mulher passiva, dominada, submissa e disposta a realizar os desejos dos homens a uma imagem de sujeito de direitos, enfim de cidadã na sociedade.

1.2 – Apontamentos e indiscrições da exploração sexual feminina na sociedade de consumo

Observa-se nos itens anteriores um pouco sobre a condição das mulheres no período colonial e escravocrata, quando apontamos alguns aspectos relativos à compreensão das relações de gênero, que vai do controle do corpo feminino e da sexualidade pelas instituições a uma ideologia de exploração sexual válida e aceita, como o estupro colonial e a prática da prostituição para angariar recursos financeiros e garantir a própria sobrevivência, além da estratégia para escapar de multas e prisões realizadas pelo Estado.

Ao considerar que houve situações de exploração sexual feminina dos séculos XVI ao XIX, podemos também afirmar que é a partir do século XX que ocorreram profundas mudanças na condição feminina. Essas transformações tem como pano de fundo o advento da Revolução Industrial, que modificou o processo produtivo, principalmente com o desenvolvimento de novas tecnologias que consolidaram o modelo capitalista. Esse período fez refletir a força da cultura ocidental pelo mundo, ao alterar comportamentos e atitudes no espaço público e no espaço privado.

É nesse contexto de mudanças que a chamada “transformação da intimidade” apontada por Giddens (1993) teve como um de seus marcos a invenção da pílula na década de 1960. Enquanto método moderno de contracepção essa inovação subsidiou a chamada “revolução sexual”, que permitiu a “libertação” da mulher em relação a sexualidade e a reprodução.

Esse momento foi constituído pelo gradual deslocamento dos rígidos valores moralizantes da tradição cristã, rumo à re-elaboração da liberdade e da vivência de experiências sexuais, acompanhadas de uma maior independência financeira das mulheres. A revolução industrial, casada com os avanços das ciências, das tecnologias e da medicina, por intermédio da criação de métodos seguros e mais acessíveis como os preservativos, assim como as melhorias na obstetrícia, foram fatores primordiais para uma nova condição feminina.

Para algumas historiadoras (MICHELLE PERROT, 2003, MARILENA CORRÊA, 1998, entre outras) há distinções quando falamos da revolução sexual, que pode ser analisada em dois momentos; o **primeiro** enunciado pela moral vitoriana (puritanismo), o **segundo** escutado pelo surgimento dos dispositivos de comunicação de massa (televisão, rádio, revistas, jornais), energizado nas décadas de 1950 e 1960, o que ajudou a difundir novas idéias, conjugado com a aprovação do direito ao divórcio na década de 1970 (Brasil), além do

crescimento, de forma gradativa dos níveis de alfabetização em todo o mundo. Logo, a população, de forma geral, aprovou um estilo de vida alicerçado pela cultura ocidental, que misturou a liberdade dos direitos sexuais à cultura moderna.

O debate sobre a sexualidade é instituído nas sociedades modernas. Esse panorama preliminar serve para historicizar e indicar alguns apontamentos e indiscrições sobre o fenômeno da exploração sexual feminina, na **sociedade de consumo**. Obviamente que as formas de exploração sexual modificaram-se, mas sua lógica permanece. Entretanto, assumiu contornos disfarçados na cultura dos “*mass média*”⁷; é a desenvoltura dos signos que operam como estimulantes e gestos indicativos, de algo não evidente e não manifesto do fenômeno. Logo, o pensamento baudrillardiano da sociedade de consumo será um caminho interessante para melhor compreender a exploração sexual feminina na atualidade.

Segundo Baudrillard (1995), o estatuto miraculoso da sociedade de consumo segue uma lógica onde mercadorias culturalizam-se nos shopping, nos clubes, nos drugstores, ao mesmo tempo, adotam um ciclo integral homogêneo ao perder o sentido substancial de sua composição. Somos condicionados e seduzidos a crer numa eterna primavera, governada pelo mundo mágico do consumo e pelos simulacros da felicidade. Enquanto herdeiros da abundância de objetos e mercadorias da sociedade ocidental, as pessoas são instigadas à conduta dirigida ao **hedonismo**⁸ no cotidiano da vida, vive-se o tempo dos objetos e de suas marcas, porém, esta mesma sociedade apresenta prejuízos e desperdícios como a *consumição*⁹, segundo termo baudrillardiano.

No mundo do consumo a máxima do hedonista penetra as aventuras sexuais. Onde a procura de prazer está inteiramente desvinculada de investimentos afetivos, como a obrigação do casamento num passado recente. Para compreender melhor o consumo moderno, Campbell (2001, p. 87), relata que ainda precisamos de uma teoria mais adequada sobre o tema, ele também avalia que:

Além disso, a discussão do consumo pelos cientistas sociais está singularmente assinalada pela tendência a substituir a análise cuidadosa pela moralização,

⁷ **Mass Média** – referem-se às diversas formas de produção, difusão e recepção de informação e assentam em diferentes suportes ou tipos de transmissão da informação. São os vários meios de expressão social: a imprensa, a televisão, a rádio e o cinema, orientados para um público que se pretende atingir, produzindo um produto específico de mensagens políticas, ideológicas, comerciais, recreativas e culturais etc.

⁸ O **hedonismo** (do grego *hedonê*, "prazer", "vontade") é uma teoria ou doutrina filosófico-moral que afirma ser o prazer, o supremo bem da vida humana. O hedonismo filosófico moderno procura fundamentar-se numa concepção mais ampla de prazer entendida como felicidade para o maior número de pessoas.

⁹ **Consumição** nas palavras de Baudrillard é como desperdício produtivo – perspectiva inversa da do <econômico> fundada na necessidade, na acumulação e no cálculo em que, pelo contrário, o supérfluo precede o necessário e em que a despesa precede em valor (se é que não no tempo) a acumulação e a apropriação (BAUDRILLARD, 1995, p. 39).

obrigando assim a teorização existente a ficar desfigurada por importunas observações de caráter ideológico.

Na análise de Campbell (2001), o hedonismo pode ser apreciado sob a perspectiva tradicional e moderna, assim, vamos nos deter no crescimento do hedonismo moderno, com o cuidado de não reduzi-lo a uma perspectiva axiológica e moralizante. De tal modo que:

A chave para o desenvolvimento do hedonismo moderno está no deslocamento da preocupação primordial das sensações para as emoções, pois é apenas através do veículo destas últimas que a estimulação poderosa e prolongada se pode combinar com qualquer grau significativo de controle autônomo, algo que provém diretamente do fato de que uma emoção une imagens mentais a estímulos físicos. Antes, porém, que o pleno potencial do hedonismo emocionalmente mediado possa realizar-se, vários desenvolvimentos psicoculturais e críticos devem ter de acontecer (CAMPBELL, 2001, p. 103).

Para melhor compreender a organização da vida social na sociedade de consumo e hedonista é imprescindível considerar a pujante força que os meios de comunicação, na condição de fio condutor, exercem sob as instituições, a estrutura social e as pessoas de modo geral. Assim como nas palavras de Jurandir Freire Costa (2005) sob corpo e consumismo na moral do espetáculo.

É nesse turbilhão de transformações sociais que surge a chamada **indústria do sexo**; empresas que fornecem produtos e serviços eróticos, que de alguma forma se relaciona com a prática do ato sexual e atua valendo-se das sensações, das emoções e dos estímulos humanos. Essa indústria possui geralmente como público alvo o segmento masculino, que coexiste por intermédio da comercialização de material pornográfico em DVD, Blue-Ray, revistas, televisão e internet, onde inúmeras mulheres compartilham um mesmo destino de classe, principalmente perante as situações de exploração sexual. Entretanto, vale destacar que muitas mulheres relatam que obtêm realização sexual nessas atividades e elas tem a liberdade para fazerem suas escolhas.

É nessa lógica fetichista de reprodução de diferenciações que a indústria do sexo atua, ao manter padrões dominantes hierarquizados que são mensuráveis por objetos e signos na cultura dos *mass média* na atualidade. Observamos uma lista de produtos áudio visuais pornográficos em todos os tipos de mídia (jornais, revistas, cinema, canais de televisão, internet e filmes), que geralmente apresentam segundo Giddens (1993, p. 134): “o sexo de baixa emoção e alta intensidade” onde, “As imagens das mulheres em revistas pornográficas leves [...] são objetos de desejo, mas nunca de amor”.

A indústria do sexo conjuga uma gama diversificada de produtos áudio visuais com acessórios e utensílios destinados a gerar ou facilitar o prazer sexual. São produtos

como: roupas íntimas, fantasias, massageadores, preservativos, estimulantes, cremes e cosméticos, protótipos de pênis, vibradores¹⁰, bonecas insufláveis e alimentos com formato de órgãos sexuais, que são encontrados nos *sex shops*. Ao mesmo tempo, em que oferece e proporciona um rico arsenal de atividades e prestação de serviços envolvendo o erotismo e a pornografia, para deleite dos usuários que entrecruzam imagens como estimulantes à interação entre pessoas, por meio do strip-tease, sexo explícito e a oferta dos serviços sexuais como a prostituição.

E nesse cenário que operam os paradoxos da exploração sexual feminina, inserida numa ideologia de consumo, onde mulheres corroboram com o mercado na lógica da produção, reprodução e manipulação dos significantes na oferta dos serviços sexuais.

Na sociedade de consumo do sexo identificamos também diversas modalidades de serviços como: viagens destinadas às práticas sexuais (turismo sexual) e sexo online; espaços virtuais destinados à comercialização e à venda de sexo. Na prática esses mecanismos, especialmente os sites têm o propósito de expor e demonstrar as mulheres como se estivessem numa vitrine. De tal modo que os clientes (usuários) podem averiguar o “produto” e obter informações sobre ele e os serviços prestados.

As formas de exposição da imagem de mulheres, geralmente com conotação sexual, favorecem sua exploração e de maneira especial reiteram formas masculinas “tradicionais” de dominação e submissão, colocando-as no lugar da passividade, assim, mantendo velhas feridas e reelaborando novas fraturas que neutralizam o sujeito feminino, ao mercantilizar corpo e sexo. Portanto, os meios de comunicação e a publicidade funcionam como catalisadores num arcabouço de representações homogêneas da sexualidade. Nas palavras de Baudrillard (1995, p. 130):

A verdade dos meios de comunicação de massas é a seguinte: a sua função consiste em neutralizar o caráter vivido, único e de evento do mundo, para lhe substituir o universo múltiplo dos meios de comunicação mutuamente homogêneos enquanto tais, significando-se e referindo-se reciprocamente uns aos outros. No fim de contas, tornam-se o conteúdo recíproco uns dos outros – tal é a mensagem totalitária da sociedade de consumo.

E, continua Baudrillard (1995, p. 130): que um desses instrumentos midiáticos; “a TV veicula a ideologia da onipotência de um sistema de signos” [...] “as comunicações de massa não oferecem a realidade, mas a vertigem da realidade, a dimensão do consumo não é o

¹⁰ **Vibradores** – Não se sabe como eles começaram, mas há relatos de vibradores desde 1860 e anúncio, em jornais, no começo do século XX, porém apenas com a revolução sexual dos anos 1960 é que eles se tornaram mais populares.

conhecimento do mundo, nem igualmente o da ignorância completa; é a do desconhecimento”.

Por conseguinte, a indústria do sexo emprega, catalisa e expande sua ação mercadológica ao colocar o corpo e o sexo no centro dos estímulos da publicidade. Ademais, as estratégias do mercado atuam de forma articulada, onde os estabelecimentos especializados na oferta das atividades sexuais, ao atender seus clientes, geralmente combinam diversos serviços, ao incluir sauna, bar, alimentação e acomodações para pernoite, entre outros. É nesse contexto que o aforismo baudrillardiano dá munção teórica, para interpretar a exploração sexual feminina, enquanto objeto de consumo mercantilizado, como veremos a frente.

1.3. Dimensões simbólicas da mercantilização do corpo feminino e do sexo

O corpo é o lugar onde as coisas acontecem (atos, comportamentos, atitudes, relações), ao ocupar lugar central na vida social, política, cultural, psíquica e sexual, ele também demarca a posição dicotômica macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino, mente/corpo, presente nas representações sociais do mundo da vida, segundo Elizabeth Grosz (2000, p. 55): “No limite, tudo de que a consciência pode ter certeza é de sua existência auto-confirmada. A existência de outras mentes deve ser inferida a partir da existência aparente de outros corpos”.

Contudo, o corpo humano continua num lugar de inferioridade na filosofia tradicional e nas ciências sociais, mesmo no pensamento contemporâneo, se comparado com a mente humana. Entretanto, na lógica mercadológica do consumo, o corpo tem um lugar de destaque, especialmente o corpo feminino, pois ele está em constante exposição, seja nas diversas mídias, seja na realidade imanente, cuja centralidade coroa-se nas interfaces da sexualidade. Sabe-se que o valor hoje dado ao corpo é uma invenção recente, visto que, antes do século XX, ele não tinha importância e segundo Del Priore (2011, p.35): “O corpo feminino era considerado impuro” e “vesti-lo era afastá-lo do mal e do pecado”. “O corpo nu era concebido como foco de problemas duramente combatidos pela Igreja nesses tempos: a luxúria, a lascívia, os pecados da carne” (DEL PRIORE, 2011, p. 17).

No pensamento baudrillardiano o corpo é o principal instrumento publicitário utilizado como estimulante de compra e venda de produtos. É considerado o mais belo objeto de consumo; capital simbólico da atual sociedade. Segundo Baudrillard (1995, p. 136):

Na panóplia do consumo, o mais belo, precioso e resplandecente de todos os objetos – ainda mais carregado de conotações que o automóvel que, no entanto, os resume a todos é o CORPO. A sua < redescoberta>, após uma era milenária de puritanismo, sob o signo da libertação física e sexual, a sua omnipresença (em especial, do corpo feminino – ver-se-á porquê) na publicidade, na moda e na cultura das massas – o culto higiênico, dietético, e terapêutico com que se rodeia o obsessão pela juventude, elegância, virilidade/feminilidade, cuidados, regimes, praticas sacrificiais que com ele se conectam, o Mito do Prazer que o circunda – tudo hoje testemunha que o corpo se tornou *objecto de salvação*. Substitui literalmente a alma, nesta função moral e ideológica.

O corpo representa um espaço individual de intervenção no mundo. E, se anteriormente o enfoque da condição naturalista prevalecia na caracterização e representação diferenciada dos sexos, vale sublinhar que foi o corpo feminino quem sofreu na pele “as cruzadas” de conotações morais, religiosas e dos saberes médicos, num processo doutrinário

de sua intensa desvalorização, acompanhado inclusive de sua punição. Entretanto, houve profundas mudanças na relação com o corpo. Nas palavras de Roger Chartier (1995, p. 40), no processo de constituição da civilidade, há um recuo da força bruta e “a substituição dos afrontamentos imediatamente corporais por lutas simbólicas”.

É nessa seara de lutas, representações, saberes e convenções que a indústria e o mercado do sexo desenham e alicerçam os signos de uma valorização social do corpo, por meio de uma intensa exposição espetacularizada, que culmina também na exploração sexual feminina. Baudrillard (1995, p. 139) arrola:

O corpo não se reapropria segundo as finalidades autônomas do sujeito, mas de acordo com o princípio normativo do prazer e da rendibilidade hedonista, segundo a coação de instrumentalidade directamente indexada pelo código e pelas normas da sociedade de produção e de consumo dirigido.

É o caso da *Stripper virtual*, presente nos serviços de *Chat Line*, *Tele-chat*, que utiliza imagens do corpo para proporcionar prazer virtual aos clientes por meio da internet. Mulheres jovens. Em sua grande maioria não mostram o rosto e os serviços prestados são geralmente a visualização de masturbação, *striptease* e diálogos para atender as fantasias e exigências eróticas de clientes, comumente homens, onde o vender-se por sobrevivência, vem sendo deslocado e ressignificado numa lógica mercadológica centrada no lucro.

O *striptease* – “*provocação ao se despir*” – ato que envolve dança é majoritariamente realizado por mulheres que se despem completamente num palco, com o objetivo de excitar sexualmente o público, que está ansioso para ver sua nudez (corpo). Esta modalidade de rentabilidade tem se diversificado no mercado do sexo, para além da prostituição tradicional. Outra forma de exposição corporal é o *pole dance*, oferecida nos *strip clubs*, que significa a dança do cano, da barra, do varão ou do poste. Também conhecida como barra americana é uma forma de dança e ginástica que assume conotação sexual, há também vertentes voltadas para as práticas desportivas. Já o *Lap dance* é uma dança erótica, comum em clubes de *striptease*, onde a dançarina move-se sensualmente com ou sem roupa e chega a sentar no colo dos clientes para estimular a fantasia heterossexual.

Destarte, o corpo enquanto objeto de consumo mercantilizado fornece algumas indiscrições, ao mesmo tempo, que o percebemos precioso e resplandecente, ele também se mostra silenciado e esquecido, a depender da importância que assume no mercado de consumo. Michelle Perrot (2003) retrata essa situação, ao contextualizar uma imagem muda e dissecada do corpo feminino, reduzido à figuração. São os silêncios da vida íntima do corpo: as transformações corporais (menstruação, menopausa); a negação ao prazer, frigidez, aborto,

hecatombe; as violências (abuso sexual, incesto, estupros); as doenças das mulheres (câncer de mama e útero), as doenças nervosas (histerias, anorexia, depressão).

Outro silêncio simbólico ocorre em relação à AIDS, com o crescente aumento do número de registro entre as mulheres nas últimas décadas. No Brasil, o Ministério da Saúde divulgou boletim epidemiológico (2009), que aponta o crescimento de casos de HIV entre adolescentes e jovens do sexo feminino. O relatório aponta que entre os anos 2000 e de 2009, foram registrados 3.713 casos de aids em meninas de 13 a 19 anos, o que significa 60% do total, contra 2.448 em meninos. Os dados variam para cada grupo etário pesquisado, mas os números também revelam a feminização da epidemia do HIV/aids entre as mulheres a partir da década de 1980¹¹. O corpo feminino silenciado continua a receber os “ataques” vindos de situações desiguais e vulneráveis no exercício da sexualidade não reconhecida como um direito.

São as contradições do nosso tempo, “há quem diga que o século XX inventou o corpo”. E, que: “as mulheres começaram a se despir para praticar esportes, para dançar, para atuar nos palcos ou para vender-se” e “com o afrouxamento dos controles, o corpo feminino apto para o prazer descobriu-se”. (DEL PRIORE, 2011, p. 106). É na reelaboração de outra relação com o corpo, de novas reconfigurações que ele rompe com o funcionalismo mecanicista, regido por leis causais e naturais, que determinavam a condição feminina no mundo, inclusive ao estabelecer “diferenças não opcionais” entre os sexos.

“Ora, seja em que cultura for, o modo de organização da relação ao corpo reflete o modo de organização da relação às coisas e das relações sociais” (BAUDRILLARD 1995, p. 136). É nessa conjuntura que percebemos o corpo feminino como uma mercadoria no comércio sexual, que continua a glorificar a virilidade do macho, do homem, que “vende-se”, não somente no momento do carnaval, no caso da brasileira tipo mulata exportação, mas nas praias, nas propagandas, esse corpo “produto” está em toda parte, sobretudo no imaginário da população.

Segundo Maria Filomena Gregori (2004, p. 244): “imagens de corpos femininos com predominância do tipo ariano e loiro e seios firmes e enormes” são os que ainda se sobressaem no mercado pornográfico, também podemos acrescentar no caso do Brasil, como atrativo sexual avantajada da brasileira. Dote explorado para caracterizar e comparar as mulheres com frutas, como se estivessem prontas para serem servidas, saboreadas, degustadas, comidas e consumidas pelos homens.

¹¹ Para maiores informações acesse: www.aids.gov.br – cessão boletins epidemiológicos 2008, 2009, 2010.

Para finalizar emprestamos a fala de Baudrillard (1995, p. 145): “Percebe-se como o corpo se encontra vinculado às finalidades da produção enquanto suporte (econômico), como princípio de integração (psicológica) dirigida do indivíduo e à maneira de estratégia (política) de controle social”. O mais belo dos objetos segue seu percurso na história do capitalismo, enfim na sociedade de consumo, onde tudo vale desde que sejamos felizes.

CAPÍTULO 2

2 – MANIFESTAÇÕES E REGULAÇÕES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL FEMININA E RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Vimos no capítulo anterior que a sociedade de consumo estabelece um signo feminino sensual, sexualizado e erotizado no mercado do sexo, quando mulheres vêm-se diante de enfrentamentos corporais, na complexa dinâmica das lutas simbólicas, que as subjetivam ao considerar nas práticas dos serviços sexuais, o consentimento feminino como dominantes do fenômeno. Vale ressaltar, que as convenções estruturantes da contemporaneidade estão tingidas de etnocentrismos e androcentrismos, ao mesmo tempo, em que os séculos XX e XXI foram marcados pela quebra de tabus e o sexo visibilizado no cotidiano das pessoas (sites, novelas, filmes, cinema, livrarias etc.).

Nessa conjuntura a história da sexualidade assume contornos diferenciados nos últimos séculos, quando acompanhamos, segundo Foucault (2003) o “afrouxamento” dos códigos de conduta. Assistimos também uma maior atividade sexual da juventude brasileira, por exemplo, onde os comportamentos dos jovens demonstram – pesquisa de Flávia Rieth 1998, 2002, Ondina Leal e Jandira Fachel, 1999 – uma maior abertura e aceitação às práticas sexuais eróticas. Entretanto, percebe-se que nessas relações, as definições dos papéis de gênero continuam bem demarcadas e diferenciadas entre os sexos, por exemplo, na iniciação sexual de meninas e de meninos, os roteiros sexuais de rapazes e moças e nas representações dos sujeitos sexuais

Na oferta dos serviços sexuais também há demarcadores de gênero e diferentes e varadas formas de manifestações e regulações sobre sua prática, que podem ser identificadas em disposições individuais a depender do espaço e localidades onde eles se realizam. Conforme veremos a frente, no estudo de caso da fronteira Brasil/Venezuela. Entretanto, podem-se apontar algumas modalidades de exploração sexual feminina que ficaram conhecidas a partir da década de 1990, a saber: tráfico para fins sexuais, turismo sexual, prostituição forçada, prostituição internacional, prostituição infanto-juvenil, escravidão sexual.

No mercado do sexo comercial também há uma diversidade de trabalhos sexuais, como bem relata Piscitelli (2005):

E a lista é imensa, abarcando os desempenhados em bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através da internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas pornôis, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo, prostituição na rua (PISCITELLI, 2005, p. 07 apud LAURA AGUSTÍN, 2005).

Apesar do discurso hegemônico do passado justificar a prostituição como um “mal necessário” no sentido de manter a ordem e controlar a libido, onde as mulheres prostitutas ameaçavam a vida pública dos homens e a vida privada do lar (família) e, mesmo com o desaparecimento dos bordéis, vimos que a prostituição não deixou de existir e que nos deparamos com uma diversidade de trabalhos sexuais, que não podem ser reduzidos ao termo prostituição.

Não podemos esquecer que no mercado do sexo, a prostituta brasileira é vista como uma mercadoria erótica, desejada pela promiscuidade e passividade a ela atribuídos, mulata tipo exportação, quente e tropical, com um *plus* a mais. E que Margareth Rago (1998, p. 178), lembra com proeminência:

O erótico permeia nosso cotidiano, das piadas aos jogos de sedução, das roupas aos comportamentos, nos escritórios, nas escolas, ou nos bares. Séria, só mesmo a ciência, que alguém já chamou de cinza. Vivemos uma cultura e sociedade extremamente sexualizadas, em todos os sentidos, inclusive no da violência e a imagem da “sexualidade-tropical-do-sul-do-Ecuador” não deixa de ser muito estimulada pela indústria do turismo, na exportação das mulatas sensuais, do samba, do carnaval, do “tchan” e de tudo aquilo que conhecemos muito bem como o imaginário do Brasil Tropical, onde não há limites, só excessos e onde não se conhece o pecado.

Nessa mesma linha do idealizado Brasil tropical, assistimos a colonização e, porque não dizer, a domesticação do imaginário social de sexualidades à “flor da pele”. A ideia de exibição-exposição não exclui a de repressão-dominação que, paralelamente se constitui numa teia simbólica de signos e significantes sobre o corpo feminino, tornando-o objeto passivo de consumo, como aquilata Del Priore (2011, p. 115):

O que estava em jogo em todo esse discurso da aparência é a transformação do corpo feminino em objeto de um desejo fetichista. Se por um lado, a estética cinematográfica era sinônimo de mentalidade moderna e um domínio em que a mulher podia tomar iniciativas, por outro, a sensualidade que emana de sua representação a transforma em objeto passivo de consumo.

Com o advento da democratização da sociedade ocidental em tempos recentes, seguido do declínio da religiosidade, profundas modificações ocorrem nas relações cotidianas, porém alguns aspectos controladores da vida sexual e da sexualidade mantiveram-se, a exemplo das regulações cingidas de valores moralizantes, quando “martelava-se uma só mensagem: era preciso envergonhar-se diante das coisas de natureza sexual” (DEL PRIORE, 2011, p. 127).

O comportamento, particularmente o feminino deveria ser de recato e passividade, ou seja, de completa ignorância; deste modo, a repressão sexual relacionada às tradições, com ênfase no pudor distanciava inúmeras mulheres da realidade. Exemplo era a noite de núpcias, considerado momento de comprovação da moral sexual feminina, tudo indicava que era uma prova sangrenta. “Era o rude momento da iniciação sexual feminina por um marido que só conhecia a sexualidade venal” (DEL PRIORE, 2011, p. 81).

A vida de inúmeras mulheres estava cercada de artifícios, normas e convenções que controlavam sua sexualidade, os **postulados religiosos** deixavam claro que a única função do sexo era a procriação, daí o controle sobre a virgindade feminina, como forma de evitar os pecados da carne, considerados crimes de fé. “Para as igrejas, toda relação sexual que não tivesse por finalidade a procriação confundia-se com prostituição” (DEL PRIORE, 2011, p. 48). Ressalta-se que a linguagem androcêntrica da bíblia foi e continua sendo utilizada politicamente contra as mulheres, pois, até os dias atuais a igreja tece um conjunto de orientações dirigidas à sexualidade, com destaque a proibição do uso de métodos anticonceptivos e do sexo como fonte de prazer. Todavia, as mulheres têm subvertido as normas da igreja. Como retrata Teresa Citeli (2005, p. 61):

Elas passam a aplicar ao campo da sexualidade a noção de direito, reivindicando para si mesmas a demanda ao prazer, à alegria e à felicidade, desconstruindo as associações prazer/culpa, sexo/pecado fortemente inculcadas pela ação conjunta de uma cultura e de uma religião patriarcais.

Já a ciência por meio do **saber médico** não ficou atrás, tratou de elaborar um quadro de disciplinamento sobre a sexualidade, principalmente a feminina, baseado na higienização e na medicalização do corpo. No caso da prostituição, Luiz Carlos Soares (1986) em “Da necessidade do bordel higienizado”, traz elementos das principais preocupações e tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX.

Os médicos diziam que cada bordel deveria ter uma regente e que as prostitutas deveriam subordinar-se a sua autoridade; as prostitutas deveriam ser obrigadas a alistar-se na polícia; também deveriam realizar visitas médicas a cada quatro dias; as prostitutas dos bordéis eram proibidas de se mostrarem de maneira indecente; os bordéis deveriam localizar-se em áreas específicas, designadas à prostituição, que também ficou conhecido como “zonas de meretrício”; ademais, havia a orientação para que as prostitutas não frequentassem os mesmos lugares que as “mulheres honestas” (SOARES, 1986, p. 162-163). Na verdade se desenhou toda uma estratégia de controle policial e médico-hospitalar que pouco avançou na sua concretização.

No passado a repressão pelas autoridades de saúde também eram justificadas pelo advento da sífilis e outras doenças venéreas. Estava implícito que: “As teorias médicas eram as únicas que estavam autorizadas a olhar para a intimidade dos corpos e a falar sobre prazer e sexualidade [...] para falar sobre sexo usava-se a desculpa da ‘higiene sexual’” (DEL PRIORE, 2011, p. 78).

A medicina alicerçou uma doutrina embasada na racionalidade, que assumiu um papel preponderante na produção de discursos com validade universal e estabeleceu a divisão entre o “normal” e o “patológico”, impregnado de caráter normalizador da sociedade. As consequências dessas posturas refletiram-se nas relações sociais e, tornaram-se o “fio condutor” de valores, preconceitos e discriminações, que podem ser notados ainda hoje. Exemplo foi a epidemia da AIDS na década de 1980, que elegeu os homossexuais, juntamente com as prostitutas como “grupo de risco”, portanto responsáveis pela disseminação da doença no país, isentando por exemplo, o sexo masculino desse processo. Tal situação sublinha mais uma vez o caráter moralizante em torno das questões do sexo e da sexualidade, arquitetadas nas assimetrias de gênero.

O crescimento da epidemia do HIV/AIDS e das doenças sexualmente transmissíveis – DST’s, possibilitou maior abertura aos estudos, pesquisas, campanhas, programas, projetos e políticas dirigidas à prevenção e à educação sexual no país, o que proporcionou questionamentos à legitimidade do saber médico. Em tempos de AIDS não se fala mais em “grupo de risco”, mas em “comportamento de risco”. Entretanto, mesmo diante das mudanças há muitas permanências.

O Estado continua atuando na defesa da família monogâmica; no campo da política os espaços de tomada decisão ainda é fortemente ocupado pelos homens, pois, ainda se sobressai a ideia de que as mulheres são o “sexo frágil” e que sua realização pessoal passa pela maternidade. Ademais os “obstáculos culturais” às mulheres operam na ressignificação do sistema patriarcal em tempos de globalização que se expressam na violência, pornografia e poder.

2.1 – Patriarcado revisitado em tempos de globalização

Na concepção de família ocidental mais recente, acompanhamos o declínio do poder absoluto do pai e uma maior partilha das responsabilidades, que se expressam na constituição de sujeitos e subjetividades individuais, seja no casamento, seja fora dele, onde as relações não são mais arranjadas, mas fruto de escolhas pessoais e amorosas, o que te possibilitado novos modelos de parentalidade e de relações afetos-sexuais.

Historicamente a condição feminina esteve gerenciada pela autoridade do pai na família, do marido no casamento, da religião e da ciência na sociedade. Entretanto, observam-se na atualidade acentuadas transformações nas organizações familiares, impulsionadas pelos mecanismos já relatados – aumento da escolarização das mulheres, entrada no mercado de trabalho formal, separação da sexualidade e da vida reprodutiva, acrescenta-se ainda a presença de famílias chefiadas por mulheres, famílias mono e homoparentais – que também foram balizadores na “queda do poder patriarcal de outrora, conhecido como patriarcado tradicional.

Mesmo diante de mudanças o patriarcado cadente, com seus invólucros em distintas roupagens, cuja armadilha manifesta-se no âmbito das trocas sexuais, dramatizada na “dominação masculina” e na pornografia.

Se, anteriormente “Os maridos deviam se mostrar dominadores, voluntariosos no exercício da vontade patriarcal, insensíveis e egoístas, as mulheres, por sua vez, apresentavam-se como fiéis, submissas, recolhidas” (DEL PRIORE, 2011, p. 45). Hoje não. As mulheres assumem funções importantes para além da procriação e reivindicam sua condição de sujeitos de direitos.

Mesmo diante do destronamento da ordem simbólica do “chefe de família”, nota-se que essa dinâmica ainda sustenta um padrão de organização social, dirigidos por homens; basta nos debruçarmos nos baixos índices de participação política das mulheres nos processos de decisão e nos postos de comando do mercado de trabalho, para confirmar que a maioria desses lugares continua ocupado pelo sexo masculino.

O patriarcado em tempos de globalização conserva mecanismos de poder simbólico, a exemplo das festas de despedidas de solteiro; da “entrega” formal da filha/mulher, para o marido/homem por parte do pai na cerimônia de casamento; das festas de quinze anos; da linguagem sexista utilizada no cotidiano. Outra manifestação contundente acontece na religião, por meio da figura de Deus Pai todo poderoso, que atua nos corações e mentes, ao

estabelecer supremacia divina à figura de um homem branco, que transcende crenças e dogmas na representação dos três entes masculinos de poder sublime e sobrenatural: do Pai, do Filho e do Espírito Santo, da Igreja Apostólica Romana – católica.

Deste modo, constatamos a sua presença mesmo que velado, re-configurado e ressignificado na atual sociedade. E, Carole Pateman (1993, p. 63) vai mais longe ao afirmar:

Uma das vantagens da abordagem do problema do patriarcado através da história do contrato sexual é mostrar que a sociedade civil, inclusive a economia capitalista, tem uma estrutura patriarcal. As aptidões que permitem aos homens, mas não às mulheres, serem “trabalhadores” são as mesmas capacidades masculinas exigidas para se ser um “indivíduo”, um marido e um chefe de família.

E, complementa Safiotti (2001, p. 116): “A ordem patriarcal de gênero, rigorosamente, prescindem mesmo de sua presença física para funcionar. Agentes sociais subalternos, como os criados, asseguram a perfeita operação da bem azeitada máquina patriarcal”.

A exploração sexual feminina torna-se um terreno fértil, onde se manifesta o patriarcado moderno. “Existe um instinto natural universal (masculino) que, supõe-se, necessita e sempre necessitará, da válvula de escape fornecida pela prostituição” (PATEMAN, 1993, p. 291). A ideia de válvula de escape, ainda vinculada à natureza e ao instinto masculino, funciona como justificativa de manutenção dos privilégios do patriarcado, até porque, alerta Pateman (1993, p. 292):

Também há uma diferença fundamental entre a necessidade humana de comida e a necessidade de sexo. Às vezes não existe alimento disponível, mas todas as pessoas têm meios para satisfazer seus desejos sexuais à mão. Não há uma necessidade natural de se envolver em relações sexuais.

Na esfera da sexualidade o rompimento com a ideia dominante de que as mulheres têm vontades e os homens necessidades, propugnou também a abertura para o direito ao prazer, bandeira cunhada pelo movimento feminista, de mulheres simpatizantes, intelectuais, ativistas, entre outras. Entretanto, o lugar do sexo até os anos 1960, particularmente nos Estados Unidos e nos anos 1970 no Brasil, ainda dava lugar às relações dirigidas por uma moral civilizatória de controle dos atos sexuais, da libido; de mães mais próximas dos filhos (maternalização); da virgindade feminina como valor de honradez e; da marcante separação entre a mulher da casa e para casar, da mulher da rua.

Apesar das disputas teóricas quanto à utilização ou não do termo patriarcado, ao estabelecer um diálogo com Carole Pateman (1993), que o vê apropriado e atual, mas não poderia deixar de mencionar a contribuição de outras teorias feministas, que o enxergam como fixo e histórico, ao considerar o uso do conceito de relações de gênero mais flexível e adequado, como o faz Lia Zanotta Machado (2000, p. 5):

Assim o debate sobre as diferentes formas de se utilizar o conceito de patriarcado, na sua forma adjetiva ou substantiva, e nas diferentes modalidades segundo a época histórica, não se agudizou com o emprego mais generalizado do conceito de gênero.

Ainda, sobre o termo patriarcado:

Entendo que este conceito ainda que seja e possa ter sido utilizado em configurações teóricas marxistas e não tanto weberianas, sendo denominado uma forma de “*dominação e exploração*” (Saffiotti, 1992), ou “*sistema de opressão da mulher*” (Delphy, 1981) ou “*relações sociais de reprodução organizadas na família e que designam à mulher o trabalho reprodutivo*” (Pena, 1981), aponta obrigatoriamente para a circunscrição de momentos históricos onde esta forma de dominação (ou de dominação-exploração, ou de ideologia ou opressão) tenha lugar (LIA ZANOTTA MACHADO, 2000, p. 3-4).

O patriarcado ainda encontra lugar na moderna sociedade e apresenta-se por meio de camuflagens que legitima o poder dos homens e permite que eles tenham acesso aos corpos das mulheres, principalmente por meio do sexo pago. Nas palavras de Heleieth Saffiotti (2001 p.115):

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.

Heleieth Saffiotti (2001, p. 117) vai mais longe ao tratar a dominação-exploração ou exploração-dominação, ao relatar que:

No fenômeno do abuso sexual, por exemplo, poder haver exploração econômica, quando o abuso visa à prostituição de outrem, como pode haver exclusivamente a obtenção de benefícios próprios, como o prazer, sem vantagens financeiras. Assim, prefere-se entender exploração-dominação como um único processo, com duas dimensões complementares.

Sabe-se que a temática sobre sexo e sexualidade ainda são considerados assuntos espinhosos dentro e fora da academia, devido o recrudescimento acerca do modelo de família ocidental e principalmente por se tratar de um assunto que diz respeito à esfera privada e da intimidade. O que não nos impede de lembrar que no mercado do sexo o segmento masculino constitui a ampla maioria dos consumidores e que: “Nem todos os homens querem que se fique sabendo que eles compram esse tipo de mercadoria” (PATERMAN, 1993, p. 280).

Na busca de autonomia e do exercício dos direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva, percebe-se que muitas mulheres ainda não conseguiram ser completamente donas do seu corpo, basta observar a criminalização das mulheres em relação ao aborto no Brasil. Há informações que confirmam que esse mecanismo legal não tem impedido sua prática, mas evidencia a coerção que o Estado exerce sobre o sexo feminino, ao impor a maternidade

indesejada. Outra dificuldade que as mulheres enfrentam é a resistência que muitos homens ainda têm quanto ao uso do preservativo masculino, considerado um dos principais fatores de crescimento da contaminação de mulheres pelo HIV/Aids nas últimas décadas, inclusive o contágio de mulheres monogâmicas, o que nos coloca a força que o patriarcado tem na vida de muitas mulheres.

Na atualidade, a epidemia de HIV/aids segue quatro tendências: heterossexualização, interiorização, pauperização e feminização, conforme retrata Tatiane G. Guedes, Escolástica Rejane F. Moura, Andressa N. de Paula, Nancy Costa de Oliveira e Rebeca P. R. Vieira¹². Assim como: “A taxa de transmissão do HIV de homem para mulher é duas a três vezes maior que a da mulher para o homem, assertiva feita com base em características biológicas e anatômicas femininas”.

O que vale ressaltar na pesquisa ora consultada¹³ (VERMELHO, L. L.; SIMÕES-BARBOSA, R. H. & NOGUEIRA, S. A, 1999, p.373 e 374) é que:

Sobre a história da transmissão, os parceiros, em nenhum caso, haviam assumido a responsabilidade pela contaminação da companheira, assim como não assumiam a revelação da bissexualidade ou uso de drogas injetáveis perante suas mulheres [...] Parte importante destas mulheres (75%) desconhecia as atividades sexuais extraconjugais dos companheiros, e, embora desconfiassem, nunca ousavam inquiri-los. Relatavam medo das atitudes dos companheiros, inclusive de serem abandonadas.

O termo patriarcado utilizado no texto, enquanto uma estrutura de dominação e subordinação das mulheres no passado, não tem a pretensão de uma análise ontológica do seu uso, mas demonstrar como ele permanece implícito no modelo dominante de família nuclear, enquanto lugar dos segredos e do modelo heteronormativo da sexualidade, que se mantém predominante nos serviços sexuais. Maria Betânia Ávila (2001) lembra as recentes mudanças no Código Civil Brasileiro e como o patriarcado até pouco tempo garantia mais poder aos homens.

Mas o que quero salientar é, que, só em 2001, estamos aprovando um Código Civil que, definitivamente, supera a figura do Pátrio Poder na chefia da família. Portanto, nos termos da lei ordinária, a família, até o ano de 2001, ainda está reconhecida pelo Estado brasileiro como um sistema chefiado por um homem imbuído de poder patriarcal. Há aí, uma contradição com o princípio constitucional. Outras leis ordinárias ainda vigoram com formulações extremamente impeditivas à liberdade das mulheres (ÁVILA, 2001, P. 34).

¹² Artigo: Mulheres Monogâmicas e suas Percepções quanto à Vulnerabilidade a DST/HIV/Aids. DST - J bras Doenças Sex Transm 2009; 21(3): 118-123 - ISSN: 0103-4065.

¹³ Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 15(2):369-379, abr-jun, 1999. Disponível em: www.scielo.br.

Vale sublinhar que o patriarcado moderno reproduz-se também nas práticas da homossexualidade e, num movimento orquestrado com o padrão dominante de relações sexuais e de sexualidade, que ainda trata inúmeras pessoas não heterossexuais com indiferença, preconceito e discriminação. Isso evidencia a força que a violência das normas (de gênero) tem, pois, a própria ideia de sexo deriva de relações complexas de poder entre homens e mulheres.

A trama dessa tessitura pode ser observada também na forma desigual de repartição de poder, ao manter os lugares de decisão e mandos ocupados na sua ampla maioria por homens, geralmente brancos e heterossexuais, pois, fugir desse modelo ainda significa desvio dos padrões pré-estabelecidos. Ademais, esse protótipo reforça a hierarquia nas relações sexuais, engendra o dualismo ativo/homem e passivo/mulher, mesmo nos relacionamentos afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Obviamente, que a contestação desse modelo tem sido combustível para os movimentos sociais, que a cada dia alargam sua pauta de reivindicação e conquista novos direitos, que estão além do modelo de dois sexos estáticos e fixos no âmbito da sexualidade. Mas, essas mobilizações não são tranquilas e mantem-se numa disputa político ideológica, como afirma Guacira Lopes Louro (2009, p. 87):

A substituição desse modelo (de um único sexo¹⁴) pelo modelo de dois sexos opostos que é o modelo que até hoje prevalece não foi um processo simples e nem linear. Essa transformação de ordem epistemológica – e também política, é claro – se deu junto com todo aquele conjunto de transformações já mencionadas. E, por longo tempo, houve embate e disputa entre esses modelos sexuais.

Adiante vamos tratar sobre o tema dominação e poder, e verificar: “Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum” (SAFFIOTI, 2001, p. 119). E, que a violência também é uma manifestação do patriarcado, onde homens ainda tem as mulheres como sua propriedade.

2.2. Violência, pornografia e poder

A violência familiar e doméstica praticada contra as mulheres ainda é uma realidade e acompanha parte da história da condição feminina, desde os tempos mais remotos. Também é possível afirmar que a violência impetrada contra as mulheres é uma manifestação do desejo

¹⁴ Até o século XIX acreditava-se que o sexo tanto de mulheres e de homens eram os mesmos (no caso masculino), e que os órgãos genitais masculinos estavam dentro do corpo da mulher e devido aos graus de perfeição eles não se desenvolviam no sexo feminino.

de controle e posse sobre o corpo e a sexualidade feminina, por parte dos homens. Segundo Saffioti (2001, p. 115):

Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social **homens** exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.

É considerada violência doméstica e familiar contra as mulheres segundo a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha:

Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se considerem aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convívio com a ofendida, independentemente de orientação sexual.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (artigo 5º e incisos).

A Convenção de Belém do Pará – 1994, em seu artigo 1º, também conceitua a violência contra a mulher, como sendo: “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. E, continua a convenção no seu artigo 2º; que a violência contra a mulher abrange a violência: física, sexual e psicológica: a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, **tráfico de mulheres, prostituição forçada**, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Já a violência de gênero é mais ampla, conforme aquilata Maria Almeida Teles e Mônica de Melo (2003, p. 18):

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.

Nota-se que a violência de gênero ocorre em todo mundo, em distintos grupos e sociedades, sendo dirigida as mulheres por sua condição de mulheres. De acordo com uma pesquisa divulgada em 2004, pelo Instituto Patrícia Galvão¹⁵, que ouviu mais de 2 mil mulheres em várias regiões do país e fez o levantamento de dados sobre a violência contra a mulher, que resultou na campanha nacional intitulada: “Onde tem violência, todo mundo perde”, identificou que quase metade dos assassinatos de mulheres em 2002 foram cometidos pelos maridos ou namorados, antigos ou atuais. A publicação da Fundação Perseu Abramo¹⁶ “A mulher brasileira nos espaços públicos e privados” de 2001, também apontou elevados índices de violência praticada contra as mulheres no país:

No Brasil, quase 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano, sendo 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, quatro por minuto e uma a cada 15 segundos. Em 70% dos casos o agressor é uma pessoa com quem ela mantém ou manteve algum vínculo afetivo.

A visão tradicional exposta anteriormente sobre a condição feminina, assegurava uma divisão entre o masculino e o feminino, onde as desigualdades e os privilégios do homem sobre as mulheres tinham suas marcas institucionalizadas na sociedade e, que são apreendidas desde a infância pelo processo de socialização. Esta situação criou uma hierarquização de poder que limita a vida de muitas mulheres vivenciada no cotidiano da cultura, sendo “naturalizada”, ocultada e justificada pelo ciúme, embriaguez, pobreza, baixa escolaridade, em defesa da honra, entre outras.

O “em defesa da honra”, para deixar mais claro, significa em defesa da honra sexual, pois, esses crimes geralmente contrariavam a moral sexual vigente e tinham como referência a honestidade sexual das mulheres e seguiam apoiados em leis que reforçavam as tradições católicas e patriarcais. Ademais, os crimes de defloração, estupro, atentado violento ao pudor, não tinham muito importância e geralmente caíam no esquecimento. Portanto, o que prevalecia era a defesa da honra masculina, nunca da honra feminina.

¹⁵ Instituto Patrícia Galvão – para maiores informações acesse: www.portaldaviolencia.org.br

¹⁶ Para maiores informações acesse: www.institutoperseuabramo.org.br

Assim, os crimes passionais tinham suas penas atenuadas até recentemente, sob a mesma alegação de “crimes contra a honra” e da justificativa da “mulher desonesta”, que chegava a resultar em absolvição de assassinos confessos. Portanto, essa realidade estruturou e favoreceu por muito tempo a situação de violência contra as mulheres, tendo como principal função a manutenção do poder e dos privilégios dos homens. Até a década de 1980, tinha-se um consenso entre as intelectuais feministas e militantes, que a violência praticada contra as mulheres era resultado do patriarcado, onde a mulher era a vítima e o homem seu algoz. Essa visão, ao longo das últimas décadas vem mudando, pois, acredita-se que a mulher deve assumir um papel de sujeito e conquistar sua emancipação, mesmo diante de relações violentas.

Sobre o mote “quem ama não mata” feministas e movimentos sociais iniciaram nos anos 1980 uma ampla campanha de combate à violência, que culminou na elaboração de políticas públicas, como relata Del Priore (2011, p. 211-212):

No ano de 1980 choveram “balas conjugais” e “no âmbito familiar” – denunciavam as feministas – escondiam-se os piores agressores. O bordão “quem ama não mata” ecoava em toda parte. O esforço foi correspondido. A partir da década de 80, foram criadas instituições de amparo às vítimas: SOS mulher, Conselhos da Condição Feminina, Delegacias de Defesa da Mulher.

As mulheres encontravam-se sujeitadas ao gênero masculino, pois os homens não admitiam a separação e muitos continuam não aceitando e cometendo os feminicídios¹⁷, não permitiam que as mulheres trabalhassem fora de casa, havia uma desvalorização constante das diferenças biológicas, discriminação salarial (que ainda persiste), desculpa da violência ser fruto dos hormônios masculinos, que geravam agressividade natural nos homens.

Mas, sem dúvidas umas das conquistas mais importantes foram as delegacias da mulher, as quais ainda hoje se constituem na principal política pública de combate à violência contra o sexo feminino.

A violência também permeia o universo da prostituição e nesse estudo identificamos inúmeras situações de agressões; do estigma relacionado as atividades sexuais a todas as formas de violência (física, psicológica, sexual). Do menor valor social imputado as prostitutas que vai da desqualificação, da banalização a profundas desigualdades na relação prostitutas e clientes.

¹⁷ Considera-se feminicídio quando a morte de uma mulher é provocada pelo parceiro ou ex-parceiro íntimo.

A história também revela casos cruéis de violência praticado contra as prostitutas, conforme observa Nickie Roberts (1998) na forma de serial killers:

Na França, em meados da década de 1970, uma série de assassinatos de prostitutas provocou um movimento de protesto; Peter Sutcliffe, o chamado “Estripador de Yorkshire”, durante seis anos aterrorizou a população feminina do norte da Inglaterra, matando treze prostitutas de rua e outras mulheres, e mutilando sete, antes de ser finalmente capturado em 1981 (ROBERTS, 1998, p. 355).

Inúmeras mulheres continuam sendo assassinadas e, entre estas aquelas que ousaram e ousam subverter a ordem moralizante no campo da sexualidade. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT¹⁸, quase 1 milhão de pessoas são traficadas no mundo anualmente com a finalidade de **exploração sexual**, sendo que 98% são mulheres. O tráfico chega a movimentar 32 bilhões de dólares por ano, sendo apontado como uma das atividades criminosas mais lucrativas no mercado do sexo.

Conforme apontamos a literatura recente, identifica como modalidade de exploração sexual: o tráfico para fins sexuais, turismo sexual, prostituição forçada, prostituição internacional, prostituição infanto-juvenil e escravidão sexual. Mary Del Priore (2011), fala brevemente da exploração sexual no Norte do país:

Nos garimpos do Norte, mal menstruavam, meninas eram encaminhadas aos bordéis. As condições eram terríveis: leilões de virgens, venda e tráfico de crianças e adolescentes, desaparecimento e cárcere privado e turismo sexual. [...]. Segundo relatório da ONU, em 2001, havia cem mil mulheres e crianças sexualmente exploradas no Brasil. A vida dessas pessoas pouco mudou de lá para cá (DEL PRIORE, 2011, p. 223).

Nas relações estabelecidas entre os sexos onde predomina-se a dominação-exploração, percebe-se que a violência contra as mulheres é a sua expressão, entretanto, mulheres em situação de violência não estão estáticas e polarizadas diante de homens violentos, estas relações são complexas e permeadas de poder, exercido por homens e mulheres, mesmo que de forma desigual. Segundo Heleieth Saffioti (2001, p. 133):

¹⁸ Para maiores informações acesse o Plano Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/PlanoNacionalTP.pdf> e www.mj.gov.br

Se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinha, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades várias, inclusive entre homens e mulheres.

Não é suficiente tratar a violência como algo relativo ao casal, desviando o olhar das relações de poder, assim, como a pornografia descolada das estruturas estruturadas e estruturantes (*cf* Bourdieu, 2002) da sociedade de consumo, pois, com crescimento e os avanços das tecnologias e a disseminação de produtos em massa, a exemplo dos impressos e de todos os instrumentos e mecanismos de divulgação no rol do *mass média*, é que podemos afirmar o quão próspero tem sido o mercado da obscenidade.

A organização social de gênero em torno da pornografia produz e reproduz uma certa homogeneização dos comportamentos, que transfere uma ideia de “consentimento” por parte das mulheres que vivem essa experiência, ademais, procura uniformizar essa prática como se as mulheres gostassem e sentissem prazer, entretanto, não podemos permitir e afirmar que os elementos determinantes dessa situação são os mesmos para todas as mulheres, isso levaria ao erro clássico da homogeneização dos fenômenos sociais. Contudo, acreditamos que pesquisadores(as) ainda não conseguiram de fato adentrar no mundo pornográfico dos filmes pornô, para captar a realidade dos acontecimentos e confirmar se realmente as mulheres desfrutam de forma positiva essas experiências.

O que percebemos na pornografia por meio da publicidade erótica, principalmente de filmes, é o consumo de imagens em que as mulheres encontram-se de forma mecânica simulando orgasmos, acompanhados de gritos e palavrões obscenos, onde as lentes ficam atentas aos movimentos que expressam dominação pelo sexo masculino.

No caso das práticas sado masoquistas (S/M), a situação é bastante complexa, ainda a ser decifrada, como é possível alcançar prazer em meio à violência. Repito a pergunta feita por Maria Filomena Gregori (2004, p. 236): “Trata-se de saber porque, nessa dissolução, cabe ao corpo “feminizado” o lugar da violação. Tal corpo pode ser o da mulher, mas também pode ser o do homem, desde que submetido a uma re-simbolização que o dote com sentido feminino”. E, continua Gregori (2004, p. 244): “O corpo feminino “torna-se prática aceita e estimulantes de um certo *voyeur* masculino”.

O feminismo radical considera a pornografia uma violência de gênero, ao elaborar a teoria da dominação do patriarcado essa corrente assumiu um viés conservador em relação a sexualidade, pois posicionaram-se contra a pornografia e a prostituição. Entretanto, a

pornografia em si não pode ser confundida com violência, ela também é um elemento constitutivo da sexualidade humana.

Apesar de ser produzida por ambos os sexos, nas suas diversas expressões (heterossexuais, bissexuais, homossexuais, lesbossexuais) a pornografia coloca os sexos em lugares distintos: homens dominadores x mulheres submissas; homens sobre o controle x mulheres dóceis, obedientes e “felizes”; adotam e perpetuam o dualismo masculino/feminino, baseando-se na díade ativo/passivo. No corpo se instaura, reproduz e ressignifica o erótico para o consumo, cujas manifestações não estão dissociadas de uma lógica de combinações de signos.

O corpo feminino torna-se objeto central da concretização das relações de poder e de dominação masculina, nas palavras de Piscitelli (2008), são realidades virtuais que inauguram novos paradigmas, que vai de uma literatura erótica, das publicações em massa, passando a diferentes formas de representar a sexualidade, quando as mulheres submetem-se a verdadeiras “fotografias ginecológicas”.

2.3. Das transformações da vida privada às políticas públicas para as mulheres

Os estudos no Brasil dedicados à sexualidade e às temáticas da mulher tomaram fôlego, a partir da década de 1970, quando os movimentos sociais, com destaque ao feminismo e o homossexual, passou a traduzir parte de suas ações em objetos de estudos, pesquisas, movimento contestatório e reivindicatório, somando-se aos acontecimentos que ocorriam fora do país.

A decisão da ONU em decretar o ano de 1975, como o ano Internacional da Mulher, foi um agente impulsionador desses estudos e pesquisas. Entretanto, foi um período morno, haja vista, a conjuntura política de opressão da ditadura militar vivida no Brasil. Os estudos sobre relações de gênero passaram a fazer parte dos debates, principalmente, no ciclo de conferências da década de 1990, como a de Direitos Humanos (Viena, 1993), a de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a perspectiva de gênero passa a ser incorporada às políticas públicas sob influência das conferências internacionais, a exemplo da Conferência de Beijiim, em 1995.

Um dos desafios enfrentados pelas feministas no Brasil, no início da década de 1980, que acenava para a elaboração de políticas destinadas às mulheres, foram as divergências do movimento de esquerda sobre as preocupações com a organização das lutas gerais da sociedade, em busca de transformações estruturais de um lado, e as lutas pelas “questões específicas” da mulher de outro, que rendeu debates e embates acalorados.

Mas, não restam dúvidas que esse período de efervescência política da sociedade brasileira em busca da democratização do Estado, rendeu bons frutos e proporcionou a criação de organismos em defesa dos direitos sociais e da cidadania. No Brasil, destaca-se, o pioneirismo nas políticas públicas, a criação dos primeiros conselhos estaduais da condição feminina em Minas Gerais e em São Paulo e, a primeira delegacia especial de atendimento à mulher do país (e do mundo), também na cidade de São Paulo no ano de 1985. Infelizmente, somente no final do século XX, é que se reconhece a situação de violência vivida por inúmeras mulheres no âmbito “doméstico”.

Outro marco na elaboração de políticas públicas para as mulheres, especificamente de enfrentamento à violência, foi a criação, no início da década de 1980, do SOS-Mulher na cidade de São Paulo. Um episódio narrado por Maria Filomena Gregori (1992) chama a atenção quanto à preocupação da militância sobre a violência contra as mulheres. Até a

década de 1980, não se falava sobre o assunto, entretanto num encontro ocorrido em junho de 1980, uma participante do núcleo de defesa das prostitutas apontou publicamente as violências desencadeadas por autoridades policiais. A reivindicação era de “uma atuação efetivamente feminista na luta em defesa das prostitutas” (GREGORI, 1992, p. 30). O resultado foi a criação de uma comissão de combate à violência sofrida pelas mulheres.

Também nos anos 80, os movimentos de mulheres no Brasil reivindicavam um programa de saúde da mulher. Assim, foi criado em 1983, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM, que propunha atender às necessidades de saúde das mulheres durante seu ciclo vital, dando atenção a todos os aspectos da saúde sexual e reprodutiva. Apesar da iniciativa sabe-se que ainda há muitas brechas, no que diz respeito, a uma demanda insatisfeita de planejamento familiar. Paralelo às mudanças no espaço público, ocorria uma verdadeira “revolução” no espaço privado e, o mais interessante era a “publicização da opressão vivenciada na intimidade”. As mulheres passaram a exigir das instituições não só cidadania pública, mas também cidadania privada.

Porém, vários organismos internacionais (ONU, PNUD, UNIFEM, OEA) passaram a refletir as especificidades das mulheres e elaborar instrumentos, convenções, plataformas, acordos para a implementação de políticas dirigidas ao segmento feminino. Daí que, o feminismo no Brasil sustentou-se baseado na atuação voltada ao combate à violência e às questões relativas à saúde.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), elaborada pela ONU em 1979, define o que é discriminação contra a mulher e estabelece uma agenda de ações. Foi o primeiro instrumento internacional de direitos humanos especificamente dirigidos à defesa dos direitos das mulheres. No seu artigo 6º já tratava do tema da exploração sexual feminina, que diz: **“Os Estados-parte tomarão todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição da mulher”**.

O Brasil também é signatário dos seguintes instrumentos para a promoção de ações em defesa dos direitos das mulheres: Da Plataforma de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos¹⁹; Da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher²⁰; Da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento²¹; Das

¹⁹ Conhecida como **Conferência de Viena**, realizada no ano de 1993, definiu os direitos humanos das mulheres e meninas como inalienáveis, integrante e indivisível dos direitos humanos universais.

²⁰ **Convenção de Belém do Pará**, por ter sido realizada nesta cidade, no ano de 1994, definiu o que é a violência contra as mulheres, esclarecendo que se trata de violação dos direitos humanos e liberdades

deliberações da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata²²; Da Declaração do Milênio das Nações Unidas²³; Das **Convenções 156 da OIT**, que trata da igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres trabalhadores(as); Da **Convenção 100**, que versa sobre a igualdade de condições de trabalho e salários entre homens e mulheres e da **Convenção 111**, marco importante no combate à discriminação racial no ambiente de trabalho.

Destaca-se ainda a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu no ano de 1995, conhecida como Conferência de Pequim, que mostrou a magnitude da feminização da pobreza, da violência contra as mulheres e de sua exclusão das esferas de poder.

É também na década de 1990 que o feminismo crítico (radical), vai discutir uma diversidade de temas: sexualidades, natureza/cultura, hierarquização das dicotomias, raça/etnia, entre outros. Há um gradual crescimento dos movimentos de mulheres e do movimento feminista com a proliferação de Organizações Não-Governamentais - ONG's, formação de redes e articulações, que refletiram e refletem diretamente a condição feminina, ao fazer incidência na elaboração de políticas públicas nas últimas duas décadas. Vale destacar que as políticas voltadas para as mulheres, foram pautadas pelos estudos de gênero, com foco no tema da violência, que estruturou um conjunto de políticas e continua sendo o eixo prioritário da ação governamental para o segmento feminino no Brasil.

Em 1º de janeiro de 2003, o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM²⁴), através da medida provisória nº 103, que foi convertida na Lei nº 10.683/2003, importante organismo de planejamento, elaboração, pesquisa, implementação de políticas para as mulheres. Também organizou em conjunto com feministas e movimentos de mulheres a I e a II Conferência Governamental de Políticas Públicas em 2004 e 2007 respectivamente, que resultou no I e II Plano Nacional.

fundamentais das mulheres, reconhece que a violência é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

²¹ **Conferência de Cairo**, realizada em 1994, trouxe para o debate a questão dos direitos reprodutivos das mulheres.

²² **Conferência de Durban – 2001**, afirma que o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata atingem de maneira diferenciada as mulheres, o que contribui para torná-las ainda mais propensas a situações de pobreza e violência, e ainda mais vulneráveis às múltiplas formas de violação de seus direitos humanos.

²³ **Cúpula do Milênio – 2000**, define oito metas a serem atingidas pelos países membros até 2015. Entre essas metas, a 3ª recomenda ações para a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

²⁴ A propósito, segundo dados atualizados da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM foi identificado que o Brasil tem mais de 5.500 municípios e, os serviços de atendimento disponibilizados são: 190 Centros de Referência (atenção social, psicológica e orientação jurídica); 72 Casas Abrigo; 466 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 93 Juizados Especializados e Varas adaptadas; 21 Promotorias Especializadas; 12 Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor; 21 Promotorias/Núcleos de Gênero no Ministério Público.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é resultado do debate e discussões das conferências municipais e estaduais em parceria com órgãos da administração pública federal, com gestores(as), movimentos sociais, que envolveu todas as unidades da federação. O Plano está dividido em 11 áreas ou eixos temáticos e indica as 388 ações, assim como prazos e os órgãos responsáveis para sua implementação. Dentro do eixo violência, tem o pacto de enfrentamento à violência que atualmente está subdividido em 4 áreas: a) feminização do HIV; b) garantia dos direitos sexuais e reprodutivos – incluindo o direito ao abortamento legal; c) implementação da Lei Maia da Penha e **d) o tráfico de mulheres e pessoas, incluindo a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.**

A discussão sobre a exploração sexual feminina e prostituição é bastante recente no feminismo brasileiro, sendo pautado no final da década de 1990 e no ano 2000 com adoção da Convenção de Palermo, que trata sobre o crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de pessoas. Vale sublinhar que esse debate contou com o apoio governamental e a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF), realizada no ano de 2000 e divulgada em 2002 possibilitou a visibilidade nacional sobre a problemática.

Hoje, podemos afirmar que houve grandes avanços na elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres, mas muitos desafios ainda estão postos frente à conjuntura social, política e econômica do país e na região (América Latina). São obstáculos à igualdade segundo a Cepal (2010)²⁵: o papel pouco ativo do Estado e a ausência de políticas integrais no campo da reprodução e da produção; a falta de autonomia econômica, política e física das mulheres; o reconhecimento do trabalho reprodutivo como parte de criação da riqueza; as políticas macroeconômicas sem diálogo com a economia do cuidado; a divisão sexual do trabalho, que por sua vez não valoriza o tempo e o trabalho não remunerado; a discriminação institucionalizada; a pouca participação das mulheres nas tomadas de decisões; a segmentação e precarização do trabalho remunerado das mulheres; a não proteção social; rendimentos inferiores aos dos homens; o aumento da pobreza feminina.

²⁵ CEPAL. Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade? Documento base da XI Conferência Regional Sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Realizada na cidade de Brasília, nos dias 13, 14, 15 e 16 de junho de 2010.

O trabalho não remuneração das mulheres e o tempo desprendido para sua realização as impede de construir um trajetória laboral de igualdade, também limita suas oportunidades no mercado de trabalho. Outro empecilho é o silêncio estratégico sobre o debate da paridade e da redistribuição do trabalho total entre homens e mulheres. Portanto, a redefinição do papel do Estado, do mercado e da família como provedores das políticas públicas e da igualdade não “empurrassem” as adolescentes e as mulheres para a exploração sexual feminina.

CAPÍTULO 3

3 – PREOCUPAÇÕES TEÓRICAS NO ÂMBITO SOCIOLÓGICO E DA SOCIEDADE DE CONSUMO

Ao longo desse texto apresentamos questões em torno da sexualidade e do sexo e suas formas de representação social, em que as mulheres envolvidas no mundo da prostituição são vistas como mercadoria e objeto de consumo e, não como sujeitos de sua própria história. Pensar a exploração sexual feminina tem significado dar visibilidade às questões antes consideradas do âmbito privado e muitas outras percebidas apenas como comuns nas esquinas escuras, estradas e fronteiras abandonadas.

Essa visão predominante nas ciências sociais estabeleceu alguns desencontros teóricos, relativo à produção do conhecimento sobre o tema, conforme aponta Adriana Piscitelli (2008) e, a própria Convenção de Palermo (2000) que continua a caracterizar as situações de exploração sexual, somente nas ocorrências de tráfico de pessoas e de turismo sexual, valendo-se da visão de opressão/dominação econômica, como determinante do fenômeno. O termo exploração sexual ainda “aguarda” uma melhor definição. Mesmo assim, primamos por utilizá-lo tendo claro a necessidade de uma re-elaboração teórico-conceitual que o termo exige, considerando que as atuais abordagens conceituais e legais não dão conta de responder às inúmeras e diversas modalidades de experiências vivenciadas por crianças, adolescentes e mulheres no mercado do sexo nacional ou transnacional, que estão além do tráfico e do turismo.

O mal entendido desse debate também se coloca ao tratá-lo pelo viés do crime organizado ou de migrações ilegais, sem levar em consideração os sujeitos envolvidos e suas “escolhas”, mesmo que “não opcionais” presentes na indústria e no mercado do sexo, que não necessariamente transformam adolescentes e mulheres em prostitutas forçadas, traficadas ou escravizadas. Nesse universo também se organiza um lógica de trabalho remunerado.

O Código Penal Brasileiro não trata do tráfico de pessoas para fins sexuais, mas de mulheres para prostituição internacional, conforme tipificado em seu artigo 231. Deste modo, nos deparamos mais uma vez com a “frágil” caracterização dos conceitos, que não permitem compreender o fenômeno da exploração sexual feminina na atualidade em toda a sua envergadura e dinâmica.

O próprio vender-se no mercado do sexo por sobrevivência vem sendo deslocado e ressignificado, devido às mudanças paradigmáticas ocorridas no último século, que refletiu

diretamente nos vários campos de estudo das ciências sociais e na própria elaboração do pensamento social, suas práticas e representações, inclusive ao modificar as modalidades da prostituição tradicional, para um amplo mercado global, dirigido ao comércio das fantasias sexuais.

Realidade inexorável na eficaz sociedade hedonista é o deslocamento do modelo relacional que procura tirar vantagens, para além dos aspectos econômicos, mas na busca também de prazer e de satisfação dos desejos individuais. Deste modo, o desconforto teórico-conceitual não impossibilita analisar a exploração sexual feminina, ao contrário, permite observá-la num arco de situações coexistentes entre “novas” e “velhas” formas de manifestações do sexo venal.

As acomodações sociológicas na atual sociedade de consumo, não permitem colocar no mesmo patamar, os serviços sexuais não-forçados por migrantes irregulares, por aqueles ofertados em situação de violação dos direitos humanos. Em suma, a diversidade do mercado do sexo, nos permite buscar modelos explicativos baseados nas informações empíricas, ao mesmo tempo, em que exige malabarismo na articulação entre conceitos e a realidade social inquirida. Essa profusão na oferta dos serviços sexuais, também demanda mais e mais pesquisas, a fim de cobrir um leque amplo de interpretações teóricas, devido sua relevância social já observado no primeiro capítulo.

Nesse percurso analítico nos deparamos com o desafio de revisitar as teorias sociológicas e, de encontrar modelos explicativos mais apropriados, porém se todos os conceitos são passíveis de revisão, também podemos conjecturar “novas” possibilidades interpretativas aos fenômenos. Assim, a exploração sexual feminina ancorada no pensamento baudillardiano se auto-produz e reproduz pela cultura, num processo de colonização do imaginário (simulacros) e intensificação das assimetrias de investimentos, fortalecendo valores dominantes e valores dominados no *rol* dos *mass média*. Portanto, precisamos conhecer a dimensão do consumo, como alerta Adriana Piscitelli (2009, p. 191) que: “conformam uma espécie de supermercado do sexo”.

Embora, tendo que ressignificar conceitos e termos, muito permanece das antigas práticas da prostituição e do comércio do sexo, a despeito de sua diversidade, conforme alerta Claudia Fonseca (2004, p. 257):

No entanto, ao se aproximar da vida das “profissionais do sexo”, em carne e osso, o pesquisador complica o quadro, pois não somente acaba descobrindo que o “exótico” não é tão exótico assim, mas também passa a reconhecer a extrema heterogeneidade desse universo.

Nesse universo “tomo a fronteira como lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história” salienta José de Souza Martins (1997, p. 12). Logo, a fronteira entre o Brasil, cidade de Pacaraima com a Venezuela, cidade de Santa Elena, colocam suas particularidades e suas homogeneidades nesse processo de saídas e chegadas, encontros e desencontros diante de uma ordem global, que se entrecruza à realidades locais comuns às mulheres que vivem no mundo da prostituição. Adriana Piscitelli (2005) também fala do crescimento do mercado sexual nas fronteiras:

A discussão sobre as relações entre agentes situados nos dois lados (demanda e oferta) deste mercado e sobre sua própria organização remete, neste momento, a um aspecto particular: à intensificação da circulação através das fronteiras, com objetivo de oferecer ou comprar serviços sexuais, um fenômeno que, na produção sobre o tema, é inserido na problemática da transnacionalização (PISCITELLI, 2005, p. 09).

A presença marcante de mulheres de nacionalidade brasileira na fronteira, fomentando o mercado sexual local, também aponta algumas especificidades, pois a entrevistas e o seus depoimentos deixam claro a não disposição para o atendimento de clientes brasileiros, que também buscam serviços sexuais do outro lado do país (Venezuela). Esse fator nos deixou intrigada. Porque a prostituta brasileira não vende seus serviços aos homens brasileiros? Porque essa prática ocorre na fronteira? Podemos considerar esse dado uma especificidade da região? Mas, a frente voltaremos nesse ponto.

A conotação de turista como agente explorador, incorporada à acepção de turismo sexual pode ser relativizada, pois as brasileiras que vendem serviços sexuais na região fronteiriça estabelecem critérios de seleção junto aos seus clientes. Estabelecem uma ordem de preferencias: homens venezuelanos, preferencialmente os indígenas aldeados, garimpeiros e comerciantes locais. As prostitutas constituíram uma certa autonomia ao eleger quem são os seus clientes, independentemente do pagamento.

Por conseguinte, é preciso ficar atentas, mesmo diante de certa “abundância” de mulheres na fronteira trabalhando de forma autônoma, elas não estão totalmente isentas das situações de vulnerabilidades que cercam o mercado do sexo, a exemplo do crime organizado, como lembra Nickie Roberts (1998, p. 351):

Na verdade, no Ocidente, o crime organizado tem pouco contato com o comércio do sexo e, embora as estimativas variem, a maior parte das prostitutas trabalha independentemente dos homens. Mesmo nos Estados Unidos, onde segundo o mito, todas as prostitutas são dirigidas por seus cafetões, os pesquisadores descobriram que não é bem assim. Em Nova York, Bernard Cohen relata que menos da metade das prostitutas de rua – aquelas mais vulneráveis à exploração por terceiros partes – trabalha com “agentes desviantes” (homens), e que em muitos casos é a mulher que controla estes “agentes”, e não, como se supõe, o contrário.

Mesmo diante da constatação da autonomia e independência vinda das mulheres que atuam na fronteira, não se pode esquecer as redes do crime organizado e das máfias que atuam de forma articulada, pois, dados indicados na pesquisa de caráter exploratório sobre tráfico de pessoas no Brasil (PESTRAF 2002), forneceu informações sobre as migrações ilegais e internacionais, ademais, identificou 241 rotas de passagem de pessoas para o tráfico no Brasil, destas 76 localizadas na região norte do país, incluindo a fronteira Brasil/Venezuela.

3.1. Organização social e espacial da região fronteira, sujeitos empíricos e configurações dos discursos

A cidade fronteira de Pacaraima (lado brasileiro) esta localizada ao norte do Brasil e fica a 217km da capital Boa Vista – Estado de Roraima. Geográfica e espacialmente vulnerável, o município é ligado pela BR 174, fazendo fronteira com a cidade de Santa Elena do Uairén/Venezuela. Antiga Vila do BV-8 nasceu com a chegada do exército e, em 17 de outubro de 1995 elevou-se à categoria de município pela Lei Estadual nº 96/1995, um vilarejo bastante freqüentado por moradores de Boa Vista, principalmente devido o clima agradável e ao fluxo comercial da cidade fronteira do lado venezuelano.

Na sede de Pacaraima podemos encontrar *in loco* os seguintes equipamentos sociais a serviço da população: a 1ª Companhia Independente de Polícia Militar de Pacaraima; um posto de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal; um Posto de atendimento do IBAMA; a Comarca de Pacaraima do Tribunal de Justiça de Roraima; uma Delegacia da Polícia Civil; uma agência de rendas da Secretária de Fazenda; uma unidade de atendimento ao contribuinte da Receita Federal; um posto de vigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; um hospital; um posto de saúde; um pelotão do exército de fronteira; uma unidade do Ministério Público; uma creche municipal; duas escolas municipais, sendo uma de educação infantil e ensino fundamental e a outra de educação de jovens e adultos, totalizando 03

estabelecimentos de ensino na área urbana, duas agências bancárias e uma agência dos correios.

Destarte, a presença do Estado é visivelmente marcada pela organização política, social e jurídica no município, com predominância de ações e programas governamentais, desenvolvido pelas 07 secretarias municipais (administração, finanças, educação, ação social, saúde, obras públicas, assuntos indígenas e agricultura, meio ambiente e turismo), mais as coordenadorias e assessorias vinculadas ao executivo.

O município tem área de 8.063,9 Km² e segundo dados do IBGE (2010), é constituído do distrito sede e tem uma população de 10.433 habitantes e, densidade demográfica (hab/Km²) de 1,30. Conforme gráfico abaixo, podemos visualizar a população do município segundo sua composição por sexo, sendo 5.408 pessoas do sexo masculino e 5.025 pessoas do sexo feminino, respectivamente 52% e 48%:

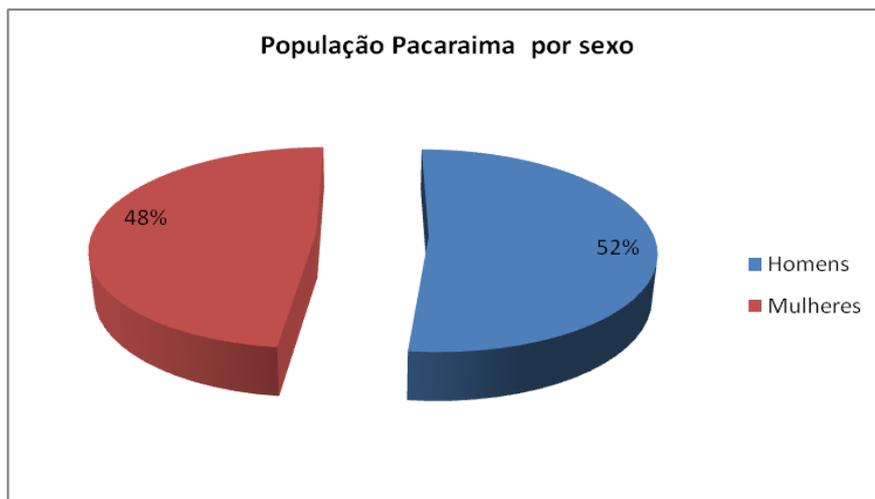


Gráfico 01 – Demonstração da população de Pacaraima segundo o sexo.

FONTE: Censo 2010 do IBGE²⁶.

Há certo equilíbrio populacional entre os sexos, que seguem o padrão brasileiro, entretanto, se observarmos as populações urbanas e rurais, verificamos que há uma inversão em relação à situação nacional, quando a população rural de Pacaraima é bem maior que a população urbana. Isso aponta-nos algumas singularidades da região pesquisada. Pois, o Censo 2010 demonstrou que a população brasileira é mais urbanizada que há 10 anos, ou seja,

²⁶ Dados sobre o último censo (2010) estão disponíveis no site oficial do IBGE, no endereço eletrônico: www.ibge.gov.br

em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora são 84%. Assim, o gráfico 02 evidencia que a região da fronteira Brasil/Venezuela é predominantemente rural.

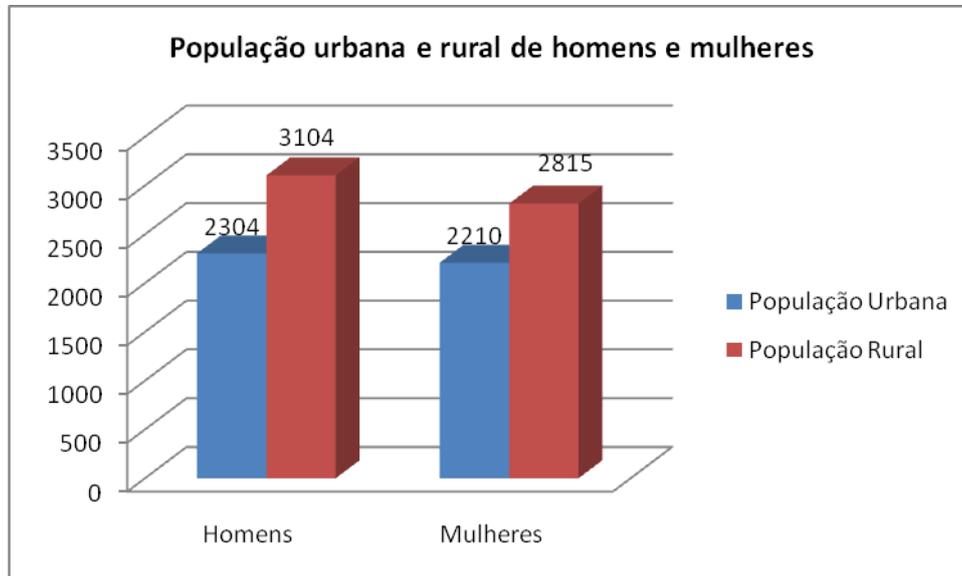


Gráfico 02 – Demonstração da população urbana e rural segundo o sexo.

FONTE: Censo 2010 do IBGE.

Outro elemento importante, diz respeito a raça/cor e etnia presente na região fronteiriça, onde ampla maioria da população rural é constituída de povos indígenas. Apesar das entrevistas terem sido realizadas entre a população urbana, podemos identificar a presença de indígenas não aldeados na cidade em busca de alternativas de emprego e renda, também observamos grupos familiares concentrados em bairros afastados e pobres. Nessa perspectiva observamos que a população se auto-identifica parda e não indígena, segundo dados do IBGE (2010).

No gráfico 03 abaixo, podemos visualizar essa informação, mas *in loco* identificamos a presença marcante de indígenas nos mais diversos espaços de trabalho e atuação no município. Assim, na hora de refletir e comparar os dados ficamos surpresos e ao mesmo tempo curiosos para conhecer esse questão mais profundamente. E, elegemos inclusive alguns questionamentos. Porque a população da cidade não se autoindenfica indígena? Há constrangimentos? Mas, para realmente nos aproximarmos da realidade empírica sobre a presença indígena na área urbana, necessitaríamos de outra pesquisa e, de mais instrumentos metodológicos qualitativos e quantitativos, para melhor compreender essa dinâmica organizativa da fronteira.

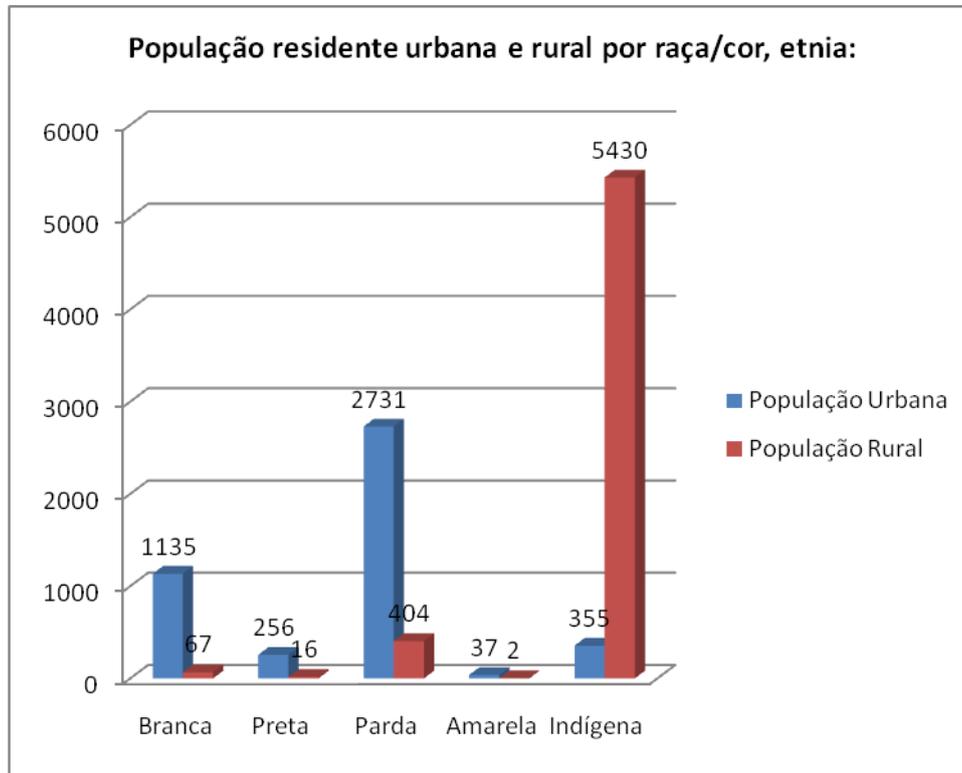


Gráfico 03 – Demonstração da população urbana e rurais segundo raça/cor e etnia.

Fonte: Censo 2010 do IBGE.

Assim, corroboramos com a proposta de D’Incao (1995, p. 176): “Foi lá (Tucuruí-PA) que observamos aspectos que nos indicaram a necessidade de uma sociologia das sociedades de fronteira”, pois, nos deparamos (Pacaraima) com a presença indígena aldeada, que acessa a cidade em busca de equipamentos sociais, serviços, comércio, entre outras, ao mesmo tempo, em que partilha modelos culturais diversificados com a população local (urbana) de migrantes e estrangeiros, evidenciando singularidades desse espaço.

Também realizamos o levantamento sobre as condições de rendimento dessa população, que pode ser observado na tabela 01 e no gráfico 04. Os domicílios particulares ocupados é de 2.409 residências, com uma média de 4,33 moradores, segundo o IBGE (2010). Destes domicílios identificou-se que 479 (19,88%) não possuem rendimentos, 460 (19,10%) ganham até $\frac{1}{4}$ da salário mínimo, 489 (20,30%) ganham de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salario mínimo, 484 (20,10%) ganha entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo, ou seja, cerca de 80% da população local tem baixíssimos níveis de rendimentos, conforme demonstra a tabela abaixo:

Distribuição de domicílios particulares permanentes, classe de rendimentos nominal mensal domiciliar per capita:

Rendimentos mensais per capita	Domícilios	%
Sem rendimentos	479	19,88%
Até ¼ salário mínimo	460	19,10%
De ¼ a ½ salário mínimo	489	20,30%
De ½ a 01 salário mínimo	484	20,10%
De 01 a 02 salários mínimos	271	11,25%
De 02 a 03 salários mínimos	100	4,15%
De 03 a 05 salários mínimos	69	2,86%
Mais de 05 salários mínimos	41	1,70%
TOTAL	2.393	99,33%

Tabela 01 – Demonstração de domicílios segundo rendimentos mensais per capita.

Fonte: IBGE 2010

Ao observar esses dados, podemos melhor visualizar a renda per capita da população do município de Pacaraima e chegarmos à conclusão que parte dessa renda provém dos benefícios de transferência de renda do Governo Federal, pois, segundo informações concedidas pela Secretaria de Ação Social, o município atende 318 crianças e adolescentes pelo PETI, sendo 153 do sexo masculino e 165 do sexo feminino e, cerca de 1300 famílias estão incluídas no Programa Bolsa Família²⁷. A média do benefício do bolsa família pode variar entre 32,00 a 242,00 reais, a depender a renda familiar e do número de filhos dependentes, procurando manter o benefício básico de 70,00 reais mensais. Essa situação pode justificar a baixa renda per capita da população, que ao somar os pontos percentuais chega a quase 80% dos domicílios com renda inferior a um salário mínimo, mais as famílias sem rendimentos.

Entendemos que esse fator torna essa parcela da população mais vulnerável, diante da dura realidade em busca do sustento financeiro e da própria sobrevivência. Ademais, se observamos os dados sobre a faixa etária da população, vamos identificar que a maioria são de adolescentes e jovens, pois ao selecionar a faixa etária entre 10 a 39 anos de idade, temos 5.439 pessoas (IBGE, 2010), que corresponde a 52,12% da população local. Veja:

²⁷ Maiores informações podem ser obtidas no portal da transparência do Governo Federal, no site: www.portaldatransparencia.gov.br e no site do Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome: www.mds.gov.br

Distribuição da população sendo faixa etária:

Faixa etária	Nº de pessoas	%
Mais de 60 anos de idade	495	4,75%
De 50 até 59 anos de idade	597	5,72%
De 40 até 49 anos de idade	909	8,71%
De 30 a 39 anos de idade	1.335	12,80%
De 20 a 29 anos de idade	1.575	15,09%
De 10 a 19 anos de idade	2.529	24,24%
Menos de um ano até 9 anos de idade	2.993	28,69%
TOTAL	10.433	100%

Tabela 02 – Demonstração da distribuição da população segundo a faixa etária.

Fonte: Censo do IBGE 2010

Se, selecionarmos as faixas etárias entre 10 e 29, temos 39,33% da população de crianças/adolescentes e adultos jovens, portanto podemos dizer que sua situação de pobreza torna-os vulnerabilizados, colocando-os em situação de risco diante do fenômeno da exploração sexual.

Primeiro, as tabelas demonstram que a maioria da população é jovem e pobre, situação que favorece a prática da exploração ou de pessoas ou grupos tirarem vantagens sobre quem esta em situação de desvantagens; segundo, o mercado e os consumidores de sexo, majoritariamente recorrem às meninas e mulheres, pobres, jovens e pardas (morenas), conforme já identificado na Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial – PESTRAF (2002); e, terceiro, as fronteiras ainda são concebidas como lugares vazios e, que devem ser ocupados e explorados, sem o respeito às tradições e dinâmicas locais, inclusive os indivíduos do lugar não são levados em conta no processo de ocupação e exploração, assim, esses lugares (fronteiras distantes dos grandes centros) são vistas como terra sem lei. Segundo Maria Angela D’Incao (1995, p. 177):

Da teoria de fronteira e de sua prática, no Brasil, podemos reter que, esta, ao conceber o local de expansão ou exploração de algum bem, como vazio, não considera outras formas já existentes nas localidades como algo a ser respeitado.

E, continua Maria Angela D’Incao (1995, p. 178):

Uma vida social composta não só de culturas distintas, mas também de posições econômicas diversas, em busca de novas e diferentes possibilidades e também de mudanças, transformações sociais que esse tipo de intervenção sempre promovem e trazem como promessas.

Essa fronteira apresenta contexto migratório, características de organização política baseado num modelo pós-colonial e ao mesmo tempo globalizado (área de livre comércio),

situações que se articulam diretamente com a exploração sexual feminina. Lembramos que essa região passou por momentos de ascensão econômica na década de 1990, devido a intensa extração mineral das reservas auríferas e no início dos anos dois mil, com a instalação de rizicultores nas terras indígenas, o que fomentava a presença de um grande número de trabalhadores na lavoura, principalmente na época de plantio e colheita, movimentando o mercado local, favorecendo a instalações de casas noturnas, boates, danceterias, *nightclub*, bordéis etc.

Mas, recentemente o município passou por conflitos político-ideológicos, devido a retirada dos produtores de arroz, fazendeiros e famílias não indígenas que estavam irregulares na área. Isso depois da homologação da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol (15 de abril de 2005), região que está colada a TI São Marcos, na qual o município de Pacaraima está inserido. A desintração esfriou o comércio local e conseqüentemente as atividades sexuais ofertadas na região. O que levou a fechar vários bares e casas noturnas do lado brasileiro, em contrapartida movimentou o comércio do sexo do outro lado da fronteira (Venezuela).

Os **sujeitos empíricos** da pesquisa foram divididos em 03 grupos. O primeiro denominado de comunidade geral, quando entrevistamos de forma aleatória 11 pessoas, sendo 03 do sexo masculino e 08 do sexo feminino, 27% homens e 73% mulheres respectivamente. Nesse grupo foram entrevistadas duas professoras; uma doméstica; uma trabalhadora em serviços gerais em Pacaraima, mas residente de Santa Elena e; duas mulheres comerciantes, sendo uma proprietária de restaurante e outra de uma pousada. A maior presença do sexo feminino nas entrevistas ocorre devido o marcador de gênero, que ainda opera nos espaços públicos a reprodução e a extensão do privado. A hodierna sociedade mantém a divisão sexual do trabalho. Veja, a distribuição das 11 entrevistas segundo a profissão/ocupação, conforme quadro abaixo:

Distribuição entrevistados(as) por profissão/ocupação:

Profissão/ocupação	Nº Entrevistados(as)	%
Comerciantes	04	36,36%
Serviços gerais	01	9,09%
Professora	02	18,18%
Atendente Lan House e Secretária do Trabalho	02	18,18%
Doméstica	01	9,09%
Vendedor	01	9,09%

Quadro 01 – Demonstração dos entrevistados(as) por profissão/ocupação.

Essa amostra possibilitou analisar a percepção de informantes estratégicos no município, que trabalham diretamente com atendimento e prestação de serviços ao público, no caso dos comerciantes entrevistados, eles eram de segmentos variados: alimentação, hotelaria e loja, o que também ampliou a visão sobre a problemática. Entrevistamos um vendedor, o que possibilitou estabelecer alguns pontos de partida. Entretanto, a percepção desse grupo não destoa dos outros entrevistados e as informações coletadas se complementam, pois todas as pessoas respondentes de alguma forma conhecem ou já viram adolescentes e mulheres em situação de exploração sexual na região. Ademais, o formulário apresentava uma questão sobre denúncias, com a seguinte pergunta: Você já denunciou ou conhece alguém que tenha denunciado casos de exploração sexual feminina? O que nos chamou atenção foi que 73% dos entrevistados disseram que sim. Conforme gráfico abaixo:

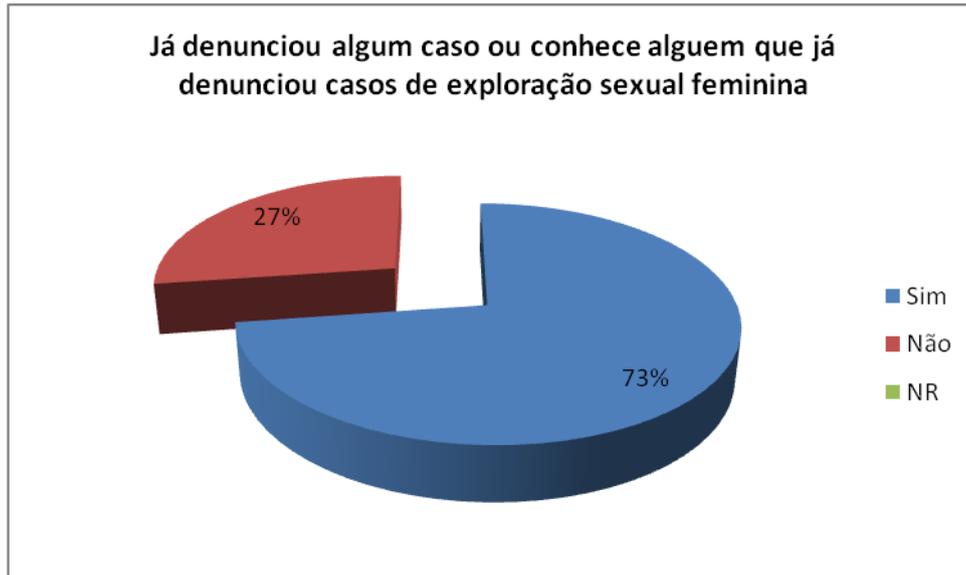


Gráfico 04 – Demonstração de casos de denúncias ou de pessoas que já denunciaram casos de exploração sexual feminina na região.

Assim podemos constatar que a exploração sexual feminina é um fenômeno presente na região e, que grande parte da população tem conhecimento dessa realidade.

O grupo empírico pertencente à comunidade geral de entrevistados era constituído de pessoas, entre a faixa etária de 20 a 59 anos de idade, conforme quadro abaixo:

Distribuição entrevistados(as) segundo faixa etária:

Idade	Nº Entrevistados(as)	%
20 a 29 anos	03	27,27%
30 a 39 anos	04	36,36%
40 a 49 anos	03	27,27%
50 a 59 anos	01	9,09%
Acima de 60 anos	---	----

Quadro 02 – Demonstração dos entrevistados segundo faixa etária.

A maioria das pessoas que prestaram as informações é relativamente jovem, onde cerca de 60% dos entrevistados nasceram na terceira (1980) e quarta (1970) últimas décadas, momentos em que os códigos relativos à sexualidade passavam por grandes mudanças (divórcio, advento da pílula, fim dos casamentos arranjados, início de ruptura com o tabu da virgindade). O nível de escolaridade desse grupo concentrava-se entre ensino fundamental incompleto ao superior completo. Entretanto, a maioria dos entrevistados (60%) tem o ensino médio completo, superior incompleto e completo. Esse quadro revela que são pessoas instruídas, situação que possibilita acessar informações, portanto com maior possibilidade de conhecimento da realidade. Veja:

Distribuição entrevistados(as) segundo grau de escolaridade:

Escolaridade	Nº Entrevistados(as)	%
Ensino fundamental incompleto	02	18,18%
Ensino fundamental completo	---	----
Ensino médio incompleto	01	9,09%
Ensino médio completo	03	27,27%
Superior incompleto	03	27,27%
Superior completo	02	18,18%

Quadro 03 – Demonstração dos entrevistados segundo grau de escolaridade.

As recentes mudanças culturais, adensado a elevação da escolaridade permitiu uma maior abertura aos novos padrões de comportamento e de organização da vida social, haja vista, que o conhecimento facilita a ruptura com práticas conservadoras de “velhos” modelos justificados pela tradição. Entretanto, quando perguntamos aos entrevistados: O que “facilita” a exploração sexual feminina, 09 respondentes disseram que é a falta de orientação e diálogo familiar, o que evidencia o quanto consideram importante e relevante o papel da família no desenvolvimento dos valores pessoais e no próprio comportamento dos indivíduos. A segunda resposta à pergunta foi a falta de ocupação (emprego e trabalho) e dinheiro como agentes facilitadores da exploração sexual feminina na região. Veja a gráfico abaixo:

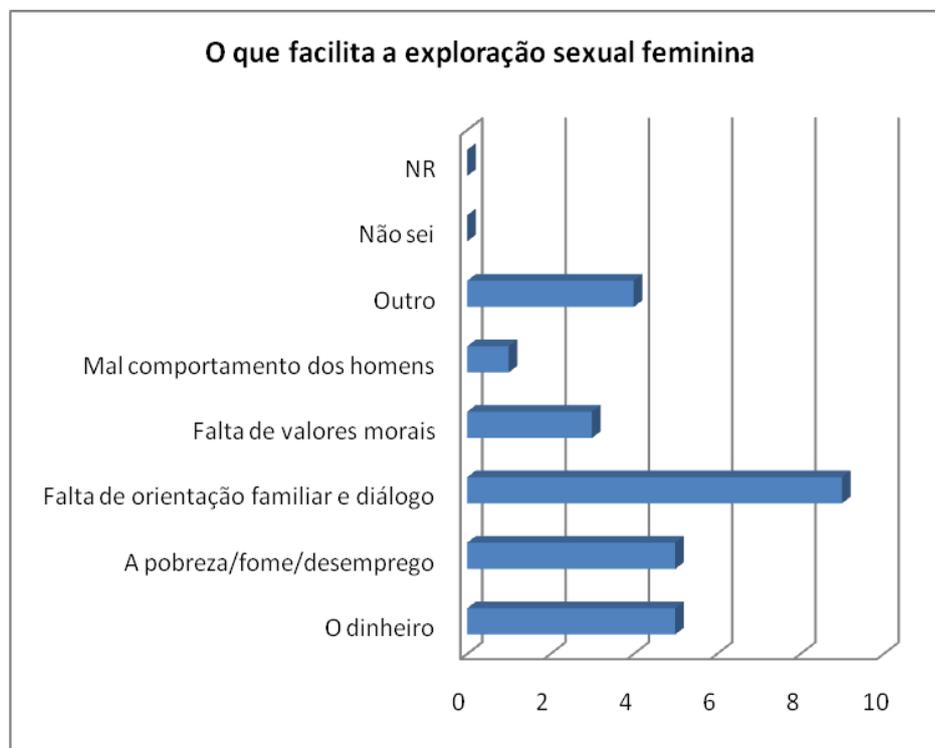


Gráfico 05 – Demonstração do resultado da pergunta o que facilita a exploração sexual.

Esse gráfico demonstra também como se opera as relações de gênero, pois somente uma pessoa considerou como facilitador da exploração o mau comportamento dos homens, é como se o fenômeno ocorresse numa via de mão única, sem participação do sexo masculino. Nas entrelinhas da conversa com os entrevistados percebe-se claramente, que há uma forma de organização do pensamento que “blinda” o segmento masculino e mantém a ideia hierarquizada das relações de gênero. As contradições transbordam ao considerar que as mulheres necessitam de uma certa “autorização” dos homens para viver a sua sexualidade. Mas, se buscam autonomia financeira com as atividades sexuais são consideradas imorais e castigadas socialmente, mesmo com o reconhecimento do comércio sexual na sociedade.

Sobre o porquê de meninas e mulheres serem exploradas sexualmente, as informações se complementam como o gráfico anterior (05), ao responsabilizar novamente a família pelo fenômeno, também seguido pela falta de ocupação/emprego/trabalho. Para as pessoas entrevistadas, os homens tem pouca participação na dinâmica da exploração sexual feminina:

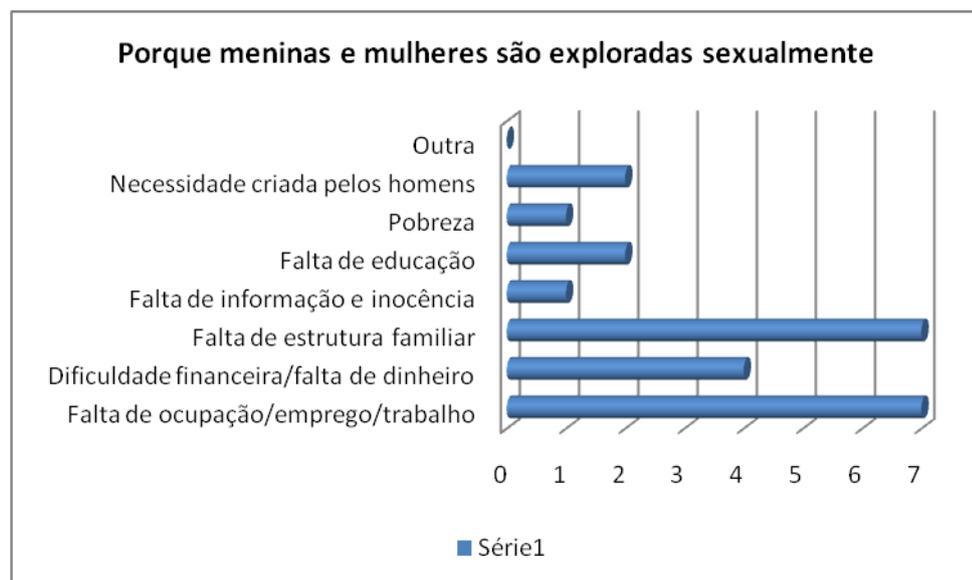


Gráfico 06 – Demonstração do resultado da pergunta: Porque meninas e mulheres são exploradas sexualmente.

Resumidamente podemos afirmar que a imagem da mulher ou da menina explorada sexualmente, continua estereotipada pelos “obstáculos culturais” ao alimentar a tradição, que comercializa o sexo e mercantiliza o corpo feminino, transformando-o em objeto para a satisfação dos homens na sociedade de consumo.

Nos deparamos também com uma fala generalizada que ressalta e “valoriza” a presença de mulheres brasileiras no mercado do sexo, principalmente na cidade de Santa Elena do Uairén (lado venezuelano), localizada à 15Km do município de Pacaraima (lado

brasileiro). Também se reivindica brasileiras nas áreas de extração mineral (garimpos), considerada uma das principais atividades econômicas da região. A população local é formada por famílias que trabalharam e ainda trabalham nas minas, por comerciantes, turistas e povos indígenas do entorno.

É nesse cenário de movimento comercial, de troca e câmbio que a mulher brasileira aos olhos dos venezuelanos, tornam-se mercadorias autênticas, erótica e desejadas. Um vendedor de Pacaraima já falava: “*A brasileira é mais solta, atrativa, liberada, sem frescura e os venezuelanos gostam disso*”. Entrevista realizada em janeiro de 2011.

3.2. Passagens e paisagens: Configurações da exploração sexual feminina na fronteira Brasil/Venezuela.

As paisagens descritas pelos sociólogos procuram ver e traduzir como as relações sociais acontecem em determinado meio, sua relação entre natureza e a sociedade, assim, como se conformam e organizam as experiências, vivências, representações do espaço, o que procura dar sentido e significados ao conhecimento sociológico e social, além de possibilitar outros olhares sob as paisagens, a natureza, o ambiente e os seres humanos. Portanto, as paisagens contribuem para oferecer imagens mais fiéis da realidade (terras, estradas, aldeias, cidades, casas), enfim, organiza o espaço social.

Estudos sobre territórios e mobilidade espacial da população também se somam às reflexões sociais, que podem impactar de forma positiva ou negativa localidades e comunidades, influenciando comportamentos e atitudes humanas, como é caso das migrações internas ou externas, ou mesmo nos deslocamentos de curta duração e a distâncias menores. No caso da exploração sexual que há uma lacuna teórica que consiga explicar o fenômeno, mas também há um brecha teórica que dê conta de explicar o fenômeno das migrações em toda a sua envergadura. Ao falar da exploração na fronteira e da prostituição realizada por brasileiras do lado venezuelano, falamos também de um tipo particular de migração, que necessitaria de inter-relações com alguns aportes conceituais, na perspectiva de iluminar à nossa compreensão para novas formas de deslocamentos inter e transnacionais. Tendo em vista que encontramos pessoas em movimentos pendulares na região. Conforme também já assinalava Martes (2009, p. 15):

Na fronteira com a Venezuela, segundo Oliveira (2006), o movimento migratório iniciado nos anos 1990, em Roraima, conciliou os atrativos da “fronteira agrícola” com atividades de garimpos. Segundo dados oficiais, há mais brasileiros na

Venezuela do que o contrário. Porém é relevante mencionar a existência de movimentos pendulares na região, devido a instabilidades econômicas dos países, além da descoberta de novas regiões auríferas.

Pautamos brevemente o tema sobre as migrações, devido às mudanças que a mobilidade espacial da população tem sofrido nas últimas décadas. Se, anteriormente as migrações aconteciam em escalada maior para os grandes centros urbanos e eram influenciadas pelo mundo industrial e pelo desenvolvimento econômico, hoje podemos observar que ela acontece entre e para pequenas cidades. Obviamente com fluxos reduzidos e gerados pela heterogeneidade desses processos, mas um fator de atração permanece vigente segundo Singer (1998), que é a busca de “oportunidades econômicas”. E, no caso da exploração sexual observa-se que as mulheres e adolescentes migram em busca de renda e para superar situações de desigualdades, exclusão ou opressão.

Podemos constatar que os deslocamentos na região fronteira, não necessariamente acompanham os processos de globalização, entretanto, a dinâmica dessa mobilidade, não está desarticulada com as demais escalas, mas se instalam valendo-se da inserção econômica interna, que permite a passagem de mulheres e homens nos caminhos do mercado do sexo transnacional.

Nessa fronteira fluida, flexível, plural, se percebe mudanças abissais nas práticas políticas, econômicas, culturais e sociais, onde processos antigos e novos coexistem e apontam para nossa incapacidade de responder as atuais questões com base em antigos pressupostos. Vale ressaltar que a cidade fronteira de Santa Elena não se constitui somente como lugar de passagem. É também um lugar de paragem rumo a outras localidades, a saber garimpos, região do Caribe e países da Europa inclusive. Essa região caracterizada pela conjuntura comercial e de descobertas de espaços auríferos para extração mineral, tem se tornado lugar de destino e fixação de muitas pessoas. Contudo a diminuição dos fluxos migratórios na região já é percebida, dados do IBGE (2011), que tratam sobre absorção, revelam a tendência de redução de migrantes na região norte, segundo (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2011, p. 31 e 32):

Roraima, Amapá e Amazonas mostraram-se como áreas de atração populacional, segundo a classificação, sendo o primeiro considerado área de forte absorção; Amapá, média; e Amazonas, baixa absorção migratória. [...]. O Estado de Roraima, que em 2000, era o único que apresentava um indicador de forte absorção migratória passou a média absorção em 2004 e rotatividade migratória em 2009, o que sinaliza uma tendência de redução no volume de pessoas e, possivelmente, dos fluxos migratórios que se destinam a essa Unidade da Federação.

Esse cenário tem ocasionado o fechamento de estabelecimentos comerciais e de casas noturnas no município de Pacaraima (Brasil). Mesmo assim, encontramos duas adolescentes

em situação de exploração sexual. Meninas conhecidas na região e consideradas pelas autoridades como “problemáticas”. Recorremos às palavras de Heilborn (1999, p. 40): “Valores e práticas sexuais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade”, portanto, constatamos que as duas garotas estão inseridas no mundo do sexo de forma ativa e friamente relatam sair com homens mais velhos, para garantir algum recurso financeiro: *“tem um taxista que ajuda muito, sempre dá um dinheiro pra gente”*. O modelo colonial de relacionamentos entre homens mais velhos e meninas jovens se mantém, com a ideia do velho que ajuda.

Essas meninas de 13 e 14 anos são cúmplices e amigas uma da outra, assim, enquanto uma faz o programa à outra cuida de verificar os arredores e se encontram algum dinheiro extra disponível, ou mesmo objetos que elas furtam para comprar drogas, revelaram que usam o dinheiro roubado ou que ganham nos programas para fumar maconha e pedra de craque. Inclusive confirmamos as várias ocorrências em nomes delas no Conselho Tutelar e na delegacia da Polícia Civil do município relativo a pequenos furtos.

As duas entrevistas foram autorizadas pelas responsáveis legais (mães), conforme termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). A adolescente que iremos chamar de Ana (pseudônimo) declarou-se parda, mas seus traços são indígenas e a família (mãe e avós) carregam linhas étnicas bastante fortes, morava na Vila Esperança (comunidade indígena), mas os familiares vieram para a cidade de Pacaraima em 2008, em busca de trabalho para o padrasto, que habitualmente bebia na Vila, quando não tinha cachaça, bebia álcool, hoje sua família é evangélica e devido a religião abandonou o vício.

O avô descendente de nordestinos também foi dependente de bebidas alcoólicas por muitos anos, mas há cerca de 10 anos se converteu e largou a bebida. Sua mãe tem 27 anos de idade e tem 08 filhos biológicos, no momento do contato vimos que estava no oitavo mês de gestação do nono filho (época entrevista). A mãe ficou grávida da primeira filha aos 13 anos, o pai da criança era o motorista do transporte escolar, que logo que soube da gravidez tratou de sair da comunidade. A filha mais velha até a presente data (janeiro de 2011) não conhecia o pai, a época da entrevista com 15 anos estava casada e morando numa casa cedida por amigos da família do esposo.

Ana é a segunda filha e também não conhece o pai. A mãe, o padrasto e os irmãos moram numa vila de casas geminadas, comumente chamada de estância, cedida por vizinhos. A principal fonte de renda familiar provem da mãe, que está cadastrada no programa bolsa família e recebe no valor mensal de 112,00 (cento e doze reais), do benefício, com esse valor

ela sustenta os 7 filhos, contando com a contribuição do marido, que trabalha como autônomo, nas palavras da mãe: *“fazendo um bico aqui, outro ali e descarregando caminhão em Santa Elena”*. A adolescente (Ana) relatou que a mãe já foi agredida pelo atual marido, e por isso não gosta do padrasto. E, numa briga chegou a agredi-lo com uma faca. *“peguei a faca e dei um furo nas costas deles, pra ele aprender, ele tava bêbado”* (Entrevista realizada em janeiro de 2011).

Quando perguntei se estava estudando disse: *“não gosto de estudar, sinto muito sono e as professoras são muito chatas”*. A menina parou de estudar o ano passado (2010), na quarta série do ensino fundamental e nem passa pela cabeça retornar aos estudos, aparentemente na escola nada chama sua atenção.

A família de Ana é muito pobre, suas oportunidades limitadas, ademais vimos que a exploração sexual afeta diretamente meninas e mulheres em situação de pobreza. Esse cenário nos remete as pesquisas e reflexões de Jessé de Souza (2009), resultado do livro: *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Ao dizer que certas qualidades e disposições para o sucesso econômico dos indivíduos, que muitos ainda pensam serem “naturais”, na realidade é privilégio de classe e das condições objetivas e concretas que permitam esse sucesso. Portanto, para tal é necessário “disciplina, autocontrole, pensamento prospectivo e capacidade de concentração”, isso exige o que ele chama de uma adequada “economia emocional”, fruto de vantagens oriundas de berço. Situação que possibilita sucesso na escola e, posteriormente no trabalho e na vida.

Vimos que essas meninas não têm oportunidades concretas e alternativas para seguirem outro rumo, irão compor no futuro os números negativos dos dados estatísticos de mulheres com baixíssima escolaridade e sem qualificação profissional. Ademais, sem o incentivo adequado para estudar suas chances de galgar um trabalho formal estarão reduzidas.

Maria (pseudônimo) a segunda adolescente entrevistada, mostrou-se mais extrovertida e bastante falante, diz que na família são seis irmãos, a mãe é separada, migrou da cidade Nova Rússia no Ceará para Roraima e trabalha como serviços gerais numa escola estadual. A adolescente participava do PETI, mas saiu quando acabou o projeto de dança, às vezes quando tem jogo de futebol participa esporadicamente dessa atividade. Saiu do projeto porque a meninas só faziam artesanato e ela não gostava. Infelizmente ainda constatamos a reprodução do modelo tradicional de mulher que, cozinha, limpa e borda, presente nos projetos governamentais de enfiletamento ao trabalho infantil.

Ao perguntar sobre o valor, quantos e com quem elas fazem programas, responderam que cobram 50,00 reais; os homens que pagam são taxistas, caminhoneiros, comerciantes e velhos. Não souberam responder quantos programas fazem por semana. Igualmente a Ana também parou de estudar no quarto ano do ensino fundamental, achava ruim escrever e acordar cedo, na sala de aula fingia que estava dormindo.

Sobre suas experiências sexuais, Ana fala que não gosta de ter relações sexuais com os homens, ela não gosta dos homens, mas ninguém acredita. Já a Maria gosta apesar das duas relatarem que tem posições muito ruins e que dói muito e, que preferem o papai e mamãe. Veja o relato de Ana: *“Ah! Não gosto de fazer isso não, dói, os cara machuca agente, vão muito rápido”*.

As primeiras experiências sexuais foram com homens mais velhos, que chamaram de um amigo. Mas, na verdade o que mais gostam é do dinheiro, Ana espera comprar um carro e Maria ter uma casa, igual á casa amarela. Fui até a casa amarela e, para os padrões de renda que a família da Maria tem, seria de uma residência com excelentes instalações: alvenaria, portas de ferro e vidro, coberta com telha de barro, varanda, área de serviços no fundo, sem muro e pintada de cor amarela. Essa domicilio não tem moradores e as jovens utilizam o espaço nos momentos que fogem da polícia ao cometerem pequenos delitos; para fazerem programas sexuais; fumarem drogas; se esconderem do conselho tutelar e mesmo da família. A casa amarela é o lugar que serve de refúgio e subterfugio, lá encontram uma certa “proteção”, conseguiram ter acesso ao quebrar a fechadura da porta dos fundos.

As entrevistas foram divididas em duas etapas, a primeira as duas estavam juntas – passamos um manhã conversando e no segundo momento estive na casa dos responsáveis, conversando com a família, com as mães em especial. As duas ficaram mais caladas e arredias, quase não conversaram comigo, se dirigiam mais para as mães, principalmente a Maria que reclamava com a mãe: *“ela só que que eu fique em casa, ela não quer que eu saia pras festas... ela quer que eu fique lavando louça e que que eu fique limpando a casa”*. Entrevista realizada em janeiro de 2011. Depois voltei a conversar novamente com as duas na principal praça da cidade.

Como relatei brevemente, a residência da família de Maria é extremamente precária e, mais uma vez, ao observar o desabafo de Maria em relação mãe, podemos identificar a reprodução das assimetrias das relações de gênero, que responsabiliza as meninas pelos serviços domésticos. As práticas cotidianas assimiladas no espaço privado, continuam a ditar modelos que não considera a divisão sexual do trabalho dentro de casa.

Nas entrevistas com os prestadores de serviços – segundo grupo empírico – observamos que o conselho tutelar entre outros, tem conhecimento da situação das duas adolescentes, entretanto, acham que é um caso perdido, pois já tentaram solucionar os dois casos ditos “problemáticos”, mas ainda não conseguiram.

O **segundo grupo dos sujeitos empíricos** foi denominado de prestadores de serviços diretos ou indiretos, que atuam e/ou se relacionam de alguma forma com as situações de exploração sexual feminina (atendimento, elaboração de políticas, implementação, enfrentamento e combate). Destarte, entrevistamos 12 pessoas, após assinatura do TCLE, sendo 03 do sexo masculino (25%) e 09 do sexo feminino (75%), conforme gráfico abaixo:

Das pessoas entrevistadas, três atuam como conselheiras no Conselho Tutelar do município, duas como assistente social e duas como educadoras do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), perfazendo o número de 07 respondentes, mais uma pessoa da Secretaria de Trabalho, uma Promotora de Justiça e uma psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que totalizou 12 entrevistas. Conforme o gráfico abaixo:

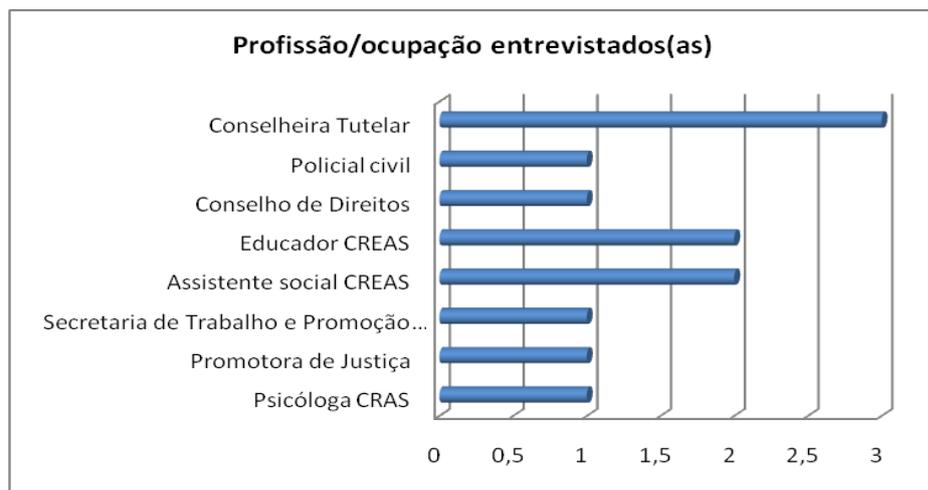


Gráfico 07 – Demonstração dos entrevistados segundo profissão/ocupação.

Esse gráfico possibilita visualizar alguns dos principais prestadores de serviços no âmbito da exploração sexual feminina, principalmente de crianças e adolescentes, a saber: o **CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social é uma unidade pública, que oferta serviços (psicólogo, educadores sociais, orientação, acompanhamento, implementação de projetos sociais) às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, entre outras), de modo articulado com a rede de serviços da assistência social. E o **CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social, também unidade pública, que serve de porta de entrada ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica. O principal

serviço é de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que consiste em um trabalho de caráter continuado e articulado em rede.

Contudo, nas entrevistas podemos observar que estes órgãos atuam de forma desarticulada, mesmo com a prerrogativa de atuação em redes. Verificou-se que geralmente são demandados frente aos atendimentos encaminhados pelo conselho tutelar e/ou ocorrências da polícia local, são reativos. Ao indagar sobre a implementação de projetos e/ou convênios para enfrentar a exploração sexual feminina na região, a resposta da coordenação, foi que no momento não tinha nenhum projeto sendo desenvolvido.

Apesar disso, identificamos uma ação articulada com diversos órgãos na região, inclusive essa atividade de enfrentamento à exploração sexual contou com a parceria do consulado venezuelano. O projeto denominado “Conto de Fadas”, de iniciativa e responsabilidade da Promotoria de Justiça local, foi realizado no último dia 12 de outubro de 2010. O evento foi caracterizado por uma panfletagem geral no comércio (Pacaraima/Brasil e Santa Elena/Venezuela), colagens de cartazes e uma mesa de debate sobre o tema exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na região. A promotora de justiça disse na entrevista, que o objetivo da promotoria é dar continuidade ao projeto e desenvolver atividades educativas e de conscientização sobre o tema todos os anos, especialmente no dia da criança: *“Com a população conhecendo o problema temos condições de enfrentá-lo”* (Entrevista realizada em janeiro de 2011).

Ao continuar a análise do formulário 2 (anexo), respondido pelo segundo grupo de entrevistados, a propósito da pergunta: A falta de valores morais por parte das adolescentes e mulheres faz com que elas se deixem explorar sexualmente? Chamou-nos a atenção a resposta positiva de quatro entrevistados, mais as respostas de sete pessoas que disseram talvez, tendo somente uma resposta que não. Frente a esse dado é importante fazer uma consideração, como os valores morais se sobressaem aos valores éticos, portanto as respostas revelam a visão conservadora que a sociedade tem em relação a sexualidade. Parte dos entrevistados veem o problema da exploração sexual feminina de forma individualizada, quando na verdade temos forças (culturais, patriarcais, religiosas, estruturais) que “trabalham” na manutenção de um *status quo*, que garante determinada ordem no mercado sexual. Apesar dos avanços na vivência da sexualidade feminina, constatamos que muito do tradicional permanece.

A outra questão era: “Se elas não quiserem abandonar essa atividade, não há nada que se possa fazer”; onde 09 dos entrevistados disseram sim, que nada poderia ser feito e somente três pessoas discordaram da afirmação, posicionando-se enquanto agentes que atuam no

combate e no enfrentamento à exploração sexual, portando não podem deixarem-se levar ou mesmo aceitarem de forma passiva a “vontade” das adolescentes e das mulheres exploradas.

Essa quadro também demonstrou um sentimento de impotência que muitos dos prestadores de serviços têm frente suas instituições e órgãos, pois não se sentem protagonistas nas mudanças sociais ou mesmo agentes de transformações capazes de fazer algo para modificar a vida das mulheres exploradas sexualmente.

E finalmente, quando indagamos: Em sua opinião qual o papel dos homens frente à exploração sexual feminina? Dos 12 formulários aplicados, 06 pessoas não responderam a essa questão (50%). As demais respostas divagam entre aqueles que não entenderam; uma pessoa que disse que também há mulheres que exploram outras mulheres. Mas, os entrevistados de modo geral veem o papel dos homens como secundário e justificado por problemas de saúde, foi o caso de uma psicóloga e de um representante do conselho de direitos no município, que disse que a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma doença o que remete a posturas conservadoras e dentro do senso comum.

Somente um respondente disse que o papel dos homens é prioritário em: “defender as vítimas, assegurar os direitos e em não fazer novas vítimas” e uma outra pessoa disse que “os homens são os causadores da exploração sexual”, até os que aconselham os “homens se policiarem mais; para não cometerem esses tipos de delitos”. (Entrevistas realizadas em janeiro de 2011).

Podemos também observar no conjunto das respostas a ausência de conhecimento sobre as relações de gênero e suas (re)configurações e a predominância do pensamento que criminaliza muito mais as mulheres pela situação de exploração que os homens. Isso leva-nos a sugerir a necessidade de preparação das autoridades, gestores e coordenadores de políticas na temática igualdade de gênero e seus reflexos no fenômeno da exploração sexual. Apesar das iniciativas governamentais presente no plano nacional de enfrentamento do tráfico e das ações desenvolvidas pela secretaria de políticas para as mulheres, no sentido de minimizar as desigualdades de gênero, nota-se que há uma grande distância entre a elaboração dessas políticas e sua implementação nos municípios e Estados. Esta dificuldade dar-se principalmente pela falta de conhecimento e sensibilização quanto às questões relativas as relações sociais de gênero.

Lamentavelmente, adolescentes e mulheres submergidas no mundo da exploração sexual e da prostituição, continuam estigmatizadas e segregadas, onde estereótipos, preconceitos e discriminações “azeitam” a engrenagem da estrutura social, cujos artefatos

fazem parte de tessituras que dita modelos e modos dominantes em nossa sociedade; blinda os homens e culpam as próprias mulheres por sua condição de exploradas.

3.3. Sujeitos e (des)locamentos na fronteira: Caminhadas contraditórias sobre linhas contorcidas

O terceiro grupo dos **sujeitos empíricos** de entrevistadas foram cinco mulheres de nacionalidade brasileira envolvidas na prostituição e duas adolescentes residentes na cidade de Pacaraima (relatado acima), que buscam nas atividades sexuais melhorar suas condições financeiras e de vida. Esse é um grupo ilustrativo, como esclarecemos anteriormente. Assim, todo o material que compõe as informações empíricas da pesquisa constituem-se em 29 entrevistas, onde procuramos analisar a percepção, as ações e principalmente conhecer um pouco da dinâmica da exploração sexual feminina na fronteira.

A localização das prostitutas brasileiras na cidade de Santa Elena (Venezuela), num primeiro momento tornou-se difícil devido a forma de organização do lugar, pois elas não ficam necessariamente nas ruas, mas, na entrada de alguns hotéis destinados a prática sexual, também são os locais onde estabelecem moradia por tempo determinado.

Para ingressar na cidade do país vizinho não há necessidade de apresentação do passaporte, o único controle de entrada e saída é feito no posto policial quanto a fiscalização pertinentes a mercadorias, devido o fluxo comercial. As autoridades venezuelanas fecham entre as 22 horas até as 05 horas da manhã a barreira próximo aos marcos de separação entre os países. A partir desse horário o tráfego se dá por estradas clandestinas, chamadas na região de “caminhos verdes”. O nome corresponde a exuberante paisagem marcada pelas savanas.

O encontro com as garotas de programas só foi possível com a ajuda de uma funcionária do conselho tutelar de Pacaraima, que apesar de trabalhar no Brasil, mora com seus filhos na cidade de Santa Elena (Venezuela), a justificativa se dá pelo baixo custo de vida na região: “Eu ganho meu dinheirinho em Pacaraima e consigo comprar as coisas pros meus filhos aqui. Eu tenho meu barraco aqui... só falta fazer o piso, mas aqui é muito bom!”. (Esse depoimento foi de uma das entrevistadas que atua como prestadoras de serviços no âmbito da exploração, que me levou até sua residência em Santa Elena e me apresentou as cinco

mulheres que ofertam serviços sexuais na cidade e também me acompanhou nas visitas aos locais de prostituição).

Visitantes de primeira viagem encontrarão dificuldades para localizar as prostitutas, pelo fato de não ficarem nas ruas e sim nos barzinhos e restaurantes dos hotéis, onde geralmente moram e, nas danceterias da cidade. Um dos principais hotéis, também conhecido como local de prostituição é o hotel Jarina. Foram inúmeras viagens entre as duas cidades na busca de entrevistá-las.

Outro fator que dificultou a localização das mulheres são os constantes deslocamentos de curta duração, que elas realizam entre a cidade fronteiriça e as áreas de extração mineral. Essa mobilidade espacial dependerá da procura dos serviços sexuais na cidade, quando há uma queda da demanda, elas imediatamente se deslocam para os garimpos, pois lá tem serviço garantido. Os deslocamentos também acontecem com a função de garantir um recurso a mais, para complementar a renda familiar, a fim de cobrir as datas comemorativas e festivas no decorrer do ano. O período de férias também é o momento de garantir uma reserva financeira

A condição dessas mulheres na Venezuela são de migrantes sem documentação, portanto, elas estão sujeitas aos abusos e desmandos da polícia e da guarda nacional (exército) local, vale lembrar que a Venezuela é um país militarizado. E, mesmo com o acordo bilateral de entrada sem o visto no passaporte é necessário uma permissão com data de entrada e de saída do país. Como as mulheres burlam esse mecanismo, pois não são turistas, elas passam a ser perseguidas principalmente pela polícia local, que as obrigam a prestarem serviços sexuais pelo silêncio e a permanência na região. Sublinhamos que a entrada na cidade venezuelana de Santa Elena é liberada para todos os brasileiros, pois, estes fomentam o mercado local, entretanto, a permanência é monitorada e para adentrar rumo ao centro do país é exigido à permissão ou o passaporte.

Das cinco mulheres entrevistadas, todas têm filhos, que moram com as avós maternas, somente uma relatou que as três filhas moram com ela e a mãe na mesma casa, sem a presença da figura masculina. Estes casos demonstram os contornos das relações de gênero, onde a engrenagem patriarcal funciona para manter os homens de certa forma imunizados dos encargos inerentes aos “pais de família”.

Para assumirem todas as responsabilidades com o cuidado da família e de si, essas mulheres deslocam-se geograficamente entre a fronteira, ao exercerem suas atividades sexuais

em Santa Elena e nos vários garimpos da região, ao mesmo tempo, em que cruzam e transitam entre as diversas e múltiplas fronteiras da subjetividade, sejam submetidas às políticas locais (de cada país), sejam estabelecendo circuitos íntimos, familiares, culturais, financeiros, políticos, trabalhistas.

Objetivamente, as mulheres que atuam nas atividades sexuais na fronteira, estabelecem e organizam os termos do acordo dos serviços ofertados junto aos clientes, segundo os depoimentos elas impõem os limites e a inteiração do ato sexual propriamente dito, como a duração do programa (tempo). Para elas é mais confortável, pois se o cliente não consegue gozar, elas não precisam ficar “agüentando o cara”, e já solicitam o pagamento do serviço, que acontece imediatamente após a relação sexual.

Apesar da circulação de poder entre o cliente e a prostituta, conforme relata as garotas de programa, são elas que definem as regras, o que pode e o que não pode na relação sexual. Uma das entrevistadas de pseudônimo Lúcia diz: *“topo tudo e recebo homens e mulheres, eu aproveito o momento, quero curtir, quero gozar”*. Outra de nome fictício Marina disse: *“adoro receber mulheres, eu sinto prazer em dar prazer às mulheres”*. Entrevistas realizadas em janeiro de 2011.

As outras três entrevistadas estabelecem alguns critérios: primeiro só fazem sexo com homens; somente atendem um homem de cada vez; não praticam sexo oral e anal com seus clientes, o popularmente conhecido três pratos ou *tres platos* (espanhol). Quando pergunto sobre situações de violência, elas dizem que uma cuida da outra, e que buscam socorro, ajuda e utilizam a estratégia do escândalo para chamar atenção e se livrarem do homem violento. Mas infelizmente, na prática dos programas, elas só podem pedir ajuda depois que a violência aconteceu, assim, elas não têm como prever ou impedir que a violência aconteça inclusive, não tem a garantia que os termos do acordo serão cumpridos. Na realidade são “eles”, os clientes que determinarão os acontecimentos, Isso demonstra que elas têm certa autonomia, mas que o poder é relativo. Nas palavras de Elisiane Pasini (2005, p. 06):

Isso exemplificaria que há circulação de poder, e que as prostitutas não o detêm em absoluto. Em outras palavras, aqui tanto a mulher como o homem tem suas práticas sociais e sexuais dotadas de regras, as quais, são construídas a partir de suas escolhas e comprometimento, em que ambos buscam o agenciamento do seu sujeito social.

Sobre o uso do preservativo, elas dizem que não fazem sexo sem proteção, inclusive foram unânimes nessa afirmação, considerando seus clientes eventuais e os mais assíduos.

Entretanto, verificamos que essa é uma linha tênue e um grande divisor de águas, pois com os namorados, amantes, homens que se relacionam afetivamente, elas abrem mão do uso do preservativo, como forma de demonstrar amor, paixão, carinho. Essa situação é contraditória. Será que esses homens sabem inferir, por meio do não uso do preservativo o grau de afeto que as mulheres manifestam nestas relações? e, mesmo elas conseguem controlar e confiar nessas regras próprias do mundo da prostituição? De qualquer modo, essa é uma conduta de extremo risco para aos envolvidos (mulheres e homens). Essa pode ser a explicação da presença dos filhos, que geralmente tem pais diferentes.

Na Venezuela identificamos uma particularidade, em relação ao condor. É, que as prostitutas brasileiras não gostam de usar o preservativo daquele país, segundo elas, a camisinha não tem lubrificação e “machuca muito a mulher”, diferente do preservativo brasileiro. Isso faz, como que elas se desloquem com mais frequência para Pacaraima, em busca do preservativo no posto médico. Os cuidados com a saúde também é realizado em Pacaraima (Brasil), quando recorrem ao sistema de saúde para exames, consultas e solicitação de preservativos.

Sujeitas a um status estigmatizado, essas mulheres ao recorrem ao posto de saúde, são censuradas pelo senso comum, pois, quando falam que são trabalhadoras do sexo e precisam de uma quantidade maior de preservativos, são tratadas com indiferença e, em muitas situações saíram do posto sem receber o material, sob alegação que já tinha acabado a cota para distribuição, ou então foram “obrigadas” a esperar horas e horas, até que alguém resolvesse atendê-las.

Infelizmente, as prostitutas são alvo do preconceito e na visão do senso comum são consideradas drogadas, portadoras de doenças, que se traduz em situações de violência, colado a indiferença social, pois como meretriz deve esta à disposição das exigências masculinas. Assim, são alvos da repressão e da hostilidade policial e, na fronteira não é diferente. As mulheres foram unânimes nos seus depoimentos, em dizer que não “suportam” os policiais, porque eles as levam a força para lugares ermos e não pagam pelos programas. Essa situação também foi exemplificada com o homem brasileiro, que é grosseiro e exigente – quer o serviço completo – mas não quer pagar, ademais não param o ato sexual enquanto não conseguirem ejacular. Isso é o que norteia a conduta do homem brasileiro, no trato com as garotas de programa brasileiras, “*como eles bebem e usam drogas, nós não agüentamos*”. “*Por isso agente não faz programa com os brasileiros*”. Entrevista realizada em janeiro de 2011.

Ao indagar sobre os venezuelanos, elas confirmam que eles (clientes) são completamente diferentes no tratamento das brasileiras, por essas e outras é que elas preferem trabalhar na fronteira e, não estão na suas cidades natais por que não querem se expor aos familiares, parentes, amigos e conhecidos, assim, ficam longe, principalmente dos olhares dos filhos. Essas dimensões subjetivas e objetivas, as levam a aprender a si (re)localizarem nos (des)locamentos, entre idas e vindas, entre os altos e baixos dos caminhos da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância dessa abordagem foi exposta ao longo do texto. Também aproveitamos a oportunidade para lembrar como a colonização e a escravidão foram fatores determinantes de opressão entre os sexos. Não só o modelo econômico contribuiu para uma condição desfavorável às mulheres, mas o conjunto das instituições sociais e da própria cultura, ajudaram a manter ao segmento feminino em situação de desvantagens em relação aos homens. Esse trabalho também refuta as leis gerais e universais do comportamento humano, baseadas no modelo positivo-funcionalista, que contribuiu a nosso ver para situar as mulheres em situações de desigualdades.

Todavia os estudos sobre a condição feminina e particularmente sobre a sexualidade, não se colocam como uma reflexão “a parte” nos estudos sociais, ao contrário, as contribuições da categoria analítica de gênero, tem abrido inúmeras portas para a elaboração e redefinição do próprio pensamento social. As pesquisas vão além da situação das mulheres; elas tratam sobre diversos temas: masculinidades, intimidades, sexualidades, modelos de famílias, sobre os distintos e múltiplos gêneros. Do ponto de vista teórico, político e mesmo ideológico, essas “aberturas” tem enriquecido o campo de estudos da sociologia e proporcionado compreender parte da realidade social, enfim, como funciona a sociedade.

A crítica voltada ao modelo de razão científica (dominante) descortinou a invisibilidade da história das mulheres. Essa “inovação” foi proporcionada em grande medida pelas contribuições teóricas do feminismo, que pautou a situação de desigualdades sociais, políticas, econômicas e sexuais na qual as mulheres estiveram submergidas. Assim, as convenções, regulações e manifestações no campo da sexualidade e do sexo, foram observadas pela ótica do respeito às diferenças e alteridades, desencadeando rupturas com as dicotomias nas ciências humanas e sociais – rupturas não necessariamente significam superação ou abandono de uma “velha” prática ou saber.

Irradiaram-se “novas” instâncias, espaços e políticas que questionaram a ordem anterior. As mulheres conquistaram direitos e o passo seguinte foi a elaboração de políticas públicas, como as delegacias e as creches; a construção de espaços de participação como os conselhos e as conferências; a elaboração de programas e planos específicos de políticas; a constituição de instrumentos legais (convenções, protocolos, leis) entre outros, instituíram-se sob a influência incontestada do feminismo.

Passamos a nos mexer e contorcer nesse terreno arenoso, que foi o questionamento das relações de poder, que operam no sentido de dominar e oprimir as mulheres. Sendo uma de suas manifestações a pornografia, que mercantiliza o corpo feminino e sujeita as mulheres a uma certa violência institucionalizada (no comércio), seja pela propaganda que torna o corpo feminino objeto, seja pela lógica de consumo. Para o feminismo radical a pornografia e a prostituição é a concretização da dominação dos homens sob as mulheres.

Para superar esse quadro de injustiça é necessário romper com a herança histórica, que ainda coloca as mulheres no lugar de subalternidade e com restrições às suas liberdades em todos os âmbitos da vida, especialmente no campo da sexualidade. Ressalva-se que é imprescindível e urgente traçar mecanismos eficientes de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal de qualidade e com a devida redistribuição das responsabilidades domésticas entre todos os integrantes do núcleo familiar, para que essas tarefas não recaiam somente sobre os ombros das meninas e mulheres da casa.

É mister romper com os discursos que “naturalizam” a condição feminina de sexo “frágil”, de mulher “meiga”, de “rainha do lar”, de “dona de casa”, de mãe, entre tantos outros atributos que estigmatizam o feminino, assim, como tornar público os silêncios que limitam a vida e o tempo das mulheres como o trabalho não remunerado, ou seja o trabalho do cuidado.

O Estado deve atuar na ampliação de políticas públicas em todos os campos (econômico, social, política, cultural), a fim de dotar-se de capacidade redistributiva em direção a igualdade. Para isso, também é preciso melhorar a legislação, o sistema educativo, a saúde e principalmente as políticas de geração de emprego e renda para as mulheres.

Habilitar as mulheres para a cidadania, com o compromisso e a vontade política de eliminar os estereótipos culturais que negam seus direitos, é primordial para o desenvolvimento de suas capacidades produtivas. Essa orientação também passa pela produção de pesquisas, estudos estatísticos, reflexões teóricas etc., para apurar quais são os desníveis de acesso, de oportunidades e, de trajetórias, entre homens e mulheres. Ademais se faz necessário também ampliar e melhorar a qualidade dos programas de qualificação, capacitação e a formação como um todo, pois a manutenção de um processo formativo embasado na divisão sexual do trabalho, fundamentado em valores morais que definem o papel de homens e mulheres na sociedade, e conseqüentemente pressupõem que o espaço público cabe aos homens e o espaço privado às mulheres, não permitirá avançar na igualdade. Portanto, deve-se estabelecer uma sintonia entre as mudanças educativas com as mudanças estruturais e culturais.

O estudo sobre exploração sexual feminina na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, permitiu identificar a existência do fenômeno na região, ao passo que revelou algumas tendências e singularidades na ofertas dos serviços sexuais. A primeira delas diz respeito a comercialização do sexo fora dos grandes centros urbanos, nesta cidade interiorana, com características rurais como é o caso de Pacaraima, a prostituição e a exploração somam-se a dinâmica de comercialização do sexo na sociedade de consumo, onde corpos inteiros e fragmentados “desenham” uma diversidade de territórios e da geografias do erótico.

Segundo, percebe-se que as prostitutas selecionam seu “time”, ou seja, seus clientes, mas não ditam as regras do jogo. O tempo na prostituição também estabelece um prazo de validade, portanto, os enfrentamentos diários em busca de sobrevivência econômica, física e política também caracterizam a exploração sexual feminina na região que veem-se num ritmo vertiginoso.

Terceiro, mesmo que “interiorizada” a exploração sexual, coloca muitas mulheres diante de um assédio invisível, ao defrontar-se com uma dinâmica mercadológica do comércio e da indústria do sexo, operacionalizada desde os grandes centros urbanos, até os mais distantes rincões do país. As adolescentes e as mulheres entrevistadas acreditam firmemente que podem ganhar mais com as atividades sexuais. Outras formas de trabalho como o doméstico e o autônomo não as motivam dentro do campo de recompensas (financeira ou profissional).

Observou-se também que são meninas e mulheres pobres, com histórias de conflitos familiares, poucas perspectivas de formação e qualificação profissional, de desemprego e de assalto a sua autoestima. Para construir alternativas às jovens e mulheres é preciso trazer as políticas para as ações locais e imprescindível fazer com que as leis saiam do papel e passem a compor o cotidiano das pessoas. É urgente a sincronia e articulação dos programas, projetos e ações voltadas ao combate e enfrentamento a exploração, adaptados as realidades locais.

Obviamente que nesse intercurso surgiram várias dúvidas, indagações, pois, nos deparamos com desencontros teórico-conceituais no próprio campo de estudos sobre gênero, por exemplo, o que demandou a elaboração da teoria *Queer*; da necessidade de uma teoria do consumo, que ultrapasse observações de caráter ideológico e; de preocupações teóricas que de conta de explicar a dinâmica das migrações e a mobilidade humana *em* relação e *com* relação a exploração sexual feminina, entretanto, buscamos acomodá-las numa perspectiva sociológica, que cria e recria perguntas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, Miriam. **Visões da pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas.** Revista sociologias. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 184-217.
- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In. PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** 5º ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 45-77.
- ANDRADE, Leandro Feitosa. Uma relação diferente entre homens e mulheres na prostituição feminina. In. ARILA, Margareth, UNBEHAUM, Sandra G. e MEDRADO, Benedito (Orgs). **Homens e masculinidades: outras palavras.** 1ª Ed. São Paulo: ECOS, Editora 34, 1998. p. 271-284.
- ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In. ÁVILA, Maria Betânia (org.). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade.** Recife: [s.n.]. SOS Corpo, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo.** São Paulo: Edições 70, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **O poder simbólico.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CENSO demográfico 2010: **primeiros resultados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm. Acesso em: maio 2011.
- CHARTIER, Roger. **Diferenças entre os sexos e dominação simbólica.** Cadernos PAGU (4) 1995: p 37-47.
- CITELI, Maria Teresa. Pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): In. **Sexualidade e Direitos Humanos – IMS/UERJ.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.
- CORRÊA, Marilena Villela. Sexo, sexualidade e diferença sexual no discurso médico: algumas reflexões. In. LOYOLA, Maria Andréa (Org.): **A sexualidade nas ciências sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 69-92.
- COSTA, Heloísa Lara Campos. **As mulheres e o poder na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2005.
- COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

D'INCAO, Maria Angela. Sobre o amor na fronteira. In. ALVARES, Maria Luzia Miranda & D'INCAO, Maria Angela (Orgs.). **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 1995.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In. PRIORE, Mary Del (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 5º ed. São Paulo: Contexto, 2001.p. 78-114.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. V. I. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In. PRIORE, Mary Del (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 5º ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 141-188.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 15º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

_____. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M. In: PISCITELLI, Adriana, GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio (Orgs.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 235-255.

GROSZ, Elizabeth. **Corpos reconfigurados**. Cadernos pagu (14) 2000: p. 45-86.

HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila. Introdução: Estudos de gênero no Brasil. In: MICELLI, Sergio (org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) sociologia**. São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS; Brasília, CAPES, 1999.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Save the Children, [s.n.]. 2003.

LEAL, Maria Lucia & LEAL, Maria de Fatima (Orgs.). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercialno Brasil –**

PESTRAF. Relatório Nacional. Brasília: Cecria, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade, UNESCO, 2009, p. 85-93.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspetivas em confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporaneo?** Série Antropologia 284. Brasília: 2000.

MARTES, Ana Cristina Braga. Velho tema, novos desafios – gestão pública da imigração. In. **Migrações e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, X nº 1 (2009). p. 09-27.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MEC/Brasil. **Gênero e diversidade na escola: Formação de professoras/ES em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Brasília: SPM, 2009, V I.

Ministério da Justiça. Brasil. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil**. 3. ed. Brasília. SEDH/DCA, 2002.

MISKOLCI Richard. in. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

OLIVEIRA Luiz Antônio Brito de & OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. (Orgs.). **Estudos e análises: informação demográfica socioeconômica 1. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. IBGE. Rio de Janeiro. [s.n.] 2011.

PASINI Elisiane. **Prostituição e a liberdade do corpo**. Rio de Janeiro: CLAM – AMB, 2005.

PATERMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In. MATOS, Maria Izilda S. de & SOIHET, Rachel (org.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 13-27.

PIERRET Janine. Elementos para a reflexão sobre o lugar e o sentido da sexualidade na sociologia. In. LOYOLA, Maria Andréa (Org.): **A sexualidade nas ciências sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 49-68.

PISCITELLI, Adriana. **As fronteiras da transgressão: a demanda por brasileira na indústria do sexo na Espanha**. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. N. 1 2009, p. 177-201.

_____. **Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas**. *Cadernos pagu* (31) julho-dezembro de 2008, p. 29-63.

_____. **Apresentação: gênero no mercado do sexo**. *Cadernos pagu* (25) julho-dezembro de 2005, p. 07-23

_____. **Viagens e sexo on-line: a Internet na geografia do turismo sexual**. *Cadernos pagu* (25) julho-dezembro de 2005, p. 281-326.

_____. **Histórias íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil**. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. In LOYOLA, Maria Andréa (org): **A sexualidade nas ciências sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 175 – 199.

- ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na História**. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1998.
- SAFFIOTTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos pagu (16) 2001: p. 115-136.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1998.
- SOARES Luiz Carlos. Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX. In. VAINFAS Ronaldo (Org.): **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Revista Educação e Realidade 16(2), 1990, p. 05 – 22.
- SOUZA, Jessé de. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- TELES, Maria Amélia de Almeida & MELO, Mônica de. **O que é a violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- TORRES, Iraildes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.
- VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In. PRIORE, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil**. 5º ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 115-140.

ANEXOS

Quadro 1 – Perfil das mulheres adultas entrevistadas:

01. Prostituta, 36 anos, negra, católica, nasceu na cidade de Boa Vista/RR. Mora em Santa Elena-Venezuela numa casa. Mãe de 03 filhos. Tem o ensino fundamental completo. Entrevista realizada em março de 2011.
02. Prostituta, 32 anos, parda, católica, nasceu na cidade de Manaus-AM. Mora em Santa Elena-Venezuela num hotel. Mãe de 4 filhos. Estudou até a 6ª série do ensino fundamental. Entrevista realizada em março de 2011.
03. Prostituta, 29 anos, parda, não tem religião, nasceu na cidade de Rio Branco-AC. Mora em Santa Elena-Venezuela num hotel. Mãe de 2 filhos. Ensino médio completo. Entrevista realizada em março de 2011.
04. Prostituta, 32 anos, negra, evangélica da Igreja Universal do Reino de Deus, nasceu na cidade de Maués-AM. Mora em Manaus e trabalha em Santa Elena-Venezuela num hotel. Ensino médio incompleto. Entrevista realizada em janeiro de 2011.
05. Prostituta, 27 anos, amarela, católica, nasceu em Belém-PA, Mora em Santa Elena-Venezuela num hotel com um companheiro. Mãe de um filho. Tem o ensino fundamental completo. Entrevista realizada em janeiro de 2011.



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA- PPGS

Formulário número 01 – COMUNIDADE GERAL

Pesquisa junto a pessoas adultas da cidade Pacaraima (Brasil) – sobre a percepção e conhecimento do problema da exploração sexual feminina na região fronteira.

Entrevistadora: Andréa Freitas e Vasconcelos

Data da realização da entrevista: _____

Horário de início: _____

Horário de término: _____

I - Dados gerais:

P1 - Cidade e local de aplicação: _____

P2 - Zona de aplicação: () Urbana () Rural () Área indígena

P3 - Sexo: () Feminino () Masculino

P4 - Profissão e/ou ocupação (anotar): _____

P5 - Idade (anotar): _____

P6 - Escolaridade:

() Ensino fundamental incompleto (1ª a 7ª séries do EF)

() Ensino fundamental completo (8ª série do EF)

() Ensino médio incompleto (1ª a 2ª séries do EM)

() Ensino médio completo (3ª série do EM)

() Superior incompleto

() Superior completo

() Mestrado

() Doutorado

() Nenhum

() NR

P7 - Você conhece ou já viu adolescentes que estão sendo exploradas nessa região (fronteira)?

() Sim

() Não

() NR

P8 – Você tem conhecimento de lugares nessa região (fronteira) onde meninas e mulheres atuam:

Prostituição/programas sexuais () Sim () Não () NR

Danças em boates/bares/casas () Sim () Não () NR

Deixam-se fotografar/filmar em poses e situações eróticas () Sim () Não () NR

Outro (especifique): _____

P9 – Você sabe de onde são essas meninas e mulheres que “atuam” nessas atividades?

- () Dessa localidade
- () De outras localidades (sabe qual?): _____
- () De outras regiões do estado (sabe qual?): _____
- () De outros estados (sabe qual?): _____
- () De outro país (sabe qual?): _____
- () NR

P10 – Você poderia dizer quais as razões para a existência da exploração feminina?

- () Maus exemplos na família
- () Pobreza
- () Perda dos valores morais
- () Mulheres e meninas gostam e se sentem atraídas
- () Violência doméstica e abandono do lar
- () Necessidade criada pelo mercado de consumo
- () Ausência de políticas públicas de trabalho e de cultura
- () Outra razão. Qual? _____

P11 – Qual seria sua reação se soubesse ou visse que uma pessoa adulta explora sexualmente meninas menores de 18 anos e/ou paga para manter relações sexuais com ela?

- () Procuraria ajuda das autoridades
- () Tentaria falar com a pessoa adulta que explora
- () Não faria nada
- () Outra reação. Qual? _____

P12 – Você já denunciou algum caso dessa natureza ou conhece alguém que denunciou?

- () Sim
- () Não
- () NR

P13 – Qual a sua opinião sobre pessoas que procuram menores de 18 anos e pagam para ter relações sexuais com elas?

P14 – Quais os locais (cidade, área rural ou indígena) que você considera como pontos de maior índice (presença) de exploração sexual feminina?

- Local A: _____
- Local B: _____
- Local C: _____
- Local D: _____

P15 – Como você acha que funcionam esses locais?

- Local A: _____
- Local B: _____
- Local C: _____
- Local D: _____

P16 – Em sua opinião a exploração sexual feminina tem haver com os fluxos migratórios e o trânsito de pessoas na região?

- () Sim
- () Não
- () NR

P17 – Não opinião porque vedem e compram o corpo feminino no mercado do sexo?

P18 – Você sabe quem são os consumidores de sexo na região?

- () Autoridades locais
- () Autoridades de outras localidades
- () Comerciantes em geral
- () Turistas e homens de outras localidades
- () Militares
- () Caminhoneiros
- () Traficantes (combustíveis e outros)
- () Outras pessoas. Quais? _____

P19 – Em sua opinião o que facilita a exploração sexual feminina na região (fronteira)?

- () O dinheiro
- () A pobreza/fome/desemprego
- () Falta de orientação familiar e diálogo
- () Falta de valores morais
- () Mal comportamento dos homens
- () Outro (especifique): _____
- () Não sei
- () NR

P20 – Em sua opinião o que poderia ser feito para dificultar, reduzir e até acabar/eliminar a exploração sexual feminina na fronteira?

- () Mais educação para as crianças e os adultos
- () Moradia adequada
- () Mais emprego e renda
- () Mais saúde
- () Mais informações
- () Punição (prisão) para os exploradores de menores
- () Fazer cumprir a legislação (Lei)
- () Outro. Especifique: _____

P21 – Em sua opinião porque tantas meninas e mulheres são exploradas sexualmente?

- () Falta de ocupação/emprego/trabalho
- () Dificuldade financeira/falta de dinheiro
- () Falta de estrutura familiar
- () Falta de informação e inocência
- () Falta de educação
- () Pobreza

- () Necessidade criada pelos homens
- () Outra. Especifique: _____

P22 – Que outras alternativas você vê na fronteira para que meninas e mulheres não sejam exploradas sexualmente?

- () Nada
- () Não sei
- () Especifique:

P23 – O que você acha que poderia ser feito para proteger meninas e adolescentes menores de 18 anos da exploração sexual feminina?

P24 – O que as Autoridades, Instituições e Entidades que atuam na área da infância e adolescência estão fazendo para proteger as adolescentes da exploração sexual feminina?

Ao finalizar agradecer gentilmente e dizer novamente que as informações serão tratadas com confidencialidade.



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA- PPGS

Formulário número 02

PRESTADORES DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL FEMININA

Pesquisa junto a pessoas que trabalham e/ou prestam serviços de atendimento, acompanhamento, implementação de políticas relacionadas ao fenômeno da exploração sexual feminina (conselhos tutelares, conselhos de direitos, programas governamentais, autoridades policiais, Poder Público, Ong's etc.) na cidade de Pacaraima (Brasil).

Entrevistadora: Andréa Freitas e Vasconcelos

Data da realização da entrevista: _____

Horário de início: _____

Horário de término: _____

I - Dados gerais:

P01 - Cidade/município e país: _____

P02 – Sexo: () Feminino () Masculino

P03 – Indique a Instituição e/ou Entidade na qual trabalha:

P04 - Qual a sua profissão?

() Assistente social

() Psicólogo

() Educador(a)/professor(a)

() Policial

() Comunicador / Jornalista / Radialista

() Advogado /operador(a) do direito

() Médico(a)

() Enfermeiro(a)

() Funcionário(a) público(a)

() Outra. Especifique: _____

P05 - Marque com um X a questão com você se identifica ou não relacionada à exploração sexual feminina:

1. A exploração sexual feminina sempre existiu e sempre existirá.

() Sim () Não () Talvez () NR

2. Se as instituições se organizarem, podem evitar que adolescentes e mulheres continuem sendo exploradas sexualmente.

() Sim () Não () Talvez () NR

3. As adolescentes e mulheres se deixam explorar sexualmente porque gostam.
 Sim Não Talvez NR
4. Elas poderiam fazer alguma outra coisa se quisessem.
 Sim Não Talvez NR
5. As adolescentes e mulheres que ficam se oferecendo nas esquinas se expõem a riscos.
 Sim Não Talvez NR
6. Para evitar que os filhos das adolescentes e mulheres em situação de exploração sexual feminina fiquem expostos a situações de risco, o melhor a fazer é levá-los para morar com outra família ou então, instituição.
 Sim Não Talvez NR
7. A falta de valores morais por parte das adolescentes e mulheres fazem com que elas se deixem explorar sexualmente.
 Sim Não Talvez NR
8. Se elas não quiserem abandonar essa atividade, não há nada que se possa fazer.
 Sim Não Talvez NR
9. O vício em drogas leva muitas adolescentes e mulheres a se deixarem explorar sexualmente.
 Sim Não Talvez NR
10. A exploração sexual feminina é uma forma de abuso de poder menos grave do que outras pelos benefícios econômicos que oferecem.
 Sim Não Talvez NR
11. As pessoas que alugam quartos de hotéis têm o direito de fazer o que quiserem sem ser incomodadas por seus proprietários.
 Sim Não Talvez NR
12. Denunciar essa prática pode me expor a riscos; portanto, prefiro não denunciá-la.
 Sim Não Talvez NR
13. Essa situação faz parte da sociedade contemporânea e de consumo, portanto, não posso fazer nada.
 Sim Não Talvez NR

P06 – O Código Penal, o ECA, a Lei Maria da Penha e outras leis do Brasil prevêm os seguintes delitos:

- a) Abuso Sexual – Sim Não Não sabe
- b) Incesto – Sim Não Não sabe
- c) Estupro – Sim Não Não sabe
- d) Assédio sexual – Sim Não Não sabe
- e) Rapto / Seqüestro – Sim Não Não sabe
- f) Exploração Sexual (tráfico, turismo, comércio e pornografia) Sim Não Não sabe
- g) Violência doméstica – Sim Não Não sabe

P07 – Conhece algum caso em que um movimento social (ONG, organização da sociedade) que conseguiu melhorar a situação de uma pessoa ou grupo em situação de risco?

() Sim () Não () Não sabe

P08 – Os funcionários públicos são obrigados por força da lei a notificar situações de exploração sexual de adolescentes?

() Sim () Não () Não sabe

P09 – A população em geral só pode denunciar casos de exploração sexual feminina de adolescentes se tiver provas contundentes?

() Sim () Não () Não sabe

P10 – Você conhece algum caso de pornografia infantil e de adolescentes na região, ou seja, quando um adulto paga para meninas menores de 18 anos para ser fotografada nua, mesmo com a sua permissão?

() Sim () Não () Não sabe

P11 – Dar dinheiro a uma adolescente para se deixar tocar nas partes íntimas do seu corpo seria exploração sexual infantil?

() Sim () Não () Não sabe

P12 – Meninas abaixo de 18 anos que dançam em boates estariam em situação de exploração sexual feminina?

() Sim () Não () Não sabe

P13 – Quando uma adolescente é contratada para fazer serviços domésticos numa casa e posteriormente o seu patrão, além desse trabalho, pede a que pratique sexo ou qualquer ato com conotação sexual, essa seria uma forma de exploração sexual feminina?

() Sim () Não () Não sabe

P14 – Você conhece casos de adolescentes e/ou mulheres no trabalho doméstico que foram abusadas sexualmente nesse serviço?

() Sim () Não () Não sabe

P15 – Quando um estrangeiro paga uma adolescente e/ou mulheres para manter relações sexuais com ela durante as suas férias, isso seria considerado turismo sexual?

() Sim () Não () Não sabe

P16 – Seria um delito pagar para ter relações sexuais com uma adolescente que já tenha estado na prostituição antes?

() Sim () Não () Não sabe

P17 – Em sua opinião que resultados (positivos – negativos) a exploração sexual feminina acarreta para as adolescentes e para as mulheres?

Positivos A – _____

Positivo B – _____

Positivo C – _____

Negativo A – _____

Negativo B – _____

Negativo C – _____

P18 – No Código Penal, ECA e em outras leis do Brasil estão previstos delitos relacionados à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, tais como:

a. A utilização de criança ou adolescente na produção de pornografia infantil.

() Sim () Não () Não sabe

b. O tráfico de criança ou adolescente para fins sexuais.

() Sim () Não () Não sabe

c. Manter relações sexuais remuneradas com crianças ou adolescentes.

() Sim () Não () Não sabe

d. Cafetinagem / Agenciamento (rufianismo).

() Sim () Não () Não sabe

e. Corrupção.

() Sim () Não () Não sabe

f. Posse de material pornográfico de crianças e adolescentes.

() Sim () Não () Não sabe

g. Acesso a sites de pedofilia (pornografia infantil).

() Sim () Não () Não sabe

h. Divulgação por meio eletrônico ou não de material pornográfico.

() Sim () Não () Não sabe

i. Turismo sexual.

() Sim () Não () Não sabe

P19 – No Brasil, pode-se pedir proteção para crianças, adolescentes e sua família vítimas de violência intrafamiliar? Se sim: Onde podem ser solicitadas medidas de proteção?

P20 – O Brasil ratificou diversas convenções, tratados, protocolos internacionais relacionados à proteção dos direitos das meninas, meninos e adolescentes em situações de exploração sexual comercial. A sua instituição tem a obrigação de participar da erradicação do problema?

() Sim () Não () Não sabe

P21 – Marque com um círculo a resposta que melhor reflete o seu nível de discordância com cada uma das seguintes declarações:

01. Nosso país é pobre; portanto, pouco pode ser feito para erradicar a exploração sexual de meninas e mulheres.

() Concordo totalmente () Discordo totalmente () Nem concordo, nem discordo

02. As instituições fazem tudo que está ao seu alcance para ajudar adolescentes e mulheres que são exploradas sexualmente.

() Concordo totalmente () Discordo totalmente () Nem concordo, nem discordo

03. Organizar-se em grupos para promover mudanças nas leis funciona.

() Concordo totalmente () Discordo totalmente () Nem concordo, nem discordo

04. Quando reformas nas leis são finalmente aprovadas pelo legislativo, elas ficam só no papel.

() Concordo totalmente () Discordo totalmente () Nem concordo, nem discordo

05. Nada se resolve com denúncias.

() Concordo totalmente () Discordo totalmente () Nem concordo, nem discordo

06. O Estado pode ajudar adolescentes, mas não mulheres acima de 18 anos, porque elas mesmas optaram por essa vida.

() Concordo totalmente () Discordo totalmente () Nem concordo, nem discordo

07. A pobreza é um mal impossível de ser erradicado nos países latino-americanos.
 Concordo totalmente Discordo totalmente Nem concordo, nem discordo

08. Nada ou muito pouco se resolve com lutas sociais.
 Concordo totalmente Discordo totalmente Nem concordo, nem discordo

09. É possível implementar na prática as leis que punam a exploração sexual comercial de adolescentes?
 Concordo totalmente Discordo totalmente Nem concordo, nem discordo

P22 – Se você estivesse num restaurante e observasse um adulto numa atitude comprometedora com uma adolescente, o que faria?

- Chamaria o gerente do restaurante.
- Chamaria uma autoridade.
- Reclamaría com um funcionário.
- Não faria nada, porque não adiantaria.
- Falaria com o adulto.
- Não faria nada, porque não é problema meu.

P23 – No Brasil e ou na Venezuela, podem ser solicitadas medidas de proteção para crianças e adolescentes em situação de risco? SE SIM: Onde tais medidas de proteção podem ser solicitadas?

Local A - _____

Local B - _____

Local C - _____

P24 – Nesta cidade qual(is) órgão(s) organização(ões) responsável por receber denúncias de exploração sexual comercial de adolescentes?

Local A - _____

Local B - _____

Local C - _____

P25 - Sua instituição/entidade/órgão tem alguma norma(s) ou procedimento(s) específico(s) para agir no caso de se **suspeitar** que uma adolescente esteja em situação de exploração sexual? Se sim quais normas e quais procedimentos:

Norma/procedimento A _____

Norma/procedimento B _____

Norma/procedimento C _____

P26 – Sua instituição/entidade/órgão adota **procedimentos** específicos para notificar a exploração sexual de adolescentes? SE SIM: Qual(is) norma(s) ou procedimento(s)?

Procedimento A _____

Procedimento B _____

Procedimento C _____

P27 – Na sua prática profissional quantos casos de exploração sexual feminina (adolescentes) você detectou e quantas de mulheres?

_____ casos de adolescentes

_____ casos de mulheres adultas

P28 – Indique o número de vezes que você denunciou casos de exploração sexual de adolescentes.

_____ vezes.

P29 – A exploração sexual feminina na fronteira acontece devido aos fluxos migratórios.

() Sim () Não () Não sabe

P30 – Em sua opinião quais são as **causas** da exploração sexual feminina?

P31 – Em sua opinião qual o papel dos homens frente à exploração sexual feminina?



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA- PPGS

Formulário número 03

ENTREVISTAS COM ADOLESCENTES MENORES DE 18 ANOS EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL FEMININA

Pesquisa com adolescentes (14 aos 17 anos e 11 meses) da cidade de Pacaraima (Brasil) em situação de exploração sexual feminina na fronteira.

Entrevistadora: Andréa Freitas e Vasconcelos

Data da realização da entrevista: _____

Horário de início: _____

Horário de término: _____

I – Dados Sócios Demográficos

P01 - Cidade e local de aplicação: _____

P02 – Zona de aplicação: () Urbana () Rural () Área indígena

P03 – Sexo: _____

P04 – Qual a cor de sua pele? Classifique a raça (pesquisadora anota): _____

() Negra

() Parda

() Branca

() Amarela

() Indígena

P05 – Religião:

() Católica () Protestante () Evangélica () Espírita () Umbandista

() Candomblé () Nenhuma () Outra: _____

P06 – Qual a sua idade? _____

P07 – Em cidade/estado/país você nasceu? _____

P08 – Em que cidade você mora atualmente? _____

P09 – Se sua família e/ou se você migrou para essa região (fronteira)?

() Sim () Não () N/R

II – Família

Filhos(as):

P10 – Você tem filhos?

() Sim () Não () N/R

P11 - Quantos filhos você tem? _____

P12 - Seus filhos moram com você?

() Sim. Todos () Sim. Alguns () Não. Nenhum

P13 – Quantos anos seu filho(a) mais velho tem? _____

P14 – Com quem os seus filhos moram?

- () Com avós maternos () Com os avós paternos
 () Com o(a) pai/mãe da própria criança
 () Com a família de a criação ou adoção
 () Com outros parentes (tios, padrinhos e madrinhas, etc.)
 () Em um albergue, lar ou instituição
 () Não respondeu

Companheiros(as)/esposos(as):

P15 – Você já morou com o namorado e/ou parceiro?

- () Sim () Não () NR

P16 - Quantos anos você tinha quando morou com ele/ela: _____ anos.

P17 – Quantos anos seu (sua) companheiro(a) tinha naquele momento? _____ anos.

P18 – Qual o sexo dessa pessoa?

- () Masculino () Feminino () NR

P19 – Você está atualmente vivendo com um companheiro(a)?

- () Sim () Não () NR

Moradia:

P20 – Qual o tipo de moradia, onde você mora atualmente?

- () Numa casa ou apartamento
 () Num quarto alugado
 () Num hotel
 () Em local precário (moradia construída com materiais de curta duração)
 () Nas ruas
 () No próprio lugar de trabalho
 () Em outro lugar (anotar): _____

P21 – Com quem você mora nesse lugar (anotar):

P22 – Se não mora com a família. Perguntar. Porque você não está morando com sua família?

Motivo A: _____

Motivo B: _____

P23 – O que as pessoas que moram com você fazem para ganhar dinheiro (ocupação)?

P24 – Em sua opinião, qual a situação econômica da família com a qual você mora em relação às outras famílias da comunidade?

- () É mais pobre
 () É parecida com a situação de outras famílias
 () É melhor do que a situação de outras famílias.
 () NR

P25 – Você já saiu de casa alguma vez?

- () sim () Não () NR

Se sim quantas? _____. Porque você saiu de casa (anote os motivos):

Motivo A: _____

Motivo B: _____

III Educação/Escolaridade:

P26 – Você sabe ler?

 sim Não Um pouco NR

P27 – Você sabe escrever?

 sim Não Um pouco Só escrevo o nome NR

P28 – Até que grau ou ano você foi aprovada na escola?

 Ensino fundamental incompleto (1ª a 7ª séries do EF) Ensino fundamental completo (8ª série do EF) Ensino médio incompleto (1ª a 2ª séries do EM) Ensino médio completo (3ª série do EM) Superior incompleto (início da faculdade) Superior completo Nenhum NR

P29 – Você esta estudando atualmente? Se sim qual o ano _____.

 sim Não NR

P30 – Se não esta estudando, qual é o motivo?

Motivo A: _____

Motivo B: _____

P31 – E com que idade você parou de estudar? _____ anos.

IV – Saúde:

P32 – Qual das situações você já vivenciou ou já experimentou?

Gravidez - sim Não NRDoenças venéreas/AIDS - sim Não NRAIDS (teste, tratamento, informações) sim Não NRViolência física - sim Não NRViolência psicológica/moral- sim Não NRUso de drogas - sim Não NRConsumo de álcool- sim Não NR

P33 – Em caso de violência, quem foi o agressor?

Agressor 01 _____

Agressor 02 _____

Agressor 03 _____

Agressor 04 _____

P34 – Você já precisou passar por serviços médicos, por exemplo, em lugares ou com pessoas:

Hospitais sim Não NRPostos de Saúde sim Não NRAgentes de saúde comunitário sim Não NRMédicos particulares sim Não NR

P35 – Quais os motivos levaram você a procurar os serviços de saúde?

V – Experiências de violência sexual

P36 – Você teve alguma experiência sexual forçada ou contra a sua vontade, depois de completar 14 anos? Se sim com quem? _____

() sim () Não () NR

P37 – A sua experiência sexual antes dos 14 anos foi como:

() Pessoa conhecida (mas não um parente)

() Pessoa desconhecida

() Parente

() Várias pessoas em sequencia, no mesmo ato

() NR

() Outra situação. Especifique: _____

P38 – Quando você teve essa experiência, a pessoa foi denunciada?

() sim () Não () NR

P39 – Você já teve alguma experiência sexual forçada ou contra a sua vontade na vida adulta? (para as mulheres maiores de 18 anos).

() sim () Não () NR

P40 – Você procurou algum tipo de serviços de proteção, atenção ou cuidados?

() sim () Não () NR

VI – Exploração sexual feminina

P41 – Que idade você tinha quando foi pago, ou recebeu algo em troca, pela primeira vez por ter mantido relações sexuais ou se envolvido em outra atividade sexual? _____ anos.

P42 – Você pode falar o que aconteceu nessa primeira vez?

P43 – Você poderia falar quem são as pessoas que pagam para ter relações sexuais com você?

() Só homens

() Só mulheres

() Homens e mulheres

() NR

P44 – De onde são as pessoas que pagam para manter relações sexuais ou envolvê-la em outras atividades sexuais (shows de sexo, acompanhantes, pornografia) ?

Dessa localidade () Sempre () Às vezes () Nunca

De outras localidades desse país () Sempre () Às vezes () Nunca

Turistas estrangeiros () Sempre () Às vezes () Nunca

Estrangeiros que moram no país () Sempre () Às vezes () Nunca

Não respondeu () Sempre () Às vezes () Nunca

P45 – Quanto ou o que você recebe por programa? _____

P46 – Quantos programas você faz por semana? _____

P47 – Você tem outra fonte de renda? () sim () Não () NR

Qual? _____

P48 – Você precisa entregar uma parte do dinheiro que recebe a alguma pessoa?

() sim () Não () NR

P49 – Em que você gasta o dinheiro? -

VII – Informações sobre seus clientes

P50 – Você sabe quem são os clientes (consumidores de sexo) na região?

() Autoridades locais

() Autoridades de outras localidades

- () Comerciantes em geral
- () Turistas e homens de outras localidades
- () Militares
- () Policiais
- () Caminhoneiros
- () Traficantes (combustíveis e outros)
- () Outro (especifique): _____

VIII – Substâncias que geram dependência

P51 – Quais das substâncias que eu vou citar a seguir você já consumiu?

- a. Álcool - () sim () Não () NR
 b. Cigarro - () sim () Não () NR
 c. Maconha - () sim () Não () NR
 d. Cocaína - () sim () Não () NR
 e. Pedra/crack - () sim () Não () NR
 f. Gasolina - () sim () Não () NR
 g. Comprimidos - () sim () Não () NR
 h. Colar/tiner/inalantes - () sim () Não () NR
 i. Lança-perfume/loló - () sim () Não () NR
 j. Outra (especifique): _____

P52 – Com que idade você começou a consumir estas substâncias? _____

VIII – Perspectivas para o futuro

P53 – O que levou você a começar essa atividade?

P54 – O que você gosta nessa atividade?

P55 – O que você não gosta nessa atividade?

P56 – Você já trabalhou em outra atividade? Se sim quais? _____

() sim () Não () NR

P57 – Você gostaria de mudar alguma coisa em sua vida? Especifique:

P58 – Em sua opinião o que pode ser feito para que você tenha outra atividade em sua vida?

P59 – Você gostaria de receber ajuda de alguma instituição para sair deste tipo de atividade com segurança?

() sim () Não () NR

P60 – Que tipo de ajuda você gostaria de receber?

P61 – Você se sente um objeto sexual? Se sim porquê? _____

() sim () Não () NR

P62 – Você se sente explorada sexualmente? Se sim porquê? _____

() sim () Não () NR

Obs. Todas as informações serão tratadas com confidencialidade e as pessoas entrevistadas poderão se retirar da entrevista quando quiser; em nenhuma hipótese serão informados os nomes verdadeiros das pessoas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PACARAIMA

Prezado(a) Senhor(a):

Convidamos o(a) Sr(a) para participar do projeto de pesquisa, “**Exploração Sexual Feminina da Fronteira Brasil/Venezuela**” a ser realizada pela estudante ANDRÉA FREITAS DE VASCONCELOS, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas – PPGS/UFAM, situado no endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 – Campus Universitário – Coroado I – Manaus/AM, CEP: 69077-000.

A pesquisa tem por **objetivo** analisar como se processa o fenômeno da exploração sexual feminina na fronteira, do lado brasileiro na cidade de Pacaraima. E, tem como objetivos específicos: a) Identificar tensões, conflitos, conexões, processos e formas de trânsito que permeiam o fenômeno da exploração sexual feminina nesta fronteira; b) Identificar como se processa a mobilidade transfronteiriça e sua relação com o fenômeno; e c) Investigar como se (re)configuram as relações de gênero.

A investigação seguirá a **metodologia** de observação e entrevistas, deste modo pretende-se atingir os seguintes grupos: a comunidade em geral, num total de 10 sujeitos, distribuídos entre dona de casa, lojista, proprietário/a de restaurante, gerente de hotel, gerente e/ou proprietário/a de pousada, vendedor/a, trabalhadora doméstica, funcionário/a público/a, educador/a e atendente; Outros sujeitos serão os gestores de políticas sociais e públicas (prefeito e secretariados), órgãos vinculados à hierarquia governamental como: conselheiros/as tutelares, conselho de direitos e centro de referência de assistência social (CREAS), e promotoria de justiça no município, quando entrevistaremos 10 sujeitos; E, finalmente, entrevistaremos 05 adolescentes menores de 18 anos de idade e, 05 mulheres adultas entre 18 a 34 anos e 11 meses de idade, em situação de exploração sexual. Todas as informações serão registradas em formulários específicos dirigidos para cada segmento, **totalizando 30 sujeitos (pessoas) pesquisados**.

A participação é voluntária. Caso você aceite participar, solicitamos que responda e/ou preencha o questionário que estamos lhe entregando e nos autorize a usar as informações que escrever neles. Peça também para gravar as respostas referentes às questões abertas. Somente a pesquisadora e a orientadora envolvidas neste projeto terão acesso às estas informações. As informações ou dados como nome, profissão, local de moradia, não serão divulgados.

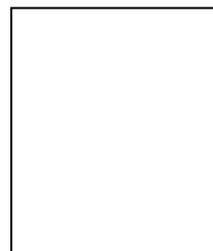
As perguntas que vamos fazer não pretendem trazer nenhum desconforto ou risco, já que é somente sobre sua percepção, conhecimento ou experiência direta ou indireta com o fenômeno da exploração sexual feminina na fronteira. Informo que a qualquer momento você poderá desistir ou se retirar da pesquisa. Pode, também, fazer qualquer pergunta que considere importante e esclarecedora sobre a pesquisa.

Para qualquer informação adicional ou complementar, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a estudante pesquisadora, Andréa Freitas de Vasconcelos, no endereço Rua Brasília, 3.184, Ap. 05 (Subsolo), Coroado I – Manaus/AM e pelos telefones (92)8187-9887 ou (92)9204-0708, com a professora orientadora Heloisa Lara Campos da Costa, no endereço Jardim Botânico VI, Conj. X, Casa 13 – lago Sul, Brasília/DF e pelos telefones (61)3656-0679 ou (61)9994-2144, ou ainda na UFAM, Sala do PPGS, Bloco no ICHL (setor norte) telefones institucionais: (92)3305-4579 ou (92)9128-9257 – e-mail: ppgs@ufam.edu.br e site: ppgsocio.ufam.edu.br

Declaro que fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Pacaraima (Brasil), ____ de _____ de 2011.

Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica

Andréa Freitas de Vasconcelos – pesquisadora PPGS/UFAM - Matrícula nº 02090139

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PACARAIMA

Eu, ANDRÉA FREITAS DE VASCONCELOS, estudante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas – PPGS/UFAM, situado na Sala do PPGS, Bloco do ICHL, no endereço: Campus Universitário, Avenida Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Coroado, Manaus/AM, CEP: 69077-000; e-mail: ppgs@ufam.edu.br, telefone de contato (92)3305-4579, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é “Exploração Sexual Feminina na fronteira Brasil/Venezuela”.

O **objetivo** desse estudo é verificar como se processa o fenômeno da exploração sexual feminina na fronteira Brasil/Venezuela, por isso, necessito que o Sr.(a) forneça informações e autorize a realização de uma entrevista com sua filha, cujas perguntas estão em anexo, devendo ocupá-la por 30 minutos, para completar as respostas. Informo que a participação de sua filha não trará qualquer benefício direto, mas proporcionará um melhor conhecimento a respeito do fenômeno, que poderão favorecer outras adolescentes, ou então, apontar alternativas de proteção e promoção de políticas voltadas a adolescência, após conclusão do estudo. A investigação seguirá a **metodologia** de observação e entrevistas, deste modo pretende-se atingir os seguintes grupos: a comunidade em geral, num total de 10 sujeitos, distribuídos entre dona de casa, lojista, proprietário/a de restaurante, gerente de hotel, gerente e/ou proprietário/a de pousada, vendedor/a, trabalhadora doméstica, funcionário/a público/a, educador/a e atendente; Outros sujeitos serão os gestores de políticas sociais e públicas (prefeito e secretariados), órgãos vinculados à hierarquia governamental como: conselheiros/as tutelares, conselho de direitos e centro de referência de assistência social (CREAS), e promotoria de justiça no município, quando entrevistaremos 10 sujeitos; E, finalmente, entrevistaremos 05 adolescentes menores de 18 anos de idade e, 05 mulheres adultas entre 18 a 34 anos e 11 meses de idade, em situação de exploração sexual. Todas as informações serão registradas em formulários específicos dirigidos para cada segmento, **totalizando 30 sujeitos (pessoas) pesquisados**.

Informo que o Sr(a) tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM), Rua Teresina, 495 – Adrianópolis, em Manaus/AM, fone (92)3305-5130, e-mail: cep@ufam.edu.br.

Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento, assim, como deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa. Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outras adolescentes, não sendo divulgada a identificação de nenhuma das participantes. O(a) Sr(a) tem o direito de ser mantido atualizado sobre as análises parciais da pesquisa e caso seja solicitado, darei todas as informações adicionais ou complementar que necessitar, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a estudante pesquisadora, Andréa Freitas de Vasconcelos, no endereço Rua Brasília, 3.184, Ap. 05 (Subsolo), Coroado I – Manaus/AM e pelos telefones (92)8187-9887 ou (92)9204-0708, com a professora orientadora Heloisa Lara Campos da Costa, no endereço Jardim Botânico VI, Conj. X, Casa 13 – Iago Sul, Brasília/DF e pelos telefones (61)3656-0679 ou (61)9994-2144, ou ainda na UFAM, Sala do PPGS, Bloco no ICHL (setor norte) telefones institucionais: (92)3305-4579 ou (92)9128-9257 – e-mail: ppgs@ufam.edu.br e site: ppgsocio.ufam.edu.br

Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à participação de sua filha na pesquisa. Portanto, Eu me comprometo a utilizar as informações coletadas somente para a pesquisa e sua reflexão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou encontros e congressos científicos, sem tornar possível a identificação de sua filha.

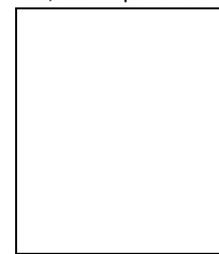
CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Acredito ter sido esclarecido suficientemente a respeito das informações que li, falei e perguntei sobre o estudo referente à “exploração sexual feminina na fronteira Brasil/Venezuela”. Ficou claro que a participação da minha filha é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso às informações e de esclarecer minhas dúvidas em qualquer tempo. Concordo voluntariamente em permitir a participação da minha filha deste estudo e, que poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o seu desenvolvimento, sem penalidades, prejuízos ou perdas.

Pacaraima (Brasil), _____ de _____ de 2011.

Assinatura da mãe (pai) ou responsável legal

Andréa Freitas de Vasconcelos – pesquisadora PPGS/UFAM – f Matrícula nº 02090139



Impressão dactiloscópica